



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Escola Superior de Educação

Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo

O contributo das Associações de Desenvolvimento Local para o desenvolvimento comunitário: um estudo de caso

Catarina Isabel Madeira Cavaco

Beja

janeiro de 24

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Escola Superior de Educação

Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo

**O contributo das Associações de Desenvolvimento
Local para o desenvolvimento comunitário:
um estudo de caso**

**Relatório de dissertação de mestrado apresentado na Escola Superior de
Educação do Instituto Politécnico de Beja**

Elaborado por:

Catarina Isabel Madeira Cavaco

Orientado por:

Professora Doutora Sandra Saúde

Beja

2023

Índice	
Agradecimentos	6
Resumo	7
Abstract	8
Introdução.....	9
Parte I - Enquadramento Teórico	11
1. Evolução e definição do conceito de desenvolvimento.....	11
Parte II – Estudo Empírico	26
1. Sobre a importância do tema	26
2. Metodologia do estudo	27
2.1. Problemática, questão de partida e objetivos de investigação	28
2.2. Abordagem metodológica.....	28
2.3. Caracterização da ADL em estudo – Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG).....	29
2.4. Caracterização do território em estudo: município de Alcoutim.....	32
2.5. Caracterização dos participantes no estudo	34
2.6. Técnicas de recolha de dados	38
2.6.1. Pesquisa bibliográfica	38
2.6.2. Entrevistas Semiestruturadas	39
2.6.3. Inquérito por Questionário.....	40
2.7. Técnicas de análise de dados	41
Parte III – Análise dos Resultados	42
1. Opinião de colaboradores da Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG) sobre o papel da associação na dinâmica de desenvolvimento local do município de Alcoutim	42
1.1. Caracterização da Associação de Desenvolvimento local	42
1.1.1. Origem, objetivos, eixos de intervenção e público-alvo	42
1.1.2. Papel desempenhado pela Associação.....	44

1.1.3. Recursos humanos e financeiros mobilizados.....	44
1.1.4. Relação estabelecida com a população	46
1.2. Características, potencialidades e constrangimentos do município de Alcoutim ao nível do desenvolvimento	47
1.3. Trabalho feito, pela ATBG, em prol do desenvolvimento local, nos últimos 10 anos	50
2.1. Dinâmicas de desenvolvimento local existentes no município de Alcoutim.....	56
2.2. Atores-chave do desenvolvimento local no município de Alcoutim	59
3.1.O conhecimento tido sobre a ATBG	61
3.2. Conhecimento dos apoios e incentivos existentes e grau de satisfação relativamente aos mesmos.....	62
3.3. Conhecendo a existência da ATBG e do seu trabalho, qual a avaliação feita sobre o seu contributo para o território?	64
3.4. Conhecendo a existência da Associação e do seu trabalho, qual a avaliação feita sobre o seu contributo para o desenvolvimento local	67
Parte IV – Prioridades de intervenção identificadas a partir do estudo efetuado	75
Parte V – Plano de Ação.....	77
Considerações Finais	83
Referências Bibliográficas.....	85
Anexos.....	91
Entrevista a coordenador e funcionários da entidade:.....	92
Entrevista a Presidente da Câmara do território de intervenção:.....	95
Grelhas de Análise de Conteúdo	97
Entrevista a coordenador e funcionários da entidade:.....	97
Entrevista a Presidente da Câmara do território de intervenção:.....	114
Inquérito por Questionário:.....	119

Índice de figuras

Figura 1 - Mapa do território de intervenção na ATBG	31
Figura 2 - Localização do município de Alcoutim e deste no continente português.....	32
Figura 3 - População residente no município de Alcoutim, por freguesia, em 2011 e 2021	33
Figura 4 - Efeitos diretos da ATBG no território.....	66

Índice de tabelas

Tabela 1 - População residente em Portugal, no Algarve no município de Alcoutim e em cada freguesia, respetivamente	33
Tabela 2. Distribuição por grupos etários da população residente em Alcoutim e da amostra, considerada no estudo.....	36
Tabela 3 - Estado civil dos inquiridos, no questionário.....	37
Tabela 4 - Habilitações literárias dos inquiridos, no questionário	38
Tabela 5 - Situação profissional dos inquiridos, no questionário	38
Tabela 6 - Conhece a Associação Terras do Baixo Guadiana?	61
Tabela 7 - De que forma teve conhecimento da ATBG	61
Tabela 8 - Respostas à questão "Já contactou a ATBG?"	62
Tabela 9 - Conhece as medidas de apoio/ programas/ financiamentos geridos pela ATBG.....	63
Tabela 10 -Tipos de apoios/ programas e/ou financiamentos mais conhecidos pelos inquiridos	63
Tabela 11 - Tipos de apoios/ programas e/ou financiamentos que gostariam de ver replicados no futuro	64
Tabela 12 - O trabalho desenvolvido responde às necessidades do território.....	65
Tabela 13 - Considera que a ATBG tem em consideração os problemas do território nos projetos que dinamiza	65
Tabela 14 - Efeitos indiretos gerados pela ATBG no território.....	66
Tabela 15 - Conhecimento da estratégia da ATBG	67
Tabela 16 - Adequabilidade da estratégia ao território	68
Tabela 17 – Mais-valia da ATBG para o desenvolvimento local.....	68
Tabela 18 - Mais-valias do trabalho desenvolvido pela ATBG para o território.....	68
Tabela 19 - Reconhecimento da ATBG com abordagem descentralizadora das políticas emanadas pelo Governo.....	69
Tabela 20 - Trabalho realizado pela ATBG seria mais bem gerido por outra ADL	69
Tabela 21 - A ATBG é uma associação privilegiada para a implementação e boa gestão dos fundos em prol do desenvolvimento local	70

Agradecimentos

Estes últimos tempos foram uma longa viagem que inclui uma trajetória permeada por inúmeros desafios, incertezas, alegrias e muitos percalços pelo caminho, mas apesar deste processo ser um quanto ou tanto solitário, reuni contributos de várias pessoas, indispensáveis para encontrar o melhor rumo em cada momento da caminhada. Trilhar este caminho só foi possível com o apoio, a energia, a força e muita paciência de várias pessoas, a quem dedico especialmente mais este grande projeto.

Especialmente aos meus pais e ao Márcio: pelo amor, pela partilha, pelo companheirismo e apoio incondicional, agradeço a enorme compreensão, generosidade e alegria com que me brindaram constantemente, contribuindo para chegar ao fim deste percurso.

À minha orientadora, Professora Doutora Sandra Saúde, agradeço a orientação exemplar pautada por um elevado e rigoroso nível científico, uma visão crítica e oportuna, os quais contribuíram para enriquecer, com grande dedicação, passo por passo, todas as etapas subjacentes ao trabalho realizado.

Agradeço, também, a toda a equipa da Associação Terras do Baixo Guadiana e ao Presidente da Câmara de Alcoutim pelo contributo fundamental que deram a este estudo, sem o qual não seria possível de realizar. E, adicionalmente, agradeço a todos/as aqueles/as que voluntariamente se disponibilizaram para responder aos instrumentos de recolha de informação aplicados na presente investigação.

Resumo

O presente estudo, realizado como requisito para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo pelo Instituto Politécnico de Beja, tem como objetivo analisar e compreender o contributo que as associações de desenvolvimento local dão aos processos de desenvolvimento, especificamente o contributo da Associação Terra do Baixo Guadiana para o processo de desenvolvimento do município de Alcoutim. O trabalho de pesquisa foi suportado pelo método misto: qualitativo e quantitativo, recorrendo a diferentes técnicas de recolha de dados: pesquisa documental, observação participante, inquéritos por entrevista e inquérito por questionário. A análise dos dados obtidos permitiu-nos responder à questão de partida e aos objetivos específicos definidos e confirmar de que o trabalho realizado pela Associação Terras do Baixo Guadiana vai ao encontro da definição de desenvolvimento local, uma vez que apresenta resultados que respondem às necessidades da população e do território, revelando-se desta forma, como um motor de promoção de desenvolvimento local.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Associações de Desenvolvimento Local

Abstract

The present study, carried out as a requirement for obtaining a master's degree in Community Development and Entrepreneurship by the Polytechnic Institute of Beja, aims to analyze and understand the contribution that local development associations make to development processes, specifically the contribution of the Association Terra do Baixo Guadiana for the development process of the municipality of Alcoutim. The research work was supported by a mixed method: qualitative and quantitative, using different data collection techniques: documentary research, participant observation, interview surveys and questionnaire survey. The analysis of the data obtained allowed to answer the starting question and the specific objectives defined and confirm that the work carried out by Associação Terras do Baixo Guadiana meets the definition of local development, since it presents results that respond to the needs of the population and territory, revealing itself in this way, as an engine for promoting local development.

Keywords: Development, Local Development, Local Development Associations

Introdução

O presente estudo surgiu da necessidade sentida em compreender qual a importância e o contributo das Associações de Desenvolvimento Local para o desenvolvimento comunitário assumindo como estudo de caso a Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG). Pretendeu-se, em concreto, caracterizar e identificar de que forma o trabalho realizado pela referida Associação tem contribuído para o desenvolvimento do território, nomeadamente do município de Alcoutim, Algarve.

Até à década de 60 do século XX o desenvolvimento era visto como mero sinónimo de crescimento económico; a mudança de paradigma construída a partir daí ditou que o desenvolvimento passasse a ser visto como um processo mais complexo e abrangente, estruturado em função de uma panóplia de fatores indissociáveis. Esta nova abordagem preocupa-se com questões relacionadas com o desenvolvimento local, o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento participado, o desenvolvimento humano, social e integrado. As comunidades e os territórios assumem-se como bases fundamentais onde o desenvolvimento deve ser gerado, bem como, para o qual o desenvolvimento faz máximo sentido.

É neste contexto que surgem as Associações de Desenvolvimento Local (ADL's), enquanto representantes dos interesses e das necessidades das comunidades, promovendo ações que satisfaçam essas mesmas necessidades assentes numa lógica participativa, assumindo desta forma um papel fundamental para a promoção dos processos de desenvolvimento.

O presente estudo estrutura-se em 6 capítulos. O primeiro é relativo ao enquadramento teórico e conceptual que serviu de base e orientação para a execução do presente trabalho. Os eixos teóricos que estão na base deste estudo são o desenvolvimento, o desenvolvimento local e o associativismo.

No segundo capítulo estão explícitos os objetivos, a questão de partida e as questões orientadoras da investigação, a metodologia aplicada, assim como, as respetivas técnicas de recolha e análise dos dados obtidos. É, também, feita uma caracterização do contexto territorial onde se realizou a investigação, nomeadamente do município de Alcoutim.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos durante o processo de investigação. É cruzada e comparada a perspetiva e a opinião dos diferentes participantes do estudo inquiridos na perspetiva de identificar de que forma vêm e

valorizam, ou não, o trabalho desenvolvido pela ATBG em prol do desenvolvimento comunitário do município de Alcoutim.

No quarto capítulo apresentam-se as prioridades de intervenção, seguindo-se, no quinto capítulo, o plano de ação. Por último serão apresentadas as conclusões numa síntese da análise dos resultados obtidos, as limitações e recomendações para futuros estudos.

Parte I - Enquadramento Teórico

1. Evolução e definição do conceito de desenvolvimento

Neste capítulo será dada atenção à problemática do desenvolvimento. Partiremos da evolução do conceito ao longo das últimas décadas e será apresentada uma reflexão sobre conceitos associados ao de desenvolvimento. Centraremos, também, a atenção na evolução dos diferentes modelos de desenvolvimento, com especial enfoque nos surgiram a partir de 1980. Apresentar-se-ão, por último, algumas das principais críticas feitas ao conceito de desenvolvimento levando a que sejam muitos os autores que advoguem a necessidade de reflexão do pós-desenvolvimento.

Cientes de que é um conceito com uma longa história, polissémico e contestado (Ribeiro, 2017) desde os clássicos até os teóricos da ciência pós-moderna, o desenvolvimento atravessou várias fases, na maioria das vezes conturbadas, e assumiu, ao longo do seu processo histórico, versões diferentes que contribuíram, de uma maneira ou de outra, para o seu enriquecimento. Se bem que essa diversidade o tenha enriquecido e aprofundado, criou, ao mesmo tempo, discursos frequentemente polémicos; daqui resulta o reforço da pertinência de se debaterem os pressupostos, objetivos e métodos do desenvolvimento.

É após a Segunda Guerra Mundial que o desenvolvimento se afirma definitivamente na arena política internacional com o Plano Marshall e, simbolicamente, com o célebre discurso de Henry Truman em 1947. A Europa Ocidental encontrava-se numa situação económica difícil e os Estados Unidos aproveitaram a oportunidade para a tentar “seduzir” para a sua proposta de política económica internacional multilateral. A sua grande “arma” neste sentido foi o Plano de Recuperação Europeia, mais conhecido por Plano Marshall, em menção ao seu criador, o Secretário de Estado Marshall. Henry Truman, no discurso que fez a 5 de junho de 1947, na Universidade de Harvard, previa vultosos empréstimos para os países europeus (Ribeiro, 2017).

O Plano Marshall permitiu aos Estados Unidos controlar, de certa forma, a economia da Europa capitalista, pressionando os países europeus a desvalorizar as suas moedas.

Desta forma, com o enorme volume de investimentos do Plano Marshall - o maior programa de ajuda internacional até à data - a economia europeia não só foi recuperada como iniciou um ambicioso processo de integração multinacional que culminaria décadas mais tarde. Este Plano foi fundamental como promotor do crescimento e desenvolvimento da Europa do séc. XX.

Neste contexto, e a partir de 1947, o conceito de desenvolvimento passou a figurar com destaque no vocabulário internacional sempre associado ao subjacente às palavras estruturantes do discurso de Harry Truman e aos pressupostos do Plano Marshall.

Os objetivos do Plano passavam por: reconstruir regiões devastadas pela guerra, modernizar as indústrias, aumentar a prosperidade económica e social na Europa e impedir os avanços do comunismo no mundo bipolarizado pós-guerra. Este Plano foi fundamental para a retomada do crescimento na Europa (Stone, 2012). O fim da Segunda Guerra Mundial veio, definitivamente, dar uma nova alma ao conceito de desenvolvimento: a economia e as infraestruturas são consideradas pontos fundamentais para a estabilidade e bem-estar de um país (Amaro, 2004). A partir de então e, como referido anteriormente, a nova alma dada ao conceito, ganhou destaque na política internacional movida pelos interesses das principais potências mundiais saídas da guerra, especialmente os Estados Unidos (Amaro, 2004). O pós-guerra possibilitou a ascensão dos Estados Unidos como superpotência global, pois passaram a ter um papel mais ativo e assertivo na arena internacional ao assumirem uma política mais interveniente e propositiva.

Com uma Europa destruída após a Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall foi, por um lado, utilizado com o intuito de controlar a inflação nos países devastados e, por outro lado, como tentativa de fazê-los crescer nos anos seguintes. Este Plano serviu de base ao novo modelo social que viria a ser conhecido como “Estado de Bem-Estar Social” nas décadas posteriores, em que os serviços necessários à população como a saúde, a educação, a previdência social, deveriam ser assegurados pelo Estado. Para tal e como forma de fazer o controlo e a coordenação dos fundos foi criada, em 1948, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

A ideia de progresso, já abordada por Adam Smith, em 1776, - na sua obra: A riqueza das nações, foi atualizada ao longo do século XIX com o surgimento do evolucionismo social (como paradigma teórico) para interpretar as transformações sociais. Foram definidas fases evolutivas pelas quais todas as sociedades devem passar para alcançar o progresso (Santos, 2014). De acordo com Santos (2014), em meados do século XX a teoria da modernização, em que se baseou ideias de progresso e evolucionismo social, consolidou-se como ideia predominante no que ao diz respeito. Esta teoria olha para a mudança social como um processo evolutivo no qual a sociedade sai de seu ambiente tradicional - associado ao meio rural - e evolui para uma sociedade moderna com alto grau de industrialização, tecnologia e urbanização (Santos, 2014). Desde a Riqueza das Nações de Adam Smith que a ciência económica segue uma lógica desenvolvimentista,

assumindo a existência de modelos de crescimento económico incontestáveis (Santos, 2014).

O crescimento económico tornou-se o principal objetivo político nos países menos desenvolvidos. Acreditava-se amplamente que por meio do crescimento económico e da modernização *per se*, o dualismo e as desigualdades sociais, entre outras, seriam eliminados.

Os esforços para promover o desenvolvimento impulsionados pelo Plano Marshall, começaram, no entanto, a mostrar que o crescimento económico era um meio inadequado. Como defendia Seers (1969), no início da década de 70, desenvolvimento tem de ter subjacente o fim último das sociedades, isto é, garantir dar resposta aos problemas e necessidades das pessoas como são a pobreza, a desigualdade ou o desemprego (Santos, 2014).

Segundo Amaro, o conceito de desenvolvimento sofreu poucas alterações até a década de 70 do séc. XX, data em que se iniciou um processo de reformulação a partir da consciência da degradação ambiental e dos insuficientes ganhos sociais e humanos alcançados pelos modelos de desenvolvimento adotados até então, abrindo desta forma novos caminhos para a redefinição dos fins e dos meios do desenvolvimento (Amaro, 2004). A década de 70 é considerada o “ponto de viragem”, pois de acordo com Amaro (2004), há “(...) uma intensa busca de novas formulações, em que a expressão «desenvolvimento» vai aparecer ligada a uma enorme variedade de adjetivos, dos quais resultam pelo menos seis novos conceitos, com fundamentação científica e reconhecimento institucional.” (p.38). Surgem, então, novos conceitos associados ao de Desenvolvimento, como são: “(...) Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado.” (Amaro, 2004, p. 55).

Os anos 80 do séc. XX ficaram marcados por crises económicas, em que as prioridades estavam centradas na reforma económica e no crescimento económico, através de instrumentos de políticas macroeconómicas. O crescimento foi financiado tendo por base empréstimos elevadíssimos, o que implicou graves problemas, e que vieram acrescentar dúvidas e reflexões sobre os corretos e novos caminhos que o desenvolvimento deveria prosseguir.

Na década de 90, ampliaram-se e aprofundaram-se conceitos anteriores, sendo a mais fundamental a inerente ao papel que o Estado e o mercado deveriam, ou não, assumir nas dinâmicas de desenvolvimento. Emergem, também, novas dimensões associadas

a uma visão de desenvolvimento, mais focado no ser humano e na qualidade de vida, a saber: a conservação dos recursos naturais, a qualidade das instituições, a igualdade de género, a importância do conhecimento ou a participação da população (Santos, 2014). Verifica-se uma clara tendência em distanciar o conceito de desenvolvimento do seu carácter economicista e produtivista.

A proximidade ao novo milénio mobilizou vontades para que todos pudessem unir-se em torno de uma agenda comum de desenvolvimento, uma agenda multidimensional. O ano 2000 trouxe uma nova estratégia de promoção do desenvolvimento, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's) desenvolvidos sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). O advento do novo milénio forneceu terreno fértil para uma abordagem muito mais ampla e multidimensional do desenvolvimento (Santos, 2014).

De acordo com Santos (2014), nos anos que seguem ao início do século XXI é possível testemunhar um projeto mais ambicioso de mundo mais justo e equitativo. Inicialmente criticado por ser um pouco mais do que um conjunto internacional de “boas intenções” concebidas por aqueles que reivindicavam sucesso no processo de desenvolvimento e, concedidas àqueles que ainda estavam numa outra fase, em desenvolvimento, os ODM's ofereciam metas básicas e uma linguagem comum.

Segundo a ONU (2015), à medida que 2015 se aproximava, ficou claro que os ODM's tinham alcançado um progresso considerável e, que os governos e um grande número de grupos da sociedade civil sentiam a necessidade de se envolverem na formulação do que se deveria seguir, a saber: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) universais e aplicáveis a todos os países (Santos, 2014).

2. Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento local

Após a Segunda Guerra Mundial pensou-se que o crescimento económico seria condição fundamental para garantir por si o desenvolvimento. No entanto, apesar do forte contributo do crescimento para o desenvolvimento, existe uma dicotomia no que se reporta à forma e aos meios utilizados: não basta crescer, torna-se necessário desenvolver, e este desenvolvimento deve ser autossustentado.

O desenvolvimento é considerado um processo complexo que não pode ser observado através de indicadores agregados que escondem assimetrias e desigualdades, nem pode assentar em bases frágeis que comprometam a sua continuidade. Uma vez que é um conceito com as suas dificuldades de definição, importa então reconhecer e valorizar a multiplicidade deste conceito, em detrimento de o padronizar/uniformizar, isto é, dado

ao carácter multidisciplinar que o contorna, o desenvolvimento possui um enorme campo de conjecturas, traduzidas nas diversas áreas (Santos, 2014). O conceito de desenvolvimento que se pretende realçar é aquele que compreende o cultural, o social, o económico, ambiental, etc.

No final dos anos 90, Amaro formulou, de uma forma mais sistemática, o conceito de desenvolvimento:

A própria palavra «desenvolvimento» é ainda portadora de significados interessantes. Não significa ela (em várias línguas): Des - envolvimento ou Dé- (en)veloppement ou De- (en) velopment ou Des - arrollo ou S- (in)viluppo ou Ent - wick.lung, ou seja, a libertação dos «invólucros», «envolvimentos», «envelopes», «rolos», «embrulhos», que impedem a libertação e a realização das sementes e das potencialidades «embrulhadas» nos indivíduos, nos grupos sociais e nas sociedades. (Amaro, 2004, p.66).

De acordo com Moreno (2003) etimologicamente o conceito de desenvolvimento resulta da composição des-envolver, isto é desenrolar, esclarecer, destapar, descobrir, mas também de alterar um movimento de propensão depressora ou até aniquiladora.

O desenvolvimento é um fenómeno complexo que ainda não tem uma definição esclarecedora e conclusiva sobre o seu significado. É importante considerar que quando falamos em desenvolvimento estamos, ao mesmo tempo, a falar de crescimento, bem-estar, sustentabilidade, bem como, de subdesenvolvimento, carências, privações e desequilíbrios, ou ainda, de mudança, modernidade e ocidentalização, podendo assim ter vários sentidos.

De acordo com o referido acima, considera-se que o conceito de desenvolvimento, tal como o conhecemos hoje, tem por base dois diferentes paradigmas: Paradigma Funcionalista e o Paradigma Territorialista.

O primeiro, assente numa visão centralizada da economia, também designado por “desenvolvimento top-down” (Carvalho, 2020), tem por fluxo de iniciativa o desenvolvimento do topo para a base, em que o foco é o desenvolvimento de grandes projetos, comandados pela administração central, numa vertente de apoio financeiro e subsídios como principal fator de atração da atividade económica (Carvalho, 2020). Isto é, o Estado assume assim um papel central na coordenação das funções dos territórios e na implementação das iniciativas de desenvolvimento - da administração central para as comunidades.

Por sua vez, o Paradigma Territorialista salienta a importância da comunidade nas iniciativas locais de desenvolvimento, caracterizando-se por um fluxo ascendente (*bottom-up*) e privilegiando uma cultura de participação e de cidadania ativa. Apresenta

uma dimensão mais abrangente: económica, sociocultural e política, em que os agentes locais são os principais agentes para o desenvolvimento (Carvalho, 2016). De acordo com Carvalho (2016), esta perspetiva assenta na ideia de descentralização, na mobilização dos recursos endógenos, na participação da comunidade em iniciativas de desenvolvimento, na criação de redes na cooperação horizontal entre órgãos públicos e privados.

Segundo Mergulhão (1997):

(...) a perspetiva territorialista veio colmatar uma grande lacuna do paradigma anterior ao conferir aos atores locais o desempenho de um papel fundamental nas estratégias de desenvolvimento, nomeadamente ao incentivar e motivar desde o seu início a participação das populações implicadas, quer através das propostas de ação, quer através da definição de objetivos a alcançar, tornando, dessa forma, as populações “cúmplices” das iniciativas levadas a efeito e aumentando em consequência as possibilidades de sucesso” (Mergulhão, citado por Carvalho, 2016, p.89).

Este paradigma construiu uma perspetiva de desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento a partir de baixo: é através da mobilização das populações e das suas organizações que se encontram as soluções que deverão originar o processo de desenvolvimento num determinado território. Para Amaro, esse território é “espaço apropriado, organizado e reconhecido de um ponto de vista político, social, económico, e ideológico, por um grupo ou classe social em nome da população que nele habita e trabalha e com ele se identifica” (Amaro, 1990, p.41). A participação das populações nos seus processos de desenvolvimento é um dos aspetos principais do Paradigma Territorialista, pois devem ser os indivíduos a estar no centro das propostas e dos objetivos que levarão ao processo de desenvolvimento.

Assim, considera-se que, de facto, ao conceito de desenvolvimento está associada a ideia de que se deve dar grande ênfase àquilo que cada região tem de particular em relação às outras regiões e que, desse modo, a torna diferente, reconhecendo-se desta forma que cada região tem as suas próprias características e potencialidades. O capital humano são os recursos próprios de cada território, pelo que o estímulo à sua participação é uma condição sine qua non para se conseguir implementar estratégias de desenvolvimento. Amaro (2001) destaca o papel que as populações devem desempenhar rumo ao desenvolvimento, começando pela mudança das mentalidades, estimulando-as a intervir.

Intrinsecamente associado ao que é pressuposto pelo paradigma territorialista está o conceito de desenvolvimento local (Amaro, 2001). “O desenvolvimento local está

associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais com as condições dadas pelo contexto” (Carvalho, 2016, p.89).

Embora tenha havido algumas iniciativas específicas de desenvolvimento comunitário entre os anos 1950 e 1960, do ponto de vista histórico, podemos considerar o conceito de desenvolvimento local, de acordo com vários autores, como um fenómeno ocidental que se tornou especialmente prevalente na Europa após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, foi apenas nas décadas de 80 e 90 que o denominado desenvolvimento local ganhou coerência como resultado de iniciativas locais de emprego voltadas para a redução do desemprego na economia local (Reis & Baltazar, 2018).

Segundo Fragoso (2005), o desenvolvimento local “trata da possibilidade de as populações poderem expressar uma ideia de futuro num território visto de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção do espaço como fronteira, concretizando ações que possam ajudar à (re)construção desse futuro” (Fragoso, 2005, p. 64).

Como é referido na publicação “Desenvolver, Desenvolvendo” editada pela Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (ESDIME, 1997):

“o Desenvolvimento local surge, assim como um processo centrado numa ideia de Desenvolvimento que é, em última instância, o aumento global do bem-estar das pessoas, e através da sua participação e exercício duma cidadania ativa, a qual só se pode fazer de baixo para cima, ou seja, só se pode fazer a partir de onde, para cada comunidade, as coisas acontecem” (s/ pág.).

Desenvolvimento local materializa-se numa abordagem - *bottom-up* - em que as ações e os seus objetivos são definidos por os que conhecem e estão no território e nas comunidades.

Segundo Polése (1998), a valorização dos recursos locais, a promoção de iniciativas, a participação e a procura de soluções, são elementos fundamentais para o desenvolvimento local:

“a questão fundamental do desenvolvimento local não é a origem dos agentes, mas a do seccionamento das suas estratégias, que devem ser orientadas para o reforço da diferenciação local e para a promoção de estratégias concertadas de promoção dessa diferenciação” (p. 218).

Simões Lopes (2006), por sua vez, defende que o desenvolvimento deve implicar o “acesso das pessoas, onde estão, aos bens e serviços e às oportunidades que lhes

permitam satisfazer as suas necessidades básicas.” (p. 45), isto é, o desenvolvimento tem de ser para as pessoas, não para algumas, mas para todas, onde quer que vivam.

O desenvolvimento local diz respeito às comunidades locais sendo fundamental mobilizá-las para o efeito. Nesse sentido, em 1991, foi criado um instrumento para a valorização e promoção dos territórios rurais com suporte em princípios inovadores e diferenciadores relativamente a toda e qualquer outra abordagem preconizada até então. O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Local) constitui-se como um formato de ação específica para os territórios rurais assente numa abordagem ascendente cujo foco se centra nos recursos locais e na comunidade. Esta filosofia de ação assumir-se-á como uma estratégia muito mobilizadora das comunidades e valorizador dos recursos endógenos, operacionalizado pelos agentes locais de desenvolvimento, nomeadamente as ADL e as autarquias (Domingues, 2021).

O LEADER está em prática desde 1991, dividido em diferentes fases de programação: LEADER I (1991-1993), LEADER II (1994-1999) e, LEADER + (2000-2006). Após este último período, o LEADER foi agrupado com outras medidas de desenvolvimento rural, sendo financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER.

2.1. O Desenvolvimento local em Portugal

O desenvolvimento local, segundo Fragoso (2005, p.64), “trata da possibilidade de as populações poderem expressar uma ideia de futuro num território visto de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção do espaço como fronteira, concretizando ações que possam ajudar à (re)construção desse futuro”.

Só após o 25 de Abril de 1974, é que o conceito de desenvolvimento local assume em Portugal uma verdadeira expressividade. Surgem, então, variadas organizações da sociedade civil, sobretudo cooperativas e associações ligadas à defesa do património em que se começa a ter a perceção de que a participação coletiva da população pode contribuir para um maior alcance na definição e implementação de políticas e os seus efeitos (Albino, 2004). Segundo Amaro (2004, p.79),

“(…) foram processos de mudança, tendencialmente deste género que, a partir dos anos 80 se multiplicaram em Portugal, contribuindo para o aparecimento de dinâmicas e iniciativas, com origem na sociedade civil e/ou nos serviços públicos desconcentrados (escolas, centros de saúde, serviços locais de Segurança Social, centros de emprego, etc.) e/ou nas autarquias locais, em articulação com as comunidades locais, tendo como objetivo principal a resposta a problemas e necessidades fundamentais daquelas.”

Para além das organizações que surgiram na década de 80, surgem também inúmeras associações de desenvolvimento local (ADL), as Associações de Defesa do Ambiente (ADA) que espalhadas um pouco por todo o país, em particular nas zonas rurais ou mais deprimidas. Estas foram, sem dúvida, decisivas para o alavancar de iniciativas de desenvolvimento de base local.

Em 1991, Portugal vivia profundas transformações políticas, económicas e sociais. Sentia-se, então, a necessidade de encontrar novas formas de apoio e promoção do desenvolvimento local numa perspetiva de sustentabilidade, encontrando novas formas de envolvimento e participação dos diversos atores locais, no processo de promoção e implementação do desenvolvimento local, que se pretendia integrado e sustentável (Botelho, 2021).

Em Portugal, o LEADER representou, sem dúvida, um verdadeiro impulso às ações de desenvolvimento rural surgindo inúmeros projetos e iniciativas que se caracterizam pela procura e pelo desenvolvimento de respostas ao nível local.

De entre as várias entidades e organizações que têm vindo a assumir um papel importante, seja na implementação do conceito de desenvolvimento local seja na difusão de práticas e metodologias, temos as seguintes: Cooperativa Mais Além (1976), a Fundação Fernão Mendes Pinto (1977), a Associação de Defesa do Património de Mértola - ADPM (1980), a ACERT (1980), o Projeto Cooperativa Alternativa – Instituto das Comunidades Educativas – Lisboa e Vale do Tejo (1980- 1992), o Movimento de Sociedade Rural (1983), a Cooperativa Solidários (1985), a Associação In Loco (1985), a Esdime (1987), a Cooperativa Trote Gerês (1987), a ADIM - Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz (1988), a ALCANCE – Associação para o Desenvolvimento do Sotavento Algarvio (1990), entre outras. Todas estas entidades foram importantes na criação de uma rede nacional, a Associação Portuguesa para o desenvolvimento local e Meio Rural (Revez, 2014). Estas entidades vieram dar uma enorme força ao conceito de desenvolvimento local, pois juntavam o saber e as práticas de várias experiências que se estavam a implementar por todo o país, assim como reforçaram o conhecimento e o trabalho em rede.

Não só estas associações tiveram um papel importante no desenvolvimento local, como também as autarquias locais: quer no impulso para a criação de ADL, como na implementação de projetos, apoiando e disponibilizando recursos e, assumindo responsabilidades ao nível do desenvolvimento.

2.2. O Desenvolvimento local nos Territórios de Baixa Densidade

Os territórios de baixa densidade correspondem a áreas não só de baixa densidade demográfica, mas também de baixa densidade relacional, ou seja, com um nível reduzido de interações quer entre pessoas, quer entre instituições (Ferrão, 2000). Segundo ainda Ferrão, estes territórios caracterizam-se pela “perda de centralidade económica, social e simbólica”, que se reflete na falta de “espessura social, económica e institucional necessária para suportar estratégias endógenas de desenvolvimento sustentadas no tempo” (Ferrão, 2000, p.46). Por sua vez, Azevedo define territórios de baixa densidade como "espaços onde há uma fraca densidade de pessoas, instituições, capital, infraestruturas, serviços, e sobretudo relações, iniciativas, saberes, competências e capacidade organizativa" (Azevedo, 2010, p.2).

Os territórios de baixa densidade, segundo Dias (2016):

(...) caracterizam-se por deterem um conjunto de fragilidades estruturais que também estão presentes nos territórios rurais, conferindo-lhes assim relações e características mútuas que resultam num ciclo vicioso e recessivo” e estes “parecem sofrer de abandono, de atraso económico e de ausência de dinâmicas sociais (p. 22).

Por sua vez, para Batista (1999) refere que:

(...) quando falamos de em territórios de baixa densidade não nos referimos apenas à densidade populacional, mas, sobretudo, à densidade de polarizações e de relações, quer dizer, à ultrapassagem dos limites mínimos de capacidade organizativa, de capitais, de saberes e de competências de agentes atuantes, de iniciativa institucional (p. 4).

Independentemente das diferentes definições, todas elas apresentam diversas características comuns, associadas a estes territórios, ou seja, a existência de um conjunto de debilidades, a saber: a) fraca densidade demográfica e de relações e atividades económicas; b) elevada percentagem de população envelhecida; c) elevada dependência em relação a fatores externos; d) reduzidas acessibilidades (Dias, 2016). “Caracterizam-se, então, por deterem um conjunto de fragilidades estruturais que também estão presentes nos territórios rurais, conferindo-lhes assim relações e características mútuas que resultam num ciclo vicioso e recessivo” (Dias, 2016, p. 22).

Em Portugal, apresentada pela Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do ‘Portugal 2020’, apenas em 2015, surge uma classificação geográfica oficial dos territórios de baixa densidade, através da Deliberação n.º 55/2015, que considera que esses territórios têm problemas estruturais, tais como “a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características

socioeconómicas e acessibilidades como indicadores de territórios de baixa densidade”. Com o objetivo combater as assimetrias e dificuldades das zonas rurais, assente numa abordagem multicritério que considerava a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e as acessibilidades como indicadores de territórios de baixa densidade, identifica 165 municípios e 73 freguesias como municípios pertencentes a territórios de baixa densidade. No Algarve estão identificados oito municípios e vinte e seis freguesias. A par dos municípios de Monchique e Vila do Bispo, o município de Alcoutim integra a listagem com todas as suas freguesias (disponível em https://algarve2020.pt/info/sites/algarve2020.eu/files/regulamentos/og_2_2016_territ.de_bd.pdf).

Tendo em conta os problemas estruturais referidos anteriormente, Covas e Covas (2015) referem que esses provocam o despovoamento e a vulnerabilidade, levando à fragilidade socioeconómica e ao decréscimo da competitividade económica e territorial, originando ciclos viciosos e regressivos. Estes ciclos colocam inúmeros entraves ao processo de desenvolvimento e de resiliência aos territórios, não conseguindo competir nomeadamente com os territórios do litoral no que diz respeito ao investimento privado que poderia ser feito nestas áreas. Para colmatar esta dificuldade Ferrão e Lopes (2003) sugerem “a necessidade do reforço da capacidade individual, social e institucional nos processos de aprendizagem coletiva por parte das comunidades locais, visando a afirmação do mundo rural no que diz respeito à sua especificidade e autonomia” (p. 140). Isto é, os projetos devem ser conduzidos ao nível mais próximo do cidadão (abordagem ascendente ou *bottom-up*), que implica a existência de parcerias, de projetos inovadores para o território que sejam multissetoriais e abrangentes. A forma de olhar e de atuar nestes territórios ganhou um novo significado: o desenvolvimento de princípios estratégicos com foco na territorialidade, em lógicas de *empowerment* e participação, na constituição de parcerias multissetoriais e abrangentes e na flexibilidade entre teoria e ação, são cruciais para ultrapassar alguns problemas destes territórios.

Posto isto e de acordo com Pernet (2016) a promoção de iniciativas de desenvolvimento local têm uma elevada relevância de modo a moderar o despovoamento e a desertificação, criando as condições e promovendo o empreendedorismo, pois proporcionará e possibilitará valorização de recursos naturais e endógenos, herança cultural e qualidade de vida da população residente.

É, também, por esta razão que Covas e Covas (2015) realçam a necessidade de opções políticas e de um planeamento adequado para estes territórios, tanto ao nível nacional como local de forma a promover o seu desenvolvimento e garantir a coesão territorial.

3. As Associações de Desenvolvimento local (ADL) e a sua importância para o desenvolvimento

As associações de desenvolvimento local podem ser definidas como:

Entidades não governamentais de interesse geral, que trabalham em meios desfavorecidos, com uma lógica de intervenção global e territorial, e que apostam na valorização dos recursos localmente disponíveis, na capacidade de atração de pessoas e investimentos, no estabelecimento de parcerias multi-sectoriais e na criação de redes intra-locais para promover estratégias de desenvolvimento (Candeias, 2002, p.19).

É importante sublinhar que não há desenvolvimento sem que as coletividades locais manifestem a vontade de assumir o seu próprio futuro.

Em Portugal só após o 25 de Abril de 1974 é que o desenvolvimento local assume expressão e, é aí que se inicia todo um movimento e práticas locais de desenvolvimento local. Emergem então várias coletividades locais e organizações da sociedade civil, em particular associações ligadas à defesa do património e cooperativas agrícolas (Albino, 2004). Os anos 80 foram então profícuos no surgimento de inúmeras Associações de Desenvolvimento local (ADL) espalhadas um pouco por todo o país, em particular nas zonas rurais ou de baixa densidade populacional e também surgem algumas políticas de apoio (Santos, 2014).

As ADL vieram dar outra ênfase ao desenvolvimento local, já que juntam o saber e as práticas de várias experiências que se estavam a implementar por todo o país, assim como reforçam o conhecimento e o trabalho em rede. Algumas dessas passaram a ser reconhecidas como parceiros sociais do Estado e, atualmente, são prova viva de que o desenvolvimento local assume forte expressão em Portugal (Santos, 2014).

As Câmaras Municipais assumem um papel relevante quer no impulso, quer na criação das ADL. Disponibilizam, para o efeito, entre outros, recursos materiais e técnicos e, na grande maioria das vezes assumem mesmo o desenvolvimento do seu território numa lógica de desenvolvimento local.

Entendendo o desenvolvimento local como um fenómeno social que procura a satisfação das necessidades básicas da população de um determinado território e o

progresso do mesmo, não será de estranhar que estas coletividades se traduzam na afirmação do processo de desenvolvimento local e regional em Portugal.

Nos últimos anos, as ADL têm vindo a assumir diversos formatos, no que diz respeito à área de intervenção, à sua natureza jurídica, bem como relativamente à zona de intervenção, que podem ser num município, outras assume-se como intermunicipais e ainda outras adotam apenas um bairro ou uma freguesia.

Segundo Santos e Baltazar as ADL:

“(…) formam-se a partir de iniciativas de residentes do próprio território, ou com o contributo de pessoas provenientes de outras localidades. Constituíram-se inicialmente com o objetivo de assegurar o Desenvolvimento de zonas rurais que sofrem há décadas de declínio, e procuram criar condições que fomentem a atitude tanto coletiva como individual de empreendimento e que gerem inovação ao nível das atitudes, organizações e tecnologias” (Santos e Baltazar, 2005, p.18).

Em Portugal as ADL têm assumido um papel fundamental no processo de desenvolvimento, fazendo uma correta articulação entre público e privado, reunindo vários atores económicos e sociais (Guerreiro, 2008). De acordo com Guerreiro (2008), as ADL têm tido um papel de crescente intervenção, no âmbito de diferentes programas de apoio ao desenvolvimento, cumprindo projetos específicos nas respetivas áreas de interesse. Isto é, respondem às exigências do desenvolvimento local traduzidas pelas diferentes necessidades sentidas pela comunidade e pelo território, como por exemplo a nível social, ambiental, económico, entre outras.

De acordo com Guerreiro (2008) as ADL têm um papel significativo nos territórios enquanto atores privilegiados nos processos de desenvolvimento, pois são as entidades com a incumbência para impulsionar o desenvolvimento dos territórios onde estão inseridas. Estas reúnem vários atores sociais e económicos pois na sua grande maioria são constituídas com parcerias, maioritariamente, público-privadas. As ADL detêm um papel de constante intervenção, realizando para tal projetos específicos nos respetivos territórios e áreas de intervenção.

Enquanto órgão pertencente à comunidade, as associações devem ter em vista a satisfação dos seus envolvidos e, para tal, devem criar uma relação proactiva com os indivíduos que à comunidade pertencem. O associativismo promove o desenvolvimento local pois que possui um potencial para criar laços sociais e, conseqüentemente, enriquecer a sociedade/ comunidade/ território (Vieira, 2014).

Para que as ADL possam alcançar seus objetivos e, conseqüentemente para que possam ajudar verdadeiramente no processo de desenvolvimento local, são necessários mais apoios, não só ao nível financeiro como também de novas parcerias (Vieira, 2014). Os projetos só darão frutos, ou seja, os projetos promovidos pelas ADL's só serão benéficos se houver a participação e envolvimento dos demais (entidades, indivíduos, ...).

As Associações de Desenvolvimento local surgem como atores privilegiados em qualquer processo de Desenvolvimento local, e, como organizações cívicas intervenientes, vocacionadas para catalisar o pulsar de uma comunidade, estão inseridas num contexto que coloca desafios longe de se poderem considerar facilmente ultrapassáveis (Santos & Baltazar, 2005, p.17).

O desenvolvimento é uma ideia que não é fácil de explicar com precisão. No entendimento geral, o desenvolvimento está associado a um determinado objetivo, podendo ser algo negativo ou positivo. É, antes de tudo, uma mudança no estado atual; é um processo que se apoia em outros diversos conceitos, de acordo com cada objetivo. Pode assim desmultiplicar-se em desenvolvimento comunitário, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local, por exemplo. Em 1986, as Nações Unidas elaboraram uma declaração sobre o direito ao desenvolvimento. Essa declaração afirma que o desenvolvimento é um processo económico, social, cultural e político que visa aumentar constantemente o bem-estar de toda a população. Para tal, os indivíduos devem ser ativos e procurar desenvolver-se.

Nas últimas décadas surgiram novos conceitos que tentam definir o modelo para o desenvolvimento e têm como objetivo explicar qual o tipo de desenvolvimento que o Homem deve procurar. Apesar de toda a multidimensionalidade destes novos conceitos, em quase todos existe uma predominância na economia, uma vez que esta é, de certa forma, a locomotiva do mundo industrializado. O desenvolvimento é, muitas vezes, comparado ao crescimento económico, ou seja, a maximização dos lucros a longo prazo. O facto de o crescimento económico fazer parte do processo de desenvolvimento, todavia de forma isolada não se constitui na receita para o sucesso para alguns países, regiões e, até mesmo, para o bem-estar e felicidades dos indivíduos.

Para se pensar em desenvolvimento, um conceito multidimensional, é necessário desenhar uma estratégia, criar-se uma agenda em que vários atores possam pensar em conjunto e decidirem juntos, com muita participação social.

O desenvolvimento local é percebido como um processo que emerge da cidadania ativa e participativa dos indivíduos de uma determinada comunidade, pode ela ser um bairro, uma cidade, uma região ou um conjunto destas, que procuram a resolução dos seus problemas ou procuram alavancagem das suas oportunidades, que através de parcerias contribuem para o desenvolvimento justo e absoluto das suas comunidades.

Apesar de parecer de fácil definição, o conceito de desenvolvimento local comporta uma série de princípios, conhecimentos e desafios que todos nós já ouvimos falar, no entanto não compreendemos efetivamente o que significa desenvolvimento local.

O desenvolvimento local é um conceito de desenvolvimento, mas focado no território, esse território pode ser qualquer comunidade, região, grupo, entre outras, em que são consideradas as afinidades dos indivíduos que compõem esses grupos, que vivem numa determinada comunidade ou região. Neste sentido, o desenvolvimento é *bottom-up*, (de baixo para cima), em que se parte do protagonismo local – aquilo que esse grupo de indivíduos quer, parte das vocações locais. Parte do princípio de que o protagonismo de quem vive nessa região, comunidade, ..., num determinado território é quem vai nortear o rumo desse mesmo território.

No desenvolvimento local é fundamental apoiar a comunidade para que esta possa compreender as dinâmicas políticas, compreender o território e ter uma participação do que vai acontecer. Por exemplo, quando uma iniciativa aparece, se existe uma comunidade forte, com vontade e preparada para se proteger de potenciais prejuízos que essa iniciativa possa acarretar, o território e a comunidade em si estão, então, muito mais empoderados para cuidar do próprio território.

De forma resumida, o desenvolvimento local é considerado um processo em que reclama da participação de atores que estão envolvidos numa trajetória de desenvolvimento que necessita da articulação de muita gente (indivíduos, entidades públicas e privadas) para pensar numa agenda de longo prazo que faça sentido e que sirva vários interesses de uma determinada comunidade, grupo, isto é, do território.

No entanto, as populações e os indivíduos só por si não estão preparados para o processo de desenvolvimento, então, é precisamente esse o motivo de existência das associações de desenvolvimento local. Estas instituições constituem-se com um importante papel nas comunidades em que estão inseridas, pois têm um importante contributo a dar aos processos de desenvolvimento global, integrado e qualitativo, sobretudo nas regiões de baixa densidade.

Parte II – Estudo Empírico

1. Sobre a importância do tema

Nos últimos anos, alguns estudos efetuados têm revelado um interesse especial pelo desenvolvimento local. O presente trabalho tem como pano de fundo o atual protagonismo das associações de desenvolvimento local no processo de desenvolvimento comunitário. As ADL's têm vindo a ser pioneiras nas estratégias de intervenção que reforçam os princípios das metodologias que procuram ampliar o protagonismo dos atores sociais locais.

Não restam dúvidas de que o espaço local tem vindo a ser recriado e revalorizado; o território não é apenas objeto de desenvolvimento, mas é, acima de tudo, sujeito no processo de desenvolvimento e, como tal, foram-se criando novas oportunidades de trabalho. Como a participação dos atores locais tem vindo a assumir um papel fundamental, tenta-se perceber até que ponto esta participação é necessária na execução de programas e propósitos de desenvolvimento que procuram a mudança da realidade local, assumindo então, as ADL's um papel fundamental no trajeto do desenvolvimento. Neste contexto, as ADL's assumem um papel imprescindível, atuando, a par dos Municípios por exemplo, como guia das dinâmicas de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local é, acima de tudo, uma construção coletiva em consequência dos esforços dos atores locais, através de metodologias participativas que conduzem a mudanças constantes e onde se torna imperioso existir um espírito empreendedor e uma abertura, por forma a construir uma nova realidade local, onde o reforço das capacidades dos agentes locais e o protagonismo das ADL's se torna evidente (Amaro, 2004).

A literatura, que diz respeito às ADL's, permite chegar à conclusão que estas, não sendo públicas, têm objetivos sociais, culturais, económicos e que, sendo privadas, não têm como objetivo principal a obtenção efetiva de lucro. Torna-se então importante perceber o lugar que as ADL's ocupam no desenvolvimento local, concedendo-lhe um enquadramento teórico adequado.

Este projeto pretende perceber se a associação de desenvolvimento local Terras do Baixo Guadiana, que desenvolve a sua atividade num contexto maioritariamente rural, contribui para a elevação da qualidade de vida, nomeadamente através da dinamização e revitalização (social, cultural, económica, ambiental, ...) das localidades do seu

território de intervenção. Isto é, ao estudar a importância da Associação Terras do Baixo Guadiana em termos de contribuição para o desenvolvimento local do território procuramos perceber quais as lacunas existentes e propor a adaptação e/ou criação uma estratégia mais adequada ao território.

Estudar a importância e o contributo de uma associação de desenvolvimento local no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo justifica-se porque, por um lado, ao explorar o contributo da ATBG tentamos perceber qual a intervenção realizada no sentido da promoção do desenvolvimento local e, por outro lado, visto que a ADL em estudo promove/ apoia projetos que pretendem contribuir para o desenvolvimento e a consolidação do tecido económico do território, estamos, também, a tentar compreender o perceber o caso em estudo para a dinâmica empreendedora.

2. Metodologia do estudo

“Para realizar uma investigação é fundamental ter em consideração a metodologia, os métodos e as técnicas a utilizar uma vez que são estes os que orientam e conduzem o investigador a alcançar o conhecimento” (Coutinho, 2020, p. 24).

A metodologia é o fio condutor de qualquer processo e, por isso mesmo, considera-se importante realçar que a metodologia tem como função “velar pelos métodos, assinalar os seus limites e alcance, clarificar e valorizar os seus princípios, procedimentos e estratégias mais adequadas para a investigação” (Latorre et al., 1996, p. 87). Torna-se também importante clarificar métodos e técnicas e, desta forma os métodos de investigação definem-se como o “caminho para chegar ao conhecimento científico, sendo eles o conjunto de procedimentos que servem de instrumentos para atingir os fins da investigação” (Bisquerra, 1989, p. 55). Por sua vez, o mesmo autor define as técnicas como “os procedimentos de atuação concretos e particulares, isto é, os meios auxiliares do método, pois dentro de um método, que é sempre mais geral, podem utilizar-se várias técnicas” (Bisquerra, 1989, p. 55).

Este capítulo inclui uma descrição detalhada da problemática em estudo, da questão de partida e dos objetivos de investigação, da abordagem metodológica seguida, da caracterização do território e da ADL em estudo, das pessoas participantes no estudo e das técnicas utilizadas para a recolha e para a análise de dados.

2.1. Problemática, questão de partida e objetivos de investigação

Quivy e Campenhoudt (2008) consideram que “uma investigação é algo que se procura”. Segundo estes autores, “o investigador deve iniciar por expor o projeto, procurando exteriorizar o que pretende saber, esclarecer e/ ou compreender. É pois então, fundamental a explicitação daquilo que se tenta saber, quais as respostas que se procuram, assim como a definição dos objetivos da investigação/ estudo” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 31).

Uma vez que se pretende contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre o contributo das Associações de Desenvolvimento Local no processo de desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade, tendo por base o estudo do caso da Associação Terras do Baixo Guadiana e respetiva intervenção no município de Alcoutim, foram delineados como objetivos de investigação, os seguintes:

- Conhecer e caracterizar a dinâmica de funcionamento da Associação Terras do Baixo Guadiana, sediada no município de Alcoutim;
- Procurar junto da Câmara Municipal evidências/opinião sobre o trabalho efetuado pela Associação e demais atores sociais;
- Explorar e caracterizar a opinião da população residente no município de Alcoutim e de informadores-chave sobre o contributo do trabalho desenvolvido pela ATBG para o desenvolvimento local;
- Identificar oportunidades futuras de melhoria da intervenção da ATBG no território.

A orientar a investigação definiu-se como questão de partida:

- *Qual o contributo das ADL para o desenvolvimento local, tendo por base a intervenção desenvolvida pela Associação Terras do Baixo Guadiana?*

Em conformidade com o objeto de estudo e a pergunta de partida colocada, o objetivo geral é o de analisar o contributo da ADL Terras do Baixo Guadiana para o desenvolvimento local no município de Alcoutim.

2.2. Abordagem metodológica

Atendendo às especificidades da presente investigação, e de forma a alcançar os objetivos definidos, foi utilizado o modelo misto de investigação do tipo estudo de caso exploratório, com o recurso à combinação de análise documental, entrevista e ao

inquérito por questionário, complementada com análise qualitativa – análise de conteúdo – e análise quantitativa - estatística descritiva - da informação recolhida.

Conforme Creswell (2007, p.27) a pesquisa de métodos mistos “é uma abordagem de investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa”. Apesar de serem duas abordagens com características opostas, complementam-se na apresentação de resultados. Esta abordagem traduz-se uma opção metodológica da investigação que, se acredita, pode contribuir para dar maior consistência aos resultados obtidos e, conseqüentemente, permitir a emergência de novo conhecimento (Creswell, 2007).

Na perspetiva de Fraenkel (2012) o aliar de abordagens qualitativas a outras quantitativas é não só possível como recomendável, sendo especialmente útil quando se pretende que dados qualitativos facilitem informações relevantes sobre o fenómeno em estudo, orientando a recolha de dados quantitativos, e estes, por sua vez, confirmem ou contribuam para uma melhor interpretação dos resultados decorrentes da análise qualitativa.

Tendo em conta esta abordagem metodológica importa referir que o estudo foi desenvolvido em termos geográficos no município de Alcoutim tendo por base o estudo da ação desenvolvida, e respetivo impacte, da Associação Terras do Baixo Guadiana. Optou-se por um estudo de caso de perfil exploratório e de natureza mista, uma vez que com estas duas metodologias aplicadas se complementam. Desta forma conseguiremos captar a profundidade da temática que a análise qualitativa privilegia e, por outro lado, recolher dados da amostra representativa do universo.

Esta abordagem mostrou-se adequada a este projeto de investigação pois pretendeu-se obter, por um lado, as opiniões e perspetivas de determinados atores sociais relevantes para o estudo – através da utilização de técnicas qualitativas - e, por outro lado, obter a visão/ percepção da população do território em relação à ADL em estudo e da sua estratégia de trabalho – através da utilização de técnicas quantitativas.

2.3. Caracterização da ADL em estudo – Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG)

A Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG), sediada no Centro para o Desenvolvimento, Artes e Ofícios em Alcoutim, foi constituída em 2001 por três associações de Desenvolvimento local, a saber: a ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola, a ODIANA - Associação de Desenvolvimento para o Baixo Guadiana e a ALCANCE - Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio.

Ao longo dos anos em que a ATBG tem desenvolvido o seu papel de dinamizadora do desenvolvimento do seu território através de vários programas comunitários, desde o LEADER+ (2000-2006) e posteriormente do PRODER (2007-2013), até à sua atual designação de DLBC (Desenvolvimento local de Base Comunitária) (ATBG, 2014).

A ATBG no Alentejo e Algarve tem um papel de Organismo Intermédio junto das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e com o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) existe um acordo de Parceria.

O território de intervenção da Associação Terras do Baixo Guadiana situa-se no extremo sudeste de Portugal Continental, tendo Espanha e o Oceano Atlântico como fronteiras a Este e Sul respetivamente. Inclui há mais de 20 anos 2 NUT II: Alentejo e Algarve, tendo maioritariamente território e população na NUT II – Algarve; sendo por esse motivo incluído como Grupo de Ação Local (GAL) do Algarve (ATBG, 2014).

O território abrange freguesias de 5 municípios:

- Município de Alcoutim – todas as freguesias;
- Município de Tavira – freguesias de UF Conceição e Cabanas de Tavira, UF Tavira (Santa Maria e Santiago) e Santa Luzia;
- Município de Castro Marim – todas as freguesias;
- Município de Vila Real de Santo António (VRSA) – todas as freguesias.
- Município de Mértola – freguesias de Mértola, Espírito Santo e UF S. Miguel do Pinheiro, S. Sebastião dos Carros, S. Pedro de Solis.

Das freguesias acima referidas apenas as freguesias de Monte Gordo e VRSA não são freguesias rurais. A inclusão destas duas freguesias não rurais no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), justifica-se pela localização, dado serem freguesias contíguas, e pelas dinâmicas demográficas e de proximidade, já que muitos dos residentes nas freguesias rurais estudam ou trabalham na freguesia urbana vizinha e os produtores escoam os seus produtos nas zonas litorais vizinhas (ATBG, 2014).

Relativamente ao município de Mértola (NUT II – Alentejo) fazer parte do território de intervenção da ATBG, deve-se ao facto da relação existe entre o sotavento algarvio e o município de Mértola ser uma histórica, geográfica, económica e cultural, com tradições e costumes muito semelhantes. A navegabilidade do Guadiana até Mértola, outro ponto comum, confere homogeneidade da paisagem e da sua gestão, de que a jurisdição da Capitania do Porto de VRSA até Mértola é um garante fundamental (ATBG, 2014).

Figura 1 - Mapa do território de intervenção na ATBG



Fonte: <https://www.atbaixoguadiana.pt/index.php?modulo=mapa> , 2023

No âmbito do PDR – Medidas LEADER 10.2 – Para todo o território a ATBG apoia nos seguintes domínios:

- Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas;
- Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização;
- Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola;
- Cadeias curtas e mercados locais;
- Promoção de produtos locais de qualidade;
- Renovação de Aldeias;

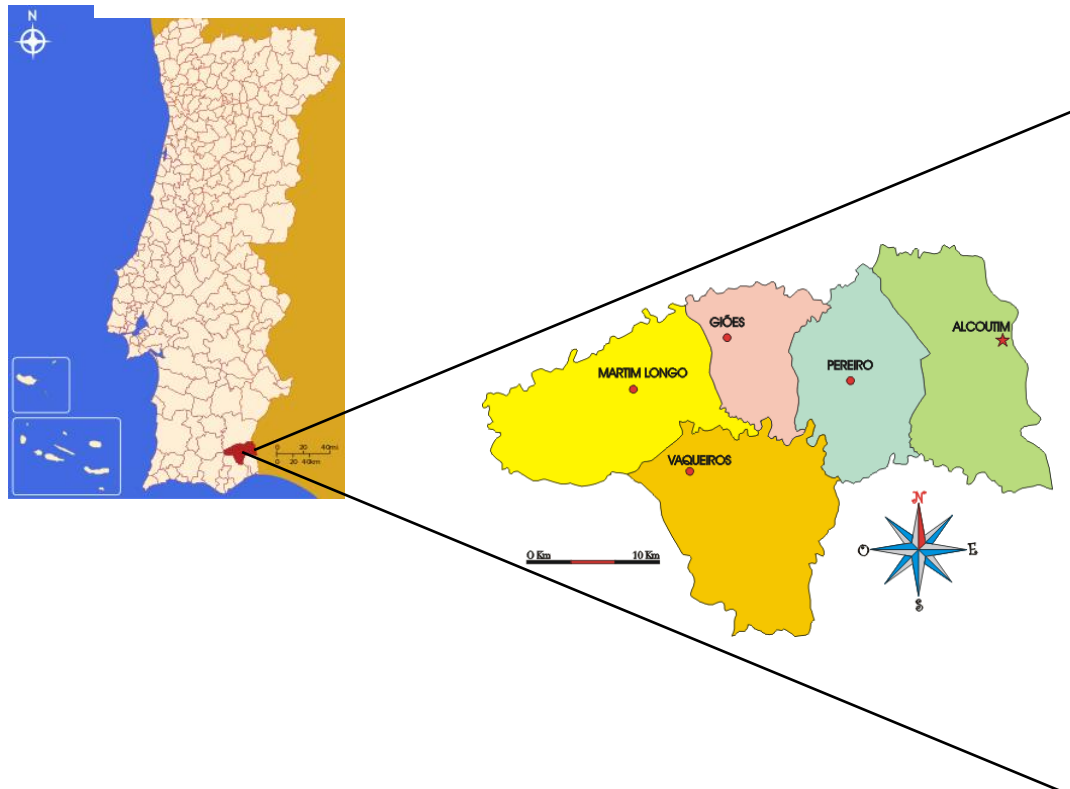
Relativamente aos Recursos Humanos da entidade em estudo, a Associação Terras do Baixo Guadiana conta, à data, com cinco colaboradores, sendo que um exerce funções de coordenador e um outro elemento é prestador de serviços.

Desde o início de atividade, de acordo com informação recolhida junto da Associação Terras do Baixo Guadiana, têm vindo a desenvolver os seguintes projetos:

- 3º Quadro Comunitário de Apoio (2000 – 2006) – PIC LEADER +
- 4º Quadro Comunitário de Apoio (2007 – 2013) – Subprograma 3 PRODER
- 5º Quadro Comunitário de Apoio (2014 – 2020) – DLBC Rural – PDR 2020

2.4. Caracterização do território em estudo: município de Alcoutim

Figura 2 - Localização do município de Alcoutim e deste no continente português



Fonte: <https://www.heraldry-wiki.com/arms/websites/Portugal/www.fisicohomepage.hpg.ig.com.br/act.htm>. (2023)

O município de Alcoutim é composto por quatro freguesias, a saber: a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, a freguesia de Giões, a freguesia de Martim Longo e a freguesia de Vaqueiros. O território em análise insere-se na região do Algarve, situado na sua ponta mais oriental em plena Serra do Caldeirão separado da Andaluzia através do grande rio do Sul, o Guadiana, e a Norte, pela Ribeira do Vascão que o demarca da região alentejana.

O território é, em si mesmo, o grande ativo, graças ao vasto património natural, de grande riqueza paisagística e ambiental, ainda bem preservado, e que engloba ambientes tão diversos como a praia, ainda que fluvial, a serra, as matas e o rio. A sua beleza é ainda enriquecida por um clima mediterrâneo-oceânico, que é também um importante fator de atração deste município (Gardim, 2006).

É um território que abrange uma área de 575,36 km² e um total de população residente igual a 2.523 habitantes, dados de 2021(INE: Censos 2021, 2021). No que à densidade populacional diz respeito, e considerando os municípios limítrofes, Alcoutim assemelha-se mais com Mértola, situado na região do Baixo Alentejo, do que com os municípios algarvios (Castro Marim, Tavira e Loulé).

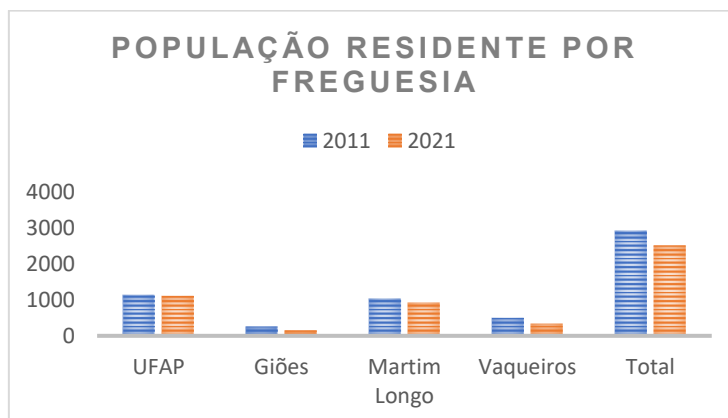
Tabela 1 - População residente em Portugal, no Algarve no município de Alcoutim e em cada freguesia, respetivamente

População Residente (à data dos Censos 2021)		T:HM-T:Total
Portugal		10343066
Algarve		467343
Alcoutim		2523
	Giões	152
	Martim Longo	928
	UF Alcoutim e Pereiro	1110
	Vaqueiros	333

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2023

Em termos comparativos com os últimos censos, verifica-se que, nos últimos 10 anos, um decréscimo da população em todas as freguesias do município; um índice de envelhecimento de 756,8 bastante superior à média regional (Algarve 173,8) e nacional 181,3 (INE, 2023). Olhando ainda para o índice de envelhecimento, em Alcoutim segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (2023) existem 759 idosos por 100 jovens, em que 324 têm menos de 25 anos e 1.199 têm mais de 65 anos. Posto isto, o município de Alcoutim é considerado um dos 5 municípios mais envelhecidos do país (INE, 2023).

Figura 3 - População residente no município de Alcoutim, por freguesia, em 2011 e 2021



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2023

O município de Alcoutim apresenta uma desertificação e um subdesenvolvimento sistémico, devido à forma como o ciclo económico e de criação de riqueza têm vindo a ser implementados, característica bastante comum a outros territórios de baixa densidade (ATBG, 2014).

Historicamente com uma economia baseada na agricultura de subsistência, o município de Alcoutim foi-se despovoando nas últimas décadas e tornando-se um município com uma elevada taxa de envelhecimento. O ciclo de redistribuição de riqueza iniciado a seguir a 1974 e incrementado nos anos 80 e 90 com a chegada dos subsídios da União Europeia (UE) permitiu no entanto o desenvolvimento ao nível do ordenamento e da valorização do território, do ambiente e da valorização de alguns fatores endógenos (patrimoniais, culturais etc.), bem como ao nível das condições de vida da população, não se registando, todavia, alterações apreciáveis na ampliação, diversificação e desenvolvimento da base económica do município (Gradim, 2006).

A atividade económica e emprego no município refletem a característica singular de um território desertificado. O tipo de empresas existentes no território são microempresas e estas empregam até 10 pessoas, sendo que não existem grandes empresas (ATBG, 2014).

Ao identificar a população ativa, por setor de atividade, confirmamos que o setor terciário é o setor que se destaca. No entanto o setor primário desempenha um papel importante na formação do produto e do emprego nas zonas rurais e numa análise mais completa dos dados, pode-se dizer que apesar de ser uma zona rural o setor primário está cada vez mais desaproveitado (INE, 2023).

A importância do setor terciário para o território evidencia-se através do emprego criado por entidades de índole social e outras relacionadas com a atividade económica, nomeadamente, pelo setor estatal nas áreas da educação, saúde e autárquica.

A taxa de emprego é ligeiramente inferior à média nacional. A taxa de desemprego atinge os 2,97% (INE, 2023).

2.5. Caracterização dos participantes no estudo

2.5.1. Participantes através de entrevista

Com o objetivo de analisarmos as suas opiniões sobre a importância da Associação Terras do Baixo Guadiana para o desenvolvimento local e os projetos implementados, foram efetuadas quatro entrevistas semiestruturadas. Os interlocutores foram escolhidos pelo seu conhecimento quer da estratégia da ADL, quer do território.

Os *informadores-chave* entrevistados foram:

- Coordenador da ADL – Associação Terras do Baixo Guadiana;
- Dois colaboradores da ADL;
- Presidente da Câmara do território em análise.

Uma vez delineados os objetivos de estudo e os interlocutores a entrevistar, importa agora caracterizar o perfil de cada um dos entrevistados, a saber:

- Coordenador da ATBG: homem com 48 anos, exerce funções na Associação Terras do Baixo Guadiana, como coordenador desde o início, há 21 anos. Em termos de habilitações literárias é licenciado.

- Colaborador 1 da ATBG: do género masculino, com 45 anos exerce funções de técnico de análise de projetos há 21 anos e, como habilitações literárias tem o ensino secundário.

- Colaborador 2 da ATBG: mulher de 43 anos, trabalha na associação desde 2012 – há 11 anos. Desempenha funções de técnica superior de análise de pedidos de pagamento, realização de candidaturas e apoio a produtores. Ao nível de habilitações literárias possui licenciatura.

- Presidente da Câmara: do género masculino, com 56 anos exerce funções de Presidente de Câmara desde 2013. Foi Presidente da Direção da ATBG entre 2020 e 2022. Ao nível de habilitações literárias possui o ensino secundário.

Os entrevistados foram selecionados pelo facto de possuírem um conhecimento significativo e aprofundado sobre o trabalho desenvolvido pela Associação Terras do Baixo Guadiana e também conhecedores do território de intervenção da mesma. Este conhecimento resulta da sua experiência pessoal e profissional. As entrevistas foram realizadas entre o dia 11 e dia 17 de abril de 2023, de forma presencial na sede da Associação Terras do Baixo Guadiana, no que respeita às entrevistas com o coordenador e o colaborador 2 e, em formato videochamada com o colaborador 1, devido a motivos pessoais. Relativamente à entrevista com o Presidente de Câmara, esta realizou-se no Edifício Paços do Município da Câmara Municipal de Alcoutim.

2.5.2. Participantes no inquérito por questionário

Foram aplicados inquéritos por questionário a uma amostra estratificada, por freguesia, sexo e idade, da população residente no município de Alcoutim. A razão de se ter decidido centrar a investigação apenas à população residente de Alcoutim teve a ver

com o facto de a sua residência se situar numa das áreas geográficas abrangidas pela referida ADL e por ser a que mais contacto tem com as diversas ações realizadas pela ADL em estudo. Adicionalmente, por questões de exiguidade de recursos e de tempo disponíveis para a investigação, era impossível abranger a totalidade da população residente nos 5 municípios de intervenção da Associação Terras do Baixo Guadiana, dada a dispersão geográfica dos mesmos e que ao total representaria uma população global de 51.884 habitantes, 1.897,5 km² de área total. Optou-se por concentrar o esforço de análise exploratória junto dos residentes no município de Alcoutim através da identificação de uma amostra.

Para determinação da amostra foi assumida como base de recenseamento a população residente no município de Alcoutim em 2021 – dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística de acordo com informação dos Censos 2021. Considerando os dados de 2021, residem no município de Alcoutim: 2.523 pessoas, sendo 1.287 mulheres e 1.236 homens.

De acordo com os objetivos do estudo e, considerando a necessidade de constituir uma amostra representativa da população, assumiu-se como mais adequado, considerar apenas a população residente entre os 20 e os 79 anos de idade. Foi estimada a partir dessa base uma amostra não probabilista por quotas - 25% do total da amostra, respeitando a proporcionalidade por grupos etários, sexo e freguesia de residência. Assim, a distribuição considerada na população e na amostra é a que consta na tabela, a seguir:

Tabela 2. Distribuição por grupos etários da população residente em Alcoutim e da amostra, considerada no estudo

		Pop		Amostra			Pop		Amostra		
Freguesia	Sexo	Grupo Etário	795	0,441176	35	Freguesia	Sexo	Grupo Etário	111	0,0615982	5
UFAlcoutim e Pereiro	H	20 - 29 anos	39	0,021643	2	Giões	H	20 - 29 anos	9	0,0049945	0
	H	30 - 39 anos	28	0,015538	1		H	30 - 39 anos	0	0	0
	H	40 - 49 anos	64	0,035516	3		H	40 - 49 anos	13	0,0072142	1
	H	50 - 59 anos	73	0,040511	3		H	50 - 59 anos	11	0,0061043	0
	H	60 - 69 anos	103	0,057159	5		H	60 - 69 anos	10	0,0055494	0
	H	70 - 79 anos	97	0,053829	4		H	70 - 79 anos	20	0,0110988	1
	H	Total	404	0,224195	18		H	Total	63	0,0349612	3
	M	20 - 29 anos	25	0,013873	1		M	20 - 29 anos	2	0,0011099	0
	M	30 - 39 anos	33	0,018313	1		M	30 - 39 anos	3	0,0016648	0
	M	40 - 49 anos	53	0,029412	2		M	40 - 49 anos	9	0,0049945	0
	M	50 - 59 anos	77	0,04273	3		M	50 - 59 anos	3	0,0016648	0
M	60 - 69 anos	106	0,058824	5	M	60 - 69 anos	12	0,0066593	1		
M	70 - 79 anos	97	0,053829	4	M	70 - 79 anos	19	0,0105438	1		
M	Total	391	0,216981	17	M	Total	48	0,0266371	2		

		Pop		Amostra			Pop		Amostra		
Freguesia	Sexo	Grupo Etário	663	0,367925	29	Freguesia	Sexo	Grupo Etário	233	0,12930078	10
Martim Longo	H	20 - 29 anos	45	0,024972	2	Vaqueiros	H	20 - 29 anos	2	0,00110988	0
	H	30 - 39 anos	31	0,017203	1		H	30 - 39 anos	11	0,00610433	0
	H	40 - 49 anos	49	0,027192	2		H	40 - 49 anos	17	0,00943396	1
	H	50 - 59 anos	72	0,039956	3		H	50 - 59 anos	19	0,01054384	1
	H	60 - 69 anos	56	0,031077	2		H	60 - 69 anos	34	0,01886792	1
	H	70 - 79 anos	75	0,04162	3		H	70 - 79 anos	42	0,02330744	2
	H	Total	328	0,18202	14		H	Total	125	0,06936737	5
	M	20 - 29 anos	32	0,017758	1		M	20 - 29 anos	6	0,00332963	0
	M	30 - 39 anos	29	0,016093	1		M	30 - 39 anos	7	0,00388457	0
	M	40 - 49 anos	45	0,024972	2		M	40 - 49 anos	9	0,00499445	0
	M	50 - 59 anos	58	0,032186	3		M	50 - 59 anos	20	0,01109878	1
	M	60 - 69 anos	73	0,040511	3		M	60 - 69 anos	31	0,01720311	1
	M	70 - 79 anos	98	0,054384	4		M	70 - 79 anos	35	0,01942286	2
	M	Total	335	0,185905	15		M	Total	108	0,05993341	4

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do INE, Censos 2021.

A amostra final inquirida corresponde à amostra inicialmente considerada (Tabela 2). A amostra final ficou constituída por 79 inquiridos, a saber:

- 44.3% residentes na União de Freguesias Alcoutim e Pereiro;
- 36.7% residente na Freguesia de Martim Longo;
- 12.7% residentes na Freguesia de Vaqueiros, e
- 6.3% residem na Freguesia de Giões.

No que se refere ao estado civil dos inquiridos (Tabela 3), observa-se que mais de metade da amostra é casada ou está em união de facto, correspondendo a 67.1% das respostas, sendo que o segundo grupo mais representativo é o dos solteiros com 20.3%, o que corresponde a 16 inquiridos.

Tabela 3 - Estado civil dos inquiridos, no questionário

	Frequência	%
Casado(a)/ união de facto	53	67,1
Divorciado(a)/ separado(a)	3	3,8
Solteiro(a)	16	20,3
Viúvo(a)	7	8,9
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

No que concerne às habilitações literárias (Tabela 4), o ensino secundário é a habilitação mais representada entre os inquiridos, com 43%, seguindo-se a licenciatura com 35.4%.

Tabela 4 - Habilitações literárias dos inquiridos, no questionário

	Frequência	%
1º Ciclo ou ensino primário	8	10,1
2º Ciclo ou ensino preparatório	2	2,5
3º Ciclo (9º ano de escolaridade)	2	2,5
Ensino secundário	34	43,0
Licenciatura	28	35,4
Mestrado	3	3,8
Pós-Graduação	2	2,5
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

No que diz respeito à situação profissional (Tabela 5) verifica-se que mais de metade da amostra de inquiridos estão empregados – 68.4%, destacando-se igualmente uma elevada percentagem significativa de aposentados/ reformados (27.8%).

Tabela 5 - Situação profissional dos inquiridos, no questionário

	Frequência	%
Desempregado(a)	1	1,3
Empregado(a)	54	68,4
Empresária individual	1	1,3
Empresário	1	1,3
Reformado(a)/ Aposentado(a)	22	27,8
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

2.6. Técnicas de recolha de dados

A fim de cumprir os objetivos delineados e tendo por base os pressupostos de construção de um estudo de caso de perfil misto e exploratório fez-se recurso a diversas técnicas de recolha de dados, a saber:

2.6.1. Pesquisa bibliográfica

No que respeita à pesquisa bibliográfica esta assume-se como uma técnica imprescindível no plano de recolha de dados, sendo por isso utilizada nesta investigação. Traduziu-se na pesquisa, consulta e análise de diversos documentos já produzidos, nomeadamente: livros, dissertações e artigos sobre a temática em estudo.

2.6.2. Entrevistas Semiestruturadas

A entrevista, enquanto técnica de recolha de dados de natureza qualitativa,

“é considerada um poderoso instrumento de suscitação de informação, uma vez que implica a interação entre o entrevistado e o investigador, permitindo ao investigador obter informações que não seria possível de alcançar através de um questionário, pois pode sempre pedir esclarecimentos adicionais ao entrevistado no caso da resposta do mesmo ser pouco esclarecedora” (Coutinho, 2020, p. 141).

Tendo em conta a abordagem metodológica - o estudo de caso - a entrevista revelou-se bastante importante uma vez que permitiu à investigadora compreender o modo como os entrevistados interpretam as suas vivências. A entrevista semiestruturada permite a liberdade de opinião e de expressão do entrevistado. Tal como refere Pacheco (1995, p. 88), na realização das entrevistas tenta-se “não limitar as respostas dos entrevistados, deixando-os expor livremente de acordo com a questão previamente formulada, e esclarecer os quadros de referência utilizados pelos mesmos, levando-os a esclarecer conceitos e situações concretas”.

De acordo com o objetivo definido e após aplicadas as entrevistas semiestruturadas foram elaborados e aplicados dois guiões de entrevista: um aplicado ao coordenador e dois dos colaboradores da Associação Terras do Baixo Guadiana; e outro direcionado ao Presidente da Câmara.

As entrevistas, realizadas aos colaboradores da Associação Terras do Baixo Guadiana, compreenderam as seguintes quatro subdimensões ([Anexo I](#)):

1. Caracterização da ADL;
2. Elementos relevantes do desenvolvimento local no Município de Alcoutim;
3. Trabalho feito, pela ATBG, em prol do desenvolvimento local, nos últimos 10 anos;
4. Outros contributos para o desenvolvimento local no Município de Alcoutim.

No que diz respeito à entrevista semiestruturada aplicada ao Presidente da Câmara, a mesma foi estruturada de acordo com três subdimensões, a saber ([Anexo II](#)):

1. Elementos relevantes do desenvolvimento local no Município de Alcoutim;

2. Trabalho feito, pelo município, em prol do desenvolvimento local, nos últimos 10 anos;
3. Outros contributos para o desenvolvimento local no Município de Alcoutim.

O guião aplicado aos colaboradores da ADL foi composto por 34 questões ([Anexo I](#)). Por outro lado, o guião aplicado ao Presidente da Câmara foi composto por 18 questões ([Anexo II](#)).

2.6.3. Inquérito por Questionário

Um questionário é por norma aplicado a um conjunto de indivíduos sobre os quais se pretende recolher informações para analisar, interpretar e retirar conclusões, tendo em vista responder aos objetivos da investigação.

Através de um questionário, que pretende avaliar a perceção que a população do município de Alcoutim tem da ADL em estudo, foram inquiridos via online 79 indivíduos entre os dias 15 e 22 de maio 2023. Foi escolhido a aplicação dos inquéritos via web por se verificar que com a utilização de ferramentas online ser muito prático e rápido recolher os resultados. O tempo reduzido na obtenção dos dados e, a possibilidade de evitar a influência da investigadora nas respostas dos sujeitos participantes no estudo foram as principais razões pela qual se decidiu aplicar o inquérito por questionário através de plataforma informática.

O inquérito aplicado ([Anexo VI](#)) está estruturado em 5 dimensões:

1. Identificação e caracterização social;
2. Avaliar o conhecimento que os inquiridos possuem da ADL em estudo;
3. Avaliar os conhecimentos dos inquiridos acerca dos apoios e incentivos existentes bem como grau de satisfação relativamente aos mesmos;
4. Perceber o contributo e a avaliação feita da existência da Associação e do seu trabalho;
5. Avaliar o contributo da Associação e do seu trabalho para o desenvolvimento local.

As subdimensões acima referidas refletem-se em 30 questões.

Por fim, dar nota que em todos os processos (entrevistas e questionários) foram obtidos os consentimentos informados e respeitados todos os princípios éticos e de proteção de dados.

2.7. Técnicas de análise de dados

Neste estudo as técnicas de análise de dados utilizadas foram ao encontro dos objetivos pretendidos. Neste sentido, foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos. Para a análise qualitativa foi utilizado o software estatístico SPSS - *Statiscal Package For Social Science* – Versão.28 (IBM). Este é um software de análise estatística avançada que permite a visualização dos dados, a criação de hipóteses, a clarificação de relacionamentos entre variáveis, entre outros. Os dados recolhidos através de inquérito por questionário foram inseridos no software para posteriormente se proceder à sua análise através de análises estatística descritiva.

Por sua vez, as entrevistas realizadas foram registadas com auxílio a um gravador e com o devido consentimento dos participantes, procedendo-se com a análise de conteúdo. A análise de conteúdo consiste no tratamento do material empírico recolhidos através da identificação das categorias e tendências de resposta emergentes e mais significativas da opinião partilhada. A análise de conteúdo é uma técnica e não um método que tem uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do investigador face ao objeto de estudo. A análise de conteúdo pretende descrever as opiniões partilhadas, mas, também, interpretar o sentido do que foi dito (Henriques, 2014).

Uma vez realizadas as entrevistas, foi necessário transcrevê-las. Uma vez transcritas, procedeu-se à sua leitura e revisão ao que se seguiu a identificação das unidades de registo mais relevantes para a investigação e, por fim, a sua análise e interpretação.

Parte III – Análise dos Resultados

1. Opinião de colaboradores da Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG) sobre o papel da associação na dinâmica de desenvolvimento local do município de Alcoutim

Tendo como objetivo perceber o contributo da intervenção da ATBG e qual o impacto dos projetos implementados, foram efetuadas entrevistas a três atores-chave, colaboradores da Associação de Desenvolvimento local (ADL) em estudo.

Com idades compreendidas entre os 43 e os 50 anos, estes interlocutores (doravante referenciados de E1 a E3) foram intencionalmente selecionados pelo facto de deterem um conhecimento relevante e aprofundado sobre o trabalho realizado pela Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG) e também do território, resultante da sua experiência profissional e pessoal. Em concreto, são colaboradores da ATBG, sendo que um deles desempenha as funções/ o cargo de coordenador da respetiva associação.

A entrevista aplicada está estruturada em quatro subdimensões:

- Características da ATBG;
- Características, potencialidades e constrangimentos do município de Alcoutim ao nível do desenvolvimento;
- Trabalho feito, pela ATBG, em prol do desenvolvimento local, nos últimos 10 anos;
- Parcerias da ATBG e dinâmicas locais em prol do desenvolvimento

1.1. Caraterização da Associação de Desenvolvimento local

1.1.1. Origem, objetivos, eixos de intervenção e público-alvo

A Revolução de 25 de abril de 1974 implicou um processo de transformação do país, alicerçado, à época, em três desígnios: democratizar, descolonizar e desenvolver (três D's). Isto é, o modelo de governação de base territorial não foi feito sempre do mesmo modo. Após a Revolução, uma das transformações na sociedade portuguesa foi a recuperação do poder local; contribuiu em grande escala para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, mas também para a autonomia de diversas entidades nos processos que lhes estavam impedidos até então (Bebiano, 2020). Neste sentido, uma dessas entidades, surgida no início do novo milénio, foi a Associação Terras do Baixo Guadiana. Posto isto, importa então fazer contextualização da Associação Terras do Baixo Guadiana na visão dos próprios atores-chave, a saber:

“Surgiu da necessidade de criar e gerir uma estratégia local de desenvolvimento para a sub-região do sotavento/ Baixo Guadiana” (E2);

“Surgiu entre 2000 e 2001 em resultado de uma parceria entre três ADL's do território” (E1);

“Com objetivo de estudar a região do Baixo Guadiana e criar uma estratégia local de desenvolvimento para realizar a gestão de linhas dos PO Regionais e essencialmente o programa LEADER+” (E1);

para “gerar sinergias (...), dinamizando o tecido empresarial, através do seu apoio técnico, da planificação de candidaturas a financiamentos e respetiva gestão” (E3);

Os resultados apurados permitem-nos perceber que a Associação Terras do Baixo Guadiana está implementada no território desde 2001, há 22 anos, e surge da inexistência de uma entidade para gerir as oportunidades relacionadas com fundos comunitários e também pela necessidade de criação de uma estratégia local para o desenvolvimento da região.

Percebendo então os motivos da criação da Associação, importa saber qual/ quais as áreas de intervenção, as linhas orientadoras do trabalho desenvolvido. Segundo os entrevistados:

“vamos colaborando nalguns programas regionais e temos interesse no futuro em desenvolver outro tipo de projetos talvez até ao abrigo do POCTEP” (E1);

“uma panóplia de projetos à volta do LEADER e não só” (E1);

“dar resposta a todas as possibilidades e propostas de investimento que possam beneficiar o território (...) promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da região do Baixo Guadiana” (E3);

“desenvolvimento local, desde a vertente económica e social até à capacitação dos atores locais e cooperação territorial, interterritorial e transnacional...” (E2);

Para além dos projetos elencados, foram também destacados, embora com menor importância, outros como: projetos para a qualificação de meios, infraestruturas e segurança, ou ao nível turismo rural fortemente ligado ao ambiente e à natureza e os produtos endógenos.

Os entrevistados também referem que no que diz respeito à estratégia seguida pela ATBG assume-se como um órgão de gestão das oportunidades de financiamento que

surgem para investir no território muito vocacionado para a criação de condições para a fixação de empresas, para a criação de postos de trabalho e conseqüente geração de valor e de desenvolvimento económico.

Ao nível do público-alvo, os entrevistados consideram que são:

“todos os atores locais e população em geral” (E2);

“a população com interesse em dinamizar o território...” (E3);

“há vários públicos-alvo (...) principalmente os privados e as empresas.” (E1);

Assim, na perspetiva dos entrevistados, são os atores locais (agentes públicos e privados) e a população em geral o público-alvo do trabalho da associação.

1.1.2. Papel desempenhado pela Associação

As organizações sem fins lucrativos são um eixo fundamental em qualquer política de desenvolvimento, na medida em que são um pilar determinante que favorece o exercício não só da democracia, mas também da nossa cidadania. As associações assumem uma importância social, cultural, ambiental, política, económica, entre outras, bastante significativa. Assim, na visão dos entrevistados, o papel desempenhado da Associação Terras do Baixo Guadiana:

“tem sido fundamental (...) quer na vertente económica, quer na atração de investimento, quer na vertente da criação de trabalho e fixação de pessoas.” (E2);

“tem realizado um trabalho meritório na gestão de fundos públicos e sabido adaptá-los às necessidades desta região.” (E2);

“apoio ao longo dos anos na criação de emprego e riqueza na produção para que a população não abandone o território.” (E3);

“portanto, vamos sendo sustentavelmente, diria eu... vamos dando passos pequenos, mas vamos evoluído desde 2000 até agora.” (E1);

1.1.3. Recursos humanos e financeiros mobilizados

Para que o trabalho desenvolvido pela Associação Terras do Baixo Guadiana cumpra com os objetivos e eixos de intervenção e, ao mesmo tempo responda às expectativas do público-alvo, são necessários recursos, quer financeiros quer humanos. No que

respeita aos recursos humanos, estes são fundamentais do correto desenvolvimento das atividades de uma entidade e, no caso de uma associação de desenvolvimento local torna-se fundamental que os colaboradores sejam conhecedores do território e das suas dinâmicas. O que diferencia a ATBG de outras associações é pelo simples fato da equipa ser conhecedora do território de intervenção. Apesar disso, os entrevistados consideram que a associação precisava de mais meios humanos para um melhor e mais correto trabalho, a saber:

“(...) somos apenas os dois técnicos e o coordenador do GAL (...)” (E3);

“tem uma estrutura reduzida” (E2);

“para se conseguir contratar alguém num território muito desertificado e despovoado nem sempre é fácil (...) a população mais ativa, os jovens deslocaram-se todos para o litoral.” (E1);

“O território estando desertificado e despovoado tem a fraca capacidade de atração dos jovens ... portanto para conseguirmos contratar alguém é difícil... não é fácil arranjar alguém para trabalhar.” (E1);

É consensual entre os três entrevistados que ao nível de pessoal a Associação está com algumas dificuldades.

Relativamente aos recursos financeiros, ainda existe muito a ideia que as associações têm de ser autossustentáveis e que o associativismo não merece qualquer tipo de apoio. Os entrevistados referem que:

“(...) Muito poucos (...) através das verbas atribuídas ao funcionamento do GAL (...)” (E3);

“nós funcionamos praticamente sempre só com projetos porque os próprios associados são associações muito pequenas, portanto, as quotas são num valor de 750€ por ano” (E1);

“(...) protocolos de animação com os municípios (...) de 1000€/ano” (E3);

“(...) o eixo principal e aquilo que financia a nossa equipa técnica é o funcionamento o designado funcionamento do GAL que é a medida de assistência técnica do programa LEADER, é financiado a 100%.” (E1);

“Aproveita-se tudo (...) os PO Regionais quer seja nos Programas Nacionais e Comunitários” (E2);

Apesar das dificuldades a ATBG conta com o apoio de diversas outras entidades, nomeadamente apoio dos seus três associados: ALCANCE – Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio, a ADP – Associação de Defesa do Património de Mértola e a ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana; e ainda conta com o apoio dos cinco municípios que integram a parceria do Grupo de Ação Local (GAL) da Associação Terras do Baixo Guadiana:

“A ATBG é composta por 3 Associações (...) que lhe prestam todo o apoio necessário em termos de gestão dos Órgãos Sociais...”. (E2);

“os nossos sócios apenas pagam as quotas no valor de 250€ cada” (E1);

“(...) os nossos sócios, (...) e os municípios (...)” (E3);

“Por outro lado, a estratégia para o território tem como parceiros 63 entidades (...)” (E2);

E, a essa forma de apoio, por outras entidades, segundo os entrevistados resume-se essencialmente:

“no pagamento das quotas e a câmara sede-nos as instalações” (E3);

“(...) a ATBG ter um relacionamento estreito com grande parte das entidades regionais e nacionais com influência nas políticas territoriais.” (E2);

“municípios e freguesias e restantes parceiros na divulgação das ações/avisos abertos” (E3);

“(...) câmara, por exemplo... apoia-nos com as instalações da sede da Terras.” (E1);

1.1.4. Relação estabelecida com a população

Sendo um dos grandes objetivos das associações de desenvolvimento local a promoção de territórios mais competitivos, sustentáveis, atrativos e coesos, sendo essencial o apoio à diversificação das funções dos territórios (Albino, 2004), é importante o estabelecimento de relações com a população local. Neste sentido, quando colocada a questão se a ATBG promove contactos com a população e de que forma são esses contactos, os entrevistados respondem:

“Os programas que a ATBG dinamiza/ desenvolve são por si só programas de proximidade e que requerem um contacto diário e constante com as populações.” “divulgamos sempre informação às pessoas seja através do site, seja através do nosso email” (E2);

“os contatos são contínuos”. (E1);

“Sim! A ATBG promove o contacto direto e de proximidade com a população.” (E2);

“quando sentimos a necessidade vamos ao território (...) fazemos reuniões abertas à população...participamos em vários eventos”. (E1);

“(...) reunimos muito com as entidades (...) Fazemos sessões abertas ao público.” (E3);

1.2. Características, potencialidades e constrangimentos do município de Alcoutim ao nível do desenvolvimento

Sobre “Quais as principais características distintivas do município de Alcoutim?”, e considerando que *“(...) isto é um município do interior (...) transfronteiriço...” (E1)*, os entrevistados destacaram a existência do grande rio do Sul: o Rio Guadiana.

“(...) isto é um município do interior (...) transfronteiriço...pode ser essa a mais-valia (...) a questão do despovoamento e da desertificação (...) é que o difere dos outros.” (E1);

“O município tem uma identidade própria e bem vincada, tendo nos produtos locais e no saber fazer a demonstração clara dessa identidade. A gastronomia (...).” (E2);

“O RIO GUADIANA (...) e proximidade de Castro Marim e Mértola a nível sociocultural e o património natural e cultural (...).” (E3);

“É um território homogéneo e com características muito próprias, onde a zona serrana tem uma grande influência do Alentejo e a zona ribeirinha – Rio Guadiana é o fio condutor desta região.” (E2);

Nos últimos 10 anos tem sido fundamental poder contar com os apoios e financiamentos que tem ajudado a combater as dificuldades de desenvolvimento do território. Segundo os entrevistados ainda há muito a fazer e, no entanto, tem vindo a ser feito um excelente trabalho, nomeadamente na valorização:

“dos produtos locais/ o saber fazer/ a gastronomia e se duvida o rio Guadiana (...) temos a natureza e a paisagem ... tem trazido muitos estrangeiros para a região e considero que este é outro caminho que deve ser percorrido.” (E2);

“do Património natural e cultural (...)” (E3);

Outro projeto fundamental, na visão dos entrevistados, está relacionado com o avanço dos trabalhos para a construção da Ponte Internacional Alcoutim-Sanlúcar:

“(...) eu diria que a questão da ponte (...) a questão da ponte era já uma lacuna, era já um anseio muito grande das populações deste território (...)” (E1);

Por ser um município de interior, que continua a manter as suas características originais, os produtos locais e endógenos bem como o Rio Guadiana são as características mais elencadas pelos entrevistados. Ao um território natural e genuíno, atrai população que queira usufruir de qualidade de vida, pelo que, os entrevistados, consideram que o turismo de natureza é um ponto forte para o desenvolvimento do território.

Refletindo sobre que outras características podem vir a contribuir para o desenvolvimento no município de Alcoutim, os entrevistados consideraram vários cenários, nomeadamente a necessidade de:

“(...) melhoria da navegabilidade do Guadiana.” (E1);

“(...) criação de novas infraestruturas (...) a tão aclamada Ponte Alcoutim/ San Lucar (...) a criação de condições de habitabilidade (...) apostar numa rede móvel de qualidade elevada, apostar no turismo sénior e na criação de condições para projetos de acolhimento/ alojamento sénior de qualidade (...)” (E2);

melhoria dos *“(...) os acessos rodoviários e vias de acesso (...)” (E3);*

apostar mais *“(...) ao nível do tecido empresarial e o turismo (...)” (E3).*

Apesar do aumento da melhoria de acessibilidades e vias de acesso que se tem verificado ao longo dos últimos anos, acaba por ser consensual entre os entrevistados que ainda há um longo caminho a percorrer. A construção de uma ponte internacional em Alcoutim, que liga Alcoutim a Sanlúcar, é uma obra muito valorizada. No entanto, o que poderá ainda vir a contribuir para o desenvolvimento do território poderá passar pela valorização do Rio Guadiana, a sua navegabilidade e na aposta no desporto náutico.

Questionados sobre as principais dificuldades, em termos de desenvolvimento, que o município de Alcoutim enfrenta, são apresentados como exemplos concretos:

“o decréscimo da população” e a falta de “aposta dos investidores no turismo.” (E1);

“(...) a desertificação e o despovoamento (...)” (E2);

“(...) a fraca participação cívica e um tecido económico deprimido e vulnerável (...)” (E2);

“(...) a reduzida indústria (...) a falta mão de obra (...) as insuficiências infraestruturais, equipamentos sociais e serviços (...)” (E3).

Todas estas dificuldades se devem essencialmente a:

“(...) as diversas políticas adotadas que não conseguiram cativar e fixar jovens e empresas geradoras de riqueza no município.” (E2);

e ao,

“... elevado índice de envelhecimento da população.” (E3).

Questionados sobre “E como podem ser superadas essas dificuldades?”, os entrevistados mencionaram:

“(...) ou há medidas discriminativas já ou para ontem...ou corremos o risco de se perder este território.” (E1);

“(...) romper com as políticas seguidas desde há 3 décadas para cá (...) depois devem ser criadas (...) condições de habitação (...) criar condições necessárias para as pessoas trabalharem remotamente neste território (...) criar condições mínimas para permanência das pessoas (...)” (E2);

“Acréscimo da atratividade do turismo decorrente do aumento da procura mundial de produtos turísticos, culturais, de lazer, agroalimentares e gastronómicos.” (E3);

“(...) na redução de impostos muito significativa para estes territórios de interior, para que se instalem empresas e se criem postos de trabalho, melhorar as vias de comunicação (...)” (E2);

“(...) mais apoios para o território e medidas de discriminação positiva. E, também terminarem os projetos estruturantes que estão identificados (...)” (E1);

“(...) valorização económica, não só de produtos tradicionais locais como dos produtos culturais inovadores.” (E3);

Ou seja, para os entrevistados é essencial que se olhe para o território como sendo um território único, com características muito próprias e diferenciadas, de forma a canalizar e fazer proveito dos apoios e financiamentos e dar resposta, efetivamente, às necessidades identificadas e problemas existentes.

Em relação à dimensão “Que exemplos de boas práticas, em prol do desenvolvimento do território, podem ser identificadas?” os entrevistados consideraram:

“O facto de nós existirmos já é uma boa pratica.” (E1);

“(...) as unidades de Turismo no Espaço Rural existentes (...) animação turística e ainda outras atividades como os percursos pedestres, BTT, todo o terreno, birdwatching, etc (...).” (E3);

Os entrevistados também destacaram a importância estrutural da existência de uma associação sediada no município, que faz com que os programas e fundos sejam direcionados para as necessidades do próprio território. Os entrevistados fazem uma avaliação positiva do trabalho realizado pela ATBG.

1.3. Trabalho feito, pela ATBG, em prol do desenvolvimento local, nos últimos 10 anos

Em relação à dimensão “Quais são as principais políticas de desenvolvimento que têm sido adotadas?”, os entrevistados consideraram:

“(....) A política seguida pela Terras tem sido, de acordo com a sua génese, uma política de proximidade com os atores locais e população em geral.” (E2);

É ainda destacado:

“Nestes territórios de baixa densidade, ou de baixíssima densidade, o efeito demonstrativo nos projetos é o mais importante de tudo. Se temos credibilidade gera confiança (...).” (E1);

Ou seja, o facto da ATBG estar sediada no território de intervenção é considerada uma mais-valia e, o facto de terem uma enorme proximidade com a população-geral, os entrevistados consideram que é uma política valorizada pela Associação e que tem vindo a demonstrar eficácia.

Colocada a questão “Quais são os principais desafios à implementação de projetos de desenvolvimento no território?”, os entrevistados destacam:

“A desertificação e o despovoamento são claramente (...)” (E1);

“(...) a reduzida participação dos atores locais e combater o descrédito das políticas apresentadas (...)” (E2);

“(...) Existe a falta de olhar para estes territórios de forma diferente.” (E3);

“(...) penso que as pessoas estão cansadas e desmotivadas e os resultados obtidos não têm sido suficientes para combater as assimetrias existentes.” (E2);

“(...) a questão do nosso eixo de intervenção se ter deslocado do turismo para a agricultura, eu acho que teve alguma influência a esse nível (...) estamos numa escala tão diminuta em que o turismo perdeu aqui um bocado de fogo (...)” (E1);

Ou seja, para os entrevistados o principal desafio à implementação de projetos de desenvolvimento no território é claramente a desertificação e o despovoamento que, acarreta outras dificuldades, tais como a fraca participação dos atores locais e a sua desmotivação. A deslocação do eixo de intervenção do turismo para a agricultura também é um fator importante, pois a agricultura não é, claramente, um sector atrativo para o desenvolvimento de atividade e, conseqüentemente, não atrai população da mesma forma que o turismo atrai.

À pergunta “De que forma a ATBG tem contribuído para o desenvolvimento no território?”, os entrevistados assumem ser(em) necessário(a)s:

Apostar “(...) em termos de infraestruturas e em termos de projetos estruturantes.” (E1);

“continuar a acreditar no território e nas suas potencialidades.” (E2);

“apoios financeiros a projetos.” (E3);

No entanto, consideram, também, que:

“Nos últimos 20 anos temos ditos centenas de projetos e não estamos a conseguir travar o problema da desertificação.” (E1);

“O Trabalho desenvolvido tem sido difícil, mas todo e qualquer ganho, mesmo que pequeno, é uma vitória pra o território e para a resiliência destas pessoas.” (E2);

“Devemos continuar a acreditar nas pessoas e nos projetos que pretendem desenvolver, ajudando na sua implementação é o foco de todo o trabalho.”
(E2);

Fruto do contributo pela ATBG e prova viva do que tem vindo a ser feito em prol do território é:

“o número de empresas criadas e também no número de postos de trabalho criados” (E2);

“melhoria de condições de trabalho e de rendimentos, na promoção e valorização de produtos locais e no saber-fazer, na criação e valorização de massa crítica” (E2);

“Os valores já atribuídos à população desde 2001, para a criação de emprego, de apoio a instituições sociais e empresas do território na agricultura e de turismo.” (E3);

Ou seja, para os ATBG tem contribuído para o desenvolvimento no território ao proporcionar oportunidades de financiamentos para projetos estruturantes, para implementação de empresas e criação de postos de trabalho. No entanto, também se tem verificado o apoio, ainda que em menor escala, a instituições sociais do território e na valorização do património cultural.

Ao nível de evidências concretas do trabalho feito pela associação em prol do desenvolvimento do município de Alcoutim, os entrevistados referem:

“(...) temos feito tantos projetos e todos os projetos que têm criado postos de trabalho e os têm conseguido manter (...).” (E1);

“(...) qualquer projeto faz a diferença... os nossos projetos são todos projetos inovadores e importantes.” (E1);

“(...) o número de projetos apoiados e os montantes aprovados e realizados.”
(E2);

Para os entrevistados há um elevado número de projetos apoiados que demonstram no terreno a importância crucial da ATBG para o território.

1.3.1. Parcerias da ATBG e dinâmicas locais em prol do desenvolvimento

Em relação à dimensão “De que forma as câmaras municipais têm contribuído para o desenvolvimento local?”, os entrevistados consideram:

“Nestes territórios de baixa densidade o principal motor são as autarquias.”
(E1);

“os municípios têm vindo a adaptar as políticas nacionais ao território local (...).”
(E3);

A sua importância estratégica da câmara municipal justifica-se porque:

“É um elo de ligação entre os setores públicos e privados.” (E3) e é, também, fundamental” (...) *para as questões da empregabilidade no território.”* (E1);

Questionados se “Existe facilidade em concertar estratégias de desenvolvimento local com os municípios?” do território de intervenção, os entrevistados consideram que:

“(...) até agora não têm existido dificuldades nem barreiras. Fazemos um trabalho complementar e aliás, as câmaras municipais fazem parte da nossa parceria, do nosso GAL.” (E1);

“(...) os Municípios colaboram ativamente no desenvolvimento da estratégia de desenvolvimento local da ATBG para o território de intervenção.” (E2);

“A ATBG tem um relacionamento estreito com os Municípios (...) sendo fácil a articulação e desenvolvimento de estratégias.” (E3);

Deduz-se das respostas que as relações existentes entre a ATBG com os municípios são de proximidade e de articulação estratégica e complementar.

Sobre as parcerias existentes e os formatos de definição de atuação conjunta, os entrevistados assumem existir sintonia com os demais atores sociais do território, desde logo a câmara, as juntas de freguesia e outras entidades públicas e privadas com intervenção no território.

“Num território onde tudo faz falta as associações que gerem os fundos comunitários como a nossa não são muitos, portanto nós conseguimos arranjar soluções para muitos dos problemas (...) a câmara acompanha de perto e existe a preocupação de criar condições para que as associações existam. Existe um trabalho de proximidade, cooperação e colaboração.” (E1);

“(...) a estratégia foi desenvolvida com os atores locais (...).” (E3);

Questionados sobre qual ou quais as políticas de desenvolvimento que consideram ter maior impacto na população e porquê, são apresentados como exemplos concretos:

“(...) a política de desenvolvimento que te mais impacto na população é a política social (...)” (E2);

“(...) é a política social.” (E3);

“(...) só através do impacto social se consegue diminuir assimetrias e conjugar integrar vários aspetos.” (E3);

Infere-se que são as medidas de política social as que maior impacto têm devido à fragilidade demográfica e social da população residente no território. Apesar da maior importância à ação social *“(...) só uma conjugação e articulação de várias políticas poderá atenuar ou reverter a situação.”* (E3).

Em termos de desafios futuros para o desenvolvimento local, os entrevistados destacam:

“(...) no próximo quadro comunitário vai haver um instrumento que é a Intervenção do Território Integrada, que é a ITI que foi uma temática que estou em crer que pode encerrar em si algumas das medidas discriminatórias positivas (...)” (E1);

“(...) temos alguma esperança de se conseguir fazer diferente no futuro...a tendência no futuro é para existirem menos fundos comunitários, mas apesar disso gostava que fossem mais dirigidos aos territórios que mais precisam e canalizar o máximo de financiamento para quem mais precisa.” (E1);

Rentabilizar melhor *“o bom relacionamento existente entre as várias entidades.”* (E2);

Tentar reverter o facto de os programas de apoio chegarem *“demasiado formatados o que por vezes impossibilita uma correta adaptação às características do território.”* (E2);

Minimizar as consequências da *“(...) excessiva burocracia exigida (...)”* (E3);

No geral, os entrevistados enfatizam a excelente articulação entre as várias entidades públicas e privadas em prol do desenvolvimento local no território de intervenção da

Associação Terras do Baixo Guadiana, nomeadamente no município de Alcoutim. Esta boa articulação permite dinamizar e promover, em conjunto, as atividades, apoios e programas desenvolvidos pela ATBG e planificar uma estratégia comum que dê respostas às necessidades do território.

O necessário aumento das verbas e das respetivas taxas de financiamento são mencionados como fatores-chave para o maior sucesso e impacte dos processos de desenvolvimento local dos territórios de interior e/ ou territórios de baixa densidade como é o caso. De referir ainda que o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos 10 anos pela ATBG é considerado pelos entrevistados como fundamental para o aumento do empreendedorismo e, diretamente, para a criação de postos de trabalho. Ao nível das infraestruturas é, também, consensual que a aposta na construção da Ponte Internacional Alcoutim-Sanlúcar – prevista a sua conclusão para 2026 - será fundamental para o aumento e valorização deste território. O turismo de natureza/ sustentável bem como o turismo rural tem contribuído fortemente para o desenvolvimento do território, no entanto verifica-se que a aposta nos últimos 10 anos tem vindo a ser no sector agrícola. Este é um setor, tal como referido anteriormente, que tem vindo a crescer nos últimos anos, no entanto poderá ainda crescer mais e vir a contribuir para a valorização do território. Para tal, os fundos têm de ser direcionados para esse intuito e, o aumento das taxas de financiamento/ cofinanciamento devem ser adaptadas, isto é, existir um incentivo e um aumento das mesmas para territórios de interior e de baixa densidade populacional.

2. Perspetiva do presidente da Câmara Municipal de Alcoutim sobre o território e o contributo da Associação Terras do Baixo Guadiana para o desenvolvimento do município de Alcoutim

Tendo como objetivo perceber a perspetiva do presidente da Câmara Municipal de Alcoutim sobre o contributo da ATBG para o desenvolvimento foi-lhe efetuada uma entrevista.

Com 56 anos de idade, este interlocutor (doravante referenciado de E4) foi intencionalmente selecionado pelo facto de deter um conhecimento relevante e aprofundado sobre todo o município e sobre o trabalho desenvolvido no território, resultante da sua experiência no desempenho de funções executivas na câmara municipal, e profissionais na ATBG, antes do desempenho do atual cargo político.

A entrevista aplicada está estruturada em duas subdimensões:

- Dinâmicas de desenvolvimento local existentes no município;
- Atores-chave do desenvolvimento local no município de Alcoutim.

2.1. Dinâmicas de desenvolvimento local existentes no município de Alcoutim

2.1.1. O trabalho realizado e a realizar, pela Câmara Municipal, no âmbito do desenvolvimento do município

Considerados uma unidade administrativa, os municípios apresentam várias características distintas, tais como população, desenvolvimento económico, social, a riqueza histórico-cultural, os aspetos físicos, entre tantas outras.

De acordo com o entrevistado *“o concelho de Alcoutim é todo ele distintivo dos demais”* (E4); pois:

“Somos um dos municípios mais envelhecidos e despovoados do país, com uma fraca taxa de natalidade.” (E4);

“(...) mas ao mesmo tempo temos a natureza, é um território puro, natural e isso é certamente um dos pontos fortes” (E4);

Para além do referido, o entrevistado salienta que o município de Alcoutim aposta em iniciativas e apoios para a população residente sendo que considera que, também, é uma característica distintiva:

“Existem várias iniciativas e apoios na área da saúde, ação social e cultura, ..., muitas dessas iniciativas pioneiras no país” (E4);

“temos incorporado novas infraestruturas sociais, culturais e desportivas, por exemplo.... Estas, sem dúvida, têm contribuído em muito para melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes” (E4);

O entrevistado afirma que *“todos os dias o executivo e a sua equipa trabalham para o desenvolvimento do município”* (E4). No entanto, há que salientar projetos e trabalhos desenvolvidos que são considerados importantes no desenvolvimento do território a nível económico, social, cultural, entre outros, nos últimos 10 anos:

“O festival do contrabando é um bom exemplo do que tem vindo a ser feito nos últimos anos. O festival traz pessoas, traz turismo, (...) O festival mexe com toda a economia local (...) cria toda uma dinâmica fundamental” (E4).

Relativamente ao que poderá vir a contribuir para o desenvolvimento do território destaca a construção da Ponte Internacional que liga Portugal e Espanha (Alcoutim e Sanlúcar) que considera poder vir a ser um fator importante em prol do desenvolvimento do território:

“A ligação com Sanlúcar vai fazer com que haja muita circulação de pessoas (...) as pessoas passam de um lado para o outro e tornam estes circuitos mais visitados.” (E4);

Espera-se que ponte seja um enorme marco para o desenvolvimento do território, pois segundo o entrevistado:

“Nem imagina a quantidade de pessoas que vem a Alcoutim, só que chegam, dormem e no outro dia vão embora, porque não há ligação com o lado espanhol.” (E4).

Para além da ponte, o executivo tem vindo a focar-se, também, em projetos ao nível do ambiente, projetos sustentáveis, como é o caso da aposta nas centrais fotovoltaicas. O entrevistado considera:

“A aposta em projetos fotovoltaicos dos últimos anos vieram gerar postos de trabalho. (...) “Apesar de não ser o que inicialmente estava previsto e pensado, estes parques criaram alguns postos de trabalho e verifica-se alguma dinâmica na economia local.” (E4).

A presença de parques fotovoltaicos no território, é considerado pelo entrevistado como uma forma de valorizar o território e, ao mesmo tempo, de certa forma gerar riqueza:

“O território está muito desocupado e se nós conseguirmos encontrar algumas novas formas de o ocupar e conseguir valorizá-lo, as pessoas que têm os terrenos alugados ficam com um rendimento que não tinham, isso gera riqueza no território.” (E4).

Para o entrevistado, a aposta no teletrabalho, também, é considerada como uma das prioridades do atual executivo:

“Temos um projeto que ficará localizado na vila de Alcoutim (...) o Celeiro de Ideias (...) que será um sítio para acolher nómadas digitais, com espaços de co-working.” (E4).

Ao criar condições para o teletrabalho, esta é uma medida que na visão do entrevistado poderá, no futuro, contribuir para a fixação de população no território, ajudando desta forma, também, para a diminuição da desertificação e despovoamento.

Relativamente a outros projetos de futuro, o entrevistado refere que existe uma aposta no turismo de natureza e na requalificação paisagista:

“Estamos em fase terminal de uma obra de reabilitação de dois moinhos de vento que vão ser albergues para peregrinos e caminhantes e que permitiram ainda criar um observador astronómico.” (E4);

“Estamos também a requalificar paisagisticamente a aldeia do Pereiro, pois percebemos que havia uma necessidade de revitalização.” (E4);

“Temos também prevista a reabilitação de um edifício para alojar migrantes.” (E4).

2.1.2. Principais dificuldades sentidas na implementação de projetos de desenvolvimento local no território

O entrevistado refere que, apesar de terem algumas ideias e projetos pensados, por vezes não é possível fazer exatamente aquilo que se pretende:

“Temos sempre um condicionalismo relacionado com os fundos.” (E4).

“... Alcoutim é um concelho que ao pertencer à NUT II Algarve fica prejudicado, pois não temos as características dos restantes concelhos do litoral (...) as taxas de financiamento e cofinanciamento são sempre mais reduzidas...” (E4).

Neste contexto, tendo em atenção os constrangimentos orçamentais para se poder implementar políticas de discriminação positiva face ao interior, é referido que a estratégia passa muito pela *“... captação de investimentos privados para Alcoutim possibilita a criação de empregos e a fixação / atração de população.”* (E4) É, pois, imperioso ultrapassar esses constrangimentos que impedem a dinamização de projetos no território.

“O território precisa de ser visto de outra forma, precisa que as entidades do poder central desburocratizem processos (...).” (E4);

“... o nosso executivo faz um esforço para apoiar todos aqueles que se queiram fixar no território, quer seja indivíduos quer seja empresas (...).” (E4).

Considera-se que se nada for feito, se se mantiverem as atuais conjunturas, levará ainda mais à desertificação humana do território, à perda dos investimentos realizados em equipamentos e infraestruturas, por exemplo.

À questão *“e como podem ser superadas as dificuldades sentidas?”*, o entrevistado refere:

“... através do que já tem vindo a ser feito, a descentralização administrativa, isto é, deve-se apostar mais na aproximação dos serviços à população, especialmente na saúde e educação.” (E4);

“A autarquia presta serviços de apoio à população, temos programas de apoio social (...).” (E4);

“Exemplo disso são a Unidade Móvel de Saúde, o programa Espaço Social, o Serviço de Teleassistência, Cartão Social, Alcoutim ainda +solidário e Transporte Social.” (E4);

As regiões não se desenvolvem de maneira homogénea, isto é, o desenvolvimento não ocorre em todos os locais e nem ao mesmo tempo e, em muito se deve à diferente participação efetiva da sociedade por meio de entidades e organizações, essenciais como motor ao desenvolvimento local.

2.2. Atores-chave do desenvolvimento local no município de Alcoutim

Neste sentido, foi colada a questão de qual/ quais seriam os principais atores do desenvolvimento local existentes no território de Alcoutim. O entrevistado refere:

“... o desenvolvimento local implica a articulação entre os diversos atores e as esferas de poder (...) todos são importantes (...).” (E4);

E especifica:

“... tais como a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo...” (E4);

Tendo em consideração que:

“... cada um dos atores tem sua contribuição para o desenvolvimento local...”
(E4).

No âmbito destas organizações existentes no território, o entrevistado considera que:

“(...) a Associação Terras do Baixo Guadiana pode ser considerada um ator fundamental nesse sentido (...) está sediada no território e contribui para o desenvolvimento de projetos estruturantes e inovadores (...)” (E4);

É referida ainda a boa articulação existente entre entidades, públicas e privadas, sendo que todas trabalham em prol do território e, segundo o entrevistado:

“(...) tentamos de alguma forma ir ao encontro das necessidades das pessoas e trabalharmos em parceria. (...) Eu acho extremamente importante trabalhar-se me parceria... saber quais são as necessidades e saber de que forma podemos ajudar (...)”. (E4).

O entrevistado considera que, de momento, se encontram satisfeitas as necessidades básicas. No entanto, dado o progressivo envelhecimento da população, o mesmo admite que poderão tornar-se insuficientes e, com o reduzido número de jovens a aumentar de ano para ano, as políticas e incentivos terão de ser reajustados e adaptados:

“(...) Isto tem sido uma luta enorme (...) se dermos condições a quem cá vive e para cá queira vir viver aos poucos vamos criando iniciativas e construindo infraestruturas (...) isto tudo promove o desenvolvimento do território ...” (E4).

3. A opinião da população residente no município de Alcoutim sobre o contributo da Associação Terras do Baixo Guadiana para o desenvolvimento local

Neste ponto será analisada a informação recolhida através do inquérito por questionário, aplicado a uma amostra da população residente no município de Alcoutim, que pretendeu recolher a sua perspetiva sobre o contributo da ATBG para o desenvolvimento local.

Foram inquiridos 79 indivíduos residentes no município de Alcoutim, 38 do sexo feminino (48,72% da amostra) e 40 do sexo masculino (51,28%), com idades entre os 20 e mais de 79 anos.

3.1.O conhecimento tido sobre a ATBG

De forma a avaliar o conhecimento dos inquiridos sobre a ATBG foram colocadas três questões, a saber:

- *Conhece a Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG)?*
- *Se sim, como teve conhecimento da ATBG?*
- *Já alguma vez contactou a ATBG?*

Verifica-se que 88.6% dos inquiridos conhecem a Associação (Tabela 6), sendo que 24.1% dos inquiridos conhecem-na “através de familiares, amigos e/ ou conhecidos”, verificando-se que a resposta “divulgação através de parceiros ou outras entidades” (Tabela 7) a segunda opção com maior percentagem de respostas (21.5%).

Mais de metade dos inquiridos (59.5%) nunca contactou com a ATBG (Tabela 8).

Tabela 6 - Conhece a Associação Terras do Baixo Guadiana?

	Frequência	%
Não	9	11,4
Sim	70	88,6
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

Tabela 7 - De que forma teve conhecimento da ATBG

	Frequência	%
Outro	11	13,9
Âmbito profissional	1	1,3
Através de familiar, amigo ou conhecido	19	24,1
Comunicação social	3	3,8
Divulgação através de parceiros ou outras entidades	17	21,5
Eventos e feiras	5	6,3
Projetos	1	1,3
Redes Sociais	4	5,1
Sessões de divulgação da Associação	13	16,5
Site da ATBG	2	2,5
Site do Portugal 2020, PDR2020	2	2,5
Trabalho	1	1,3
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

Tabela 8 - Respostas à questão "Já contactou a ATBG?"

	Frequência	%
Não	47	59,5
Sim	32	40,5
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

3.2. Conhecimento dos apoios e incentivos existentes e grau de satisfação relativamente aos mesmos

No que diz respeito a esta dimensão foram colocadas três questões:

▪ *Conhece alguma das seguintes medidas, programas ou sistemas de apoio ao financiamento geridos pela ATBG?*

No que diz respeito à questão anterior, os inquiridos eram obrigados a responder se “Sim”, conhecem medidas, programas ou sistemas de apoio ao financiamento geridos pela ATBG, ou a opção “Não”.

▪ *Se sim, quais;*

▪ *Quais as medidas enumeradas na resposta anterior que gostaria de ver replicadas no futuro?*

Em ambas as questões anteriores, os inquiridos poderiam escolher de entre várias opções, a saber:

- Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas;
- Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola;
- Cadeias Curtas e Mercados Locais;
- Promoção de Produtos de Qualidade Locais;
- Renovação de Aldeias;
- SI2E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego;
- +CO3SO - Emprego Interior;
- +CO3SO - Emprego Empreendedorismo Social.

Adicionalmente, para além das opções atrás, os inquiridos poderiam sempre acrescentar outras respostas.

Questionados sobre “Conhece alguma das seguintes medidas, programas ou sistemas de apoio ao financiamento geridos pela ATBG?”, verifica-se que 39 dos inquiridos (49.4%) não conhecem as medidas de apoio/ programas e/ou financiamentos geridos pela Associação (Tabela 9).

Tabela 9 - Conhece as medidas de apoio/ programas/ financiamentos geridos pela ATBG

	Frequência	%
Não	39	49,4
Sim	40	50,6
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

Relativamente aos apoios/ programas e/ou financiamentos dinamizados pela ATBG (Tabela 10) conhecidos, claramente os “pequenos investimentos nas explorações agrícolas” é o mais conhecido e, ao mesmo tempo o mais procurado, com 25% das respostas, seguindo-se a resposta “promoção de produtos de qualidade locais” (20% das respostas) e, em terceiro a “diversificação de atividades na exploração agrícola” com 14% das respostas dos inquiridos.

Tabela 10 -Tipos de apoios/ programas e/ou financiamentos mais conhecidos pelos inquiridos

	Frequência	%
Cadeias curtas e mercados locais	2	3,0
+ CO3SO – Emprego empreendedorismo social	2	3,0
Diversificação de atividades na exploração agrícola	8	14,0
Promoção de produtos de qualidade locais	12	20,0
Renovação de aldeias	7	12,0
Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	7	12,0
Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	15	25,0
CO3SO – Emprego interior	2	3,0
SI2E – Sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego	4	7,0
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

Relativamente às medidas que gostariam de ver replicadas no futuro (Tabela 11) verifica-se que no futuro os inquiridos gostariam de poder vir a usufruir do apoio “renovação de aldeias” com 16% das respostas dos inquiridos, seguindo-se o apoio “SI2E” com 15% das respostas dos inquiridos.

Tabela 11 - Tipos de apoios/ programas e/ou financiamentos que gostariam de ver replicados no futuro

	Frequência	%
Cadeias curtas e mercados locais	22	8,0
+ CO3SO – Emprego empreendedorismo social	24	9,0
Diversificação de atividades na exploração agrícola	5	2,0
Promoção de produtos de qualidade locais	38	14,0
Renovação de aldeias	44	16,0
Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	33	12,0
Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	30	11,0
CO3SO – Emprego interior	33	12,0
SI2E – Sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego	42	15,0
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

3.3. Conhecendo a existência da ATBG e do seu trabalho, qual a avaliação feita sobre o seu contributo para o território?

Nesta dimensão de análise foram colocadas seis questões aos inquiridos, a saber:

- *Considera que o trabalho desenvolvido pela ATBG tem respondido às necessidades da população?*
- *Considera que a ATBG tem em consideração os problemas da população nos projetos que dinamiza? Justifique a sua resposta.*
- *Considera que o trabalho desenvolvido pela ATBG tem respondido às necessidades do território?*
- *Considera que a ATBG tem em consideração os problemas do território nos projetos que dinamiza?*
- *Quais considera serem os efeitos diretos do trabalho desenvolvido pela ATBG?*

▪ *Quais considera serem os efeitos indiretos do trabalho desenvolvido pela ATBG?*

Relativamente ao trabalho desenvolvido pela ATBG, 57% dos inquiridos considera que tem correspondido às necessidades da população (Tabela 12).

Tabela 12 - O trabalho desenvolvido responde às necessidades do território

	Frequência	%
Não	27	34,2
Não sabe/ Não respondeu	7	8,9
Sim	45	57,0
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

68,4% dos inquiridos consideram que ATBG tem em consideração os problemas no território nas ações que dinamiza, sendo a justificação mais frequente “os técnicos são conhecedores do território e facilmente identificam as fragilidades e tentam dar resposta a essas mesmas fragilidades”.

Tabela 13 - Considera que a ATBG tem em consideração os problemas do território nos projetos que dinamiza

	Frequência	%
Não	4	5,1
Não Sabe/Não Respondeu	21	26,6
Sim	54	68,4
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

Entre os respondentes à questão: “Quais considera serem os efeitos indiretos da ATBG no território” (Tabela 14) verifica-se que: a “valorização do sector agrícola” com 21.6% de respostas e a “promoção de produtos locais” com 16.5% das respostas, destacam-se no tipo de efeitos gerados. Seguem-se: o “combate à desertificação” com 11.4% das respostas e o “turismo” com 8.9% de respostas. De salientar a percentagem de inquiridos que colocaram a opção “não sabe-/ não respondeu” – 25.3% das respostas.

Tabela 14 - Efeitos indiretos gerados pela ATBG no território

	Frequência	%
Combate da desertificação/ despovoamento	9	11,4
Criação de postos de trabalho	4	5,1
Não sabe/Não respondeu	20	25,3
Promoção da Economia Local	5	6,3
Promoção de produtos locais	13	16,5
Turismo	7	8,9
Valorização do Sector Agrícola	17	21,6
Valorização e crescimento	4	5,1
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

À questão colocada “Quais os efeitos diretos gerados pela ATBG no território”, agruparam-se as respostas em quatro grupos, a saber:

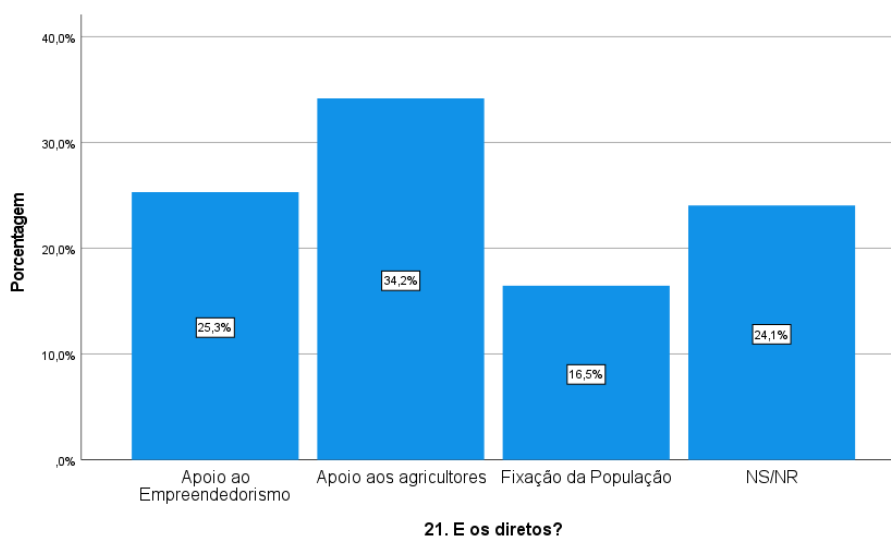
- o “apoio aos agricultores” com 34.2% dos inquiridos a partilhar esta opinião;
- o “apoio ao empreendedorismo” com 25.3% das respostas dos inquiridos;

e, por fim,

- a “fixação da População” com um total de 16.5% de respostas

Verifica-se que o número de pessoas que “não sabe/ não respondeu” é relevante, tal como registado em questões anteriores, o que parece evidenciar a existência de um grupo ainda expressivo de residentes que desconhecem, não sabem e/ou não querem opinar sobre o trabalho desenvolvido pela associação.

Figura 4 - Efeitos diretos da ATBG no território



Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

3.4. Conhecendo a existência da Associação e do seu trabalho, qual a avaliação feita sobre o seu contributo para o desenvolvimento local

Para captar a avaliação feita ao trabalho desenvolvido pela ATBG em prol do desenvolvimento local, foram colocadas as seguintes questões:

- *Conhece a estratégia de desenvolvimento local da ATBG?*
- *Se sim, considera que está adaptada ao território?*
- *Reconhece a ATBG como uma mais-valia para o desenvolvimento local?*

Justifique.

▪ *Reconhece a ATBG, enquanto Associação de Desenvolvimento local, com uma abordagem descentralizadora das políticas, mais concretamente emanadas pelas entidades do Governo?*

▪ *Considera que o trabalho desenvolvido pela ATBG seria melhor desenvolvido por uma entidade não local e menos próxima da comunidade?*

▪ *Considera que a ATBG é uma organização privilegiada para a implementação e boa gestão dos fundos para o desenvolvimento local?*

Apenas 19% dos inquiridos dizem conhecer a estratégia de desenvolvimento local da ATBG (Tabela 15).

Tabela 15 - Conhecimento da estratégia da ATBG

	Frequência	%
Não	64	81,0
Sim	15	19,0
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023

Tendo em conta a enorme percentagem de inquiridos que desconhecem a estratégia da Associação Terras do Baixo Guadiana (Tabela 15), apenas 13.9% dos inquiridos dizem que a estratégia está adequada ao território, contrastando com a percentagem de “não sabe/ não respostas” com 81.0% dos inquiridos (Tabela 16).

Tabela 16 - Adequabilidade da estratégia ao território

	Frequência	%
Não	4	5,1
Não Sabe/Não Respondeu	64	81,0
Sim	11	13,9
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

Foi questionado aos inquiridos se reconheciam a ATBG como uma mais-valia para o desenvolvimento local (Tabela 17). Pelas respostas verifica-se que 78.5% das respostas são “Sim” e apenas 8.9% responderam “Não”.

Tabela 17 – Mais-valia da ATBG para o desenvolvimento local

	Frequência	%
Não	7	8,8
Não Sabe/Não Respondeu	19	12,7
Sim	53	78,5
Total	79	100,0

Fonte: 1 Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

Quando foi pedido aos inquiridos para justificarem quais consideravam ser as mais-valias da ATBG para o território, as respostas foram agrupadas de acordo com o apresentado na Tabela 18. Verifica-se que 38% dos inquiridos revelaram que a diversidade de medidas e os apoios é a principal mais-valia. Seguem-se respostas relacionadas com o combate à desertificação e despovoamento com 22.8% das respostas dos inquiridos.

Tabela 18 - Mais-valias do trabalho desenvolvido pela ATBG para o território

	Frequência	%
Contribui para a valorização do território e população	14	17,7
Não sabe/Não respondeu	11	13,9
Pela diversidade de apoios	30	38,0
Pela proximidade com a população e o conhecimento das necessidades	6	7,6
Pelo combate à desertificação/ despovoamento	18	22,8
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

Ao colocar a questão “reconhece a ATBG, enquanto associação de desenvolvimento local, com uma abordagem descentralizadora das políticas, mais concretamente emanadas pelas entidades do Governo”, verifica-se que 78.5% dos inquiridos reconhece que “sim”, 12.7% dos inquiridos “não sabem/ não responderam” e apenas 8.8% dos inquiridos não reconhecem a Associação Terras do Baixo Guadiana enquanto associação com uma abordagem descentralizadora das políticas emanadas pelo Governo.

Tabela 19 - Reconhecimento da ATBG com abordagem descentralizadora das políticas emanadas pelo Governo

	Frequência	%
Não	7	8,8
Não Sabe/Não Respondeu	19	12,7
Sim	53	78,5
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

Para perceber se, na opinião dos inquiridos, o trabalho desenvolvido pela ATBG seria melhor desenvolvido por uma entidade não local e menos próxima da comunidade, foi colocada essa mesma questão (Tabela 20). Segundo as respostas, 17.7% dos inquiridos que considerem que o trabalho realizado pela Associação Terras do Baixo Guadiana seria gerido/ desenvolvido por outra entidade de forma mais correta. Por outro lado, a grande maioria dos inquiridos considera que o trabalho da Associação Terras do Baixo Guadiana está a ser gerido da melhor forma, com 89.8% das respostas dos inquiridos. Na tabela abaixo encontram-se os dados referentes à questão colocada:

Tabela 20 - Trabalho realizado pela ATBG seria mais bem gerido por outra ADL

	Frequência	%
Não	80	89,8
Não Sabe/Não Respondeu	6	7,6
Sim	14	17,7
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023.

Por fim, quando questionamos os inquiridos se a ATBG era uma associação privilegiada para a implementação e boa gestão dos fundos em prol do desenvolvimento local (Tabela 21) verifica-se que 78.5% dos inquiridos assume que “sim” e apenas 8.8% dos

inquiridos não considera a ATBG uma associação privilegiada para a implementação e boa gestão dos fundos em prol do desenvolvimento do território de Alcoutim.

Tabela 21 - A ATBG é uma associação privilegiada para a implementação e boa gestão dos fundos em prol do desenvolvimento local

	Frequência	%
Não	7	8,8
Não Sabe/Não Respondeu	19	12,7
Sim	53	78,5
Total	79	100

Fonte: Inquérito aplicado à população de Alcoutim entre os dias 15 e 20 de maio de 2023

4. Discussão dos resultados

Neste capítulo, iremos proceder à análise conjunta da informação recolhida junto dos informadores privilegiados (atores-chave) e da população residente em Alcoutim. Pretende-se, desta forma, destacar e refletir sobre as principais dimensões estruturantes, concordantes e divergentes, da opinião partilhada pelos intervenientes no estudo sobre a dinâmica de funcionamento da ATBG em prol do desenvolvimento local.

Assim, em função das opiniões recolhidas durante o estudo, verifica-se que, de acordo com o grupo inquirido da comunidade residente em Alcoutim, a ATBG oferece uma grande variedade de programas de apoio que agilizam o desenvolvimento do território, especialmente no que ao empreendedorismo e apoio aos empresários diz respeito. Na opinião dos entrevistados os apoios garantidos pela ATBG são vários:

“vamos colaborando nalguns programas regionais e temos interesse no futuro em desenvolver outro tipo de projetos talvez até ao abrigo do POCTEP (...).” (E1);

“(...) uma panóplia de projetos à volta do LEADER e não só (...).” (E1);

“Aproveita-se tudo (...) os PO Regionais quer seja nos Programas Nacionais e Comunitários (...).” (E2);

“(...) é importante reconhecer as vantagens dos apoios e financiamentos proporcionados pela ATBG para as dinâmicas económicas, sociais e culturais do município (...).” (E4);

A proximidade estabelecida, em geral com a população e o facto da Associação estar sediada no território é considerada uma mais-valia/ uma vantagem para a dinamização do município de Alcoutim e essa opinião é partilhada pelos atores-chave.

“Neste território, em que as populações são muito isoladas, onde não é fácil chegar a informação e em muito sítios onde não há internet... ter a Terras acaba por ser um balão de oxigénio deste território.” (E1);

“...é indiscutível o reconhecimento que é devido à Associação Terras, pois ao longo dos últimos 20 anos tem contribuído de forma positiva para o desenvolvimento do território (...) e tem tido a oportunidade de obter recursos que proporcionaram o desenvolvimento local.” (E4).

É, também, de destacar como elemento avaliativo positivo a elevada taxa de inquiridos que conhece a Associação e que tem conhecimento das medidas e apoios disponibilizados pela ATBG. O grupo de população residente inquirida considera, adicionalmente, que o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Associação dá resposta às necessidades do território e tem em consideração os problemas da população e do território. Adicionalmente, consideram que a Associação contribui para a valorização do território e, em especial, para o combate à desertificação e ao despovoamento. Os entrevistados partilham da mesma opinião:

“(...) ao estar sediada em Alcoutim, a Associação Terras do Baixo Guadiana tem a vantagem de conhecer o território e aí ter uma intervenção um quanto ou tanto integrada, onde o principal é o território e responder às necessidades do território (...).” (E4).

Estes elementos positivos contrastam, no entanto, com os 81% de inquiridos que assume desconhecer a estratégia de desenvolvimento seguida pela associação.

Sobre as oportunidades a serem tidas em conta pela Associação para melhorar futuramente a intervenção feita, os inquiridos destacam, principalmente, que gostariam de ver replicado o apoio “Renovação de aldeias” o apoio às empresas.

Na opinião dos atores-chave, o futuro do trabalho a ser desenvolvido pela ATBG por valorizar:

“os produtos locais/ o saber fazer/ a gastronomia e se duvida o rio Guadiana.” (E2);

“(...) a natureza e a paisagem (...).” (E2);

“O Património natural e cultural (...).” (E3);

E combater o que é uma tendência pensada dos municípios do interior, isto é:

(...) a questão do despovoamento e da desertificação” (E1);

Sendo um território onde o despovoamento e a desertificação são os principais problemas, os entrevistados consideram que a aposta deverá passar pela:

“(...) criação de novas infraestruturas (...) a tão aclamada Ponte Alcoutim/ Sanlúcar (...) a criação de condições de habitabilidade (...) apostar numa rede móvel de qualidade elevada, apostar no turismo sénior e na criação de condições para projetos de acolhimento/ alojamento sénior de qualidade (...).” (E2);

“(...) valorização dos recursos naturais (...) através de uma rede local de parceiros e uma base comunitária.” (E3);

No entanto e, apesar das oportunidades futuras elencadas anteriormente, consideram que:

“(...) ainda há muito a fazer (...) políticas estruturais para tornar o território mais coeso, capacitado e inclusivo, com uma dinâmica reforçada assente na agricultura.” (E3);

“A desertificação e o despovoamento são claramente os principais desafios de futuro (...).” (E1);

“(...) Existe a falta de olharem para estes territórios de forma diferente.” (E3);

“(...) o nosso governo e os nossos responsáveis esquecem que o interior também é importante para manter a economia de um país.” (E3);

Na visão dos inquiridos por questionário, a desertificação e o despovoamento também são os principais problemas futuros do município de Alcoutim. A par disso, a valorização do sector agrícola, dos produtos locais e endógenos, bem como o turismo poderão vir a ser importantes para promoção da economia local e na fixação de população, o que levará ao desenvolvimento local do território.

Considerando o trabalho desenvolvido pela ATBG, verifica-se que esta tem *“(...) sido um travão a esse processo de desertificação, mas infelizmente não temos sido a solução (...).” (E1)*. No entanto, o trabalho que tem vindo a ser feito está espelhado nos *“valores já atribuídos à população desde 2001, para a criação de emprego, de apoio a instituições sociais e empresas do território na agricultura e de turismo.” (E3)* e também através do *“(...) número de empresas criadas e também no número de postos de trabalho criados.” (E2)*.

No futuro e, apesar dos programas de apoio chegarem demasiado formatados o que por vezes impossibilita uma correta adaptação às características do território, os atores-chave mantêm a esperança de *“(...) temos alguma esperança de se conseguir fazer diferente no futuro...a tendência no futuro é para existirem menos fundos comunitários, mas apesar disso gostava que fossem mais dirigidos aos territórios que mais precisam e canalizar o máximo de financiamento para quem mais precisa.”* (E1).

Considerando a informação recolhida, verifica-se que a Associação Baixo do Guadiana contribui para o desenvolvimento do território, pois:

“(...) verificamos que não existe, a nível local, outras entidades que promovam a mesma tipologia de ação que a ATBG (...).” (E4).

“A ATBG define uma estratégia que visa a obtenção de meios/recursos financeiros e técnicos para serem colocados à disposição da população do território (...) entidades, pessoas, empresas, o que seja (...).” (E4);

“(...) trabalhamos em prol do território em que os beneficiários diretos são as entidades e pessoas ...” (E1);

“(...) estas duas décadas de trabalho possibilitaram a obtenção de recursos para o território, que de outra forma não seriam investidos.” (E2);

“O Trabalho desenvolvido tem sido difícil, mas todo e qualquer ganho, mesmo que pequeno, é uma vitória pra o território e para a resiliência destas pessoas.” (E2);

Demonstrativo do trabalho realizado em prol do desenvolvimento local, temos:

“Os valores já atribuídos à população desde 2001, para a criação de emprego, de apoio a instituições sociais e empresas do território na agricultura e de turismo.” (E3);

“(...) no número de empresas criadas e também no número de postos de trabalho criados (...) melhoria de condições de trabalho e de rendimentos, na promoção e valorização de produtos locais e no saber fazer, na criação e valorização de massa crítica, (...).” (E2);

“(...) nós somos e temos sido um travão a esse processo de desertificação (...).” (E1);

“(...) temos feito tantos projetos e todos os projetos que têm criado postos de trabalho e os têm conseguido manter (...).” (E1);

“(...) o número de projetos apoiados e os montantes aprovados e realizados.”
(E2).

Face ao exposto e em jeito de síntese, pode-se afirmar que as principais mais valias que a ATBG aporta no que ao desenvolvimento local diz respeito, são:

- Uma estrutura com recursos físicos, financeiros e humanos com capacidade e experiência de muitos anos de trabalho em contexto e processos de desenvolvimento local, especificamente no município de Alcoutim;

- Uma legitimidade própria, justificada pela especificidade de intervenção em torno do território;

- Capacidade de captação de fundos para apoiar a económica e os empresários locais.

De forma geral, considera-se que os participantes do estudo fazem uma avaliação positiva dos resultados e do trabalho desenvolvido pela ATBG embora reconhecendo que os problemas estruturais da região - despovoamento, desertificação e baixa densidade socioeconómica do território – existem e são difíceis de reverter. No entanto, a ATBG constitui um ator ativo na dinâmica de trabalho que luta contra a tendência pesada do abandono e do esquecimento dos territórios do interior.

Parte IV – Prioridades de intervenção identificadas a partir do estudo efetuado

O texto que se segue tem por base os resultados obtidos no estudo, assente na questão de partida: qual o contributo da ATBG para o desenvolvimento local do território – município de Alcoutim.

Os resultados que se apresentaram anteriormente, consubstanciam as opiniões recolhidas através da aplicação de um inquérito por questionário, colocado à população residente no município de Alcoutim, e das entrevistas, realizadas a atores-chave e, apresentam-se, de seguida, as prioridades de intervenção identificadas.

De uma forma geral, apesar de existir contacto com população e de ser uma associação com presença no território, verifica-se que ainda existe a necessidade de mais ações de divulgação presenciais e o aumento da rede de divulgação – usar outras formas de publicitação e divulgação que não somente as redes sociais. Também se verifica a necessidade de uma ação de maior proximidade, não só para divulgação como também e, especialmente, esclarecimentos e ajudas burocráticas relativamente aos apoios e financiamentos.

Neste contexto, e para melhorar a ação da ATBG, assumem-se como necessidades detetadas:

- Melhor e maior articulação com o setor empresarial apostando em ações de apoio direto às suas organizações no sentido de as envolver na estratégia de desenvolvimento local do território e da sua participação mais ativa;

- Maior conhecimento e divulgação junto da população do trabalho em curso e das ações/projeto em curso;

- Fortalecimento das parcerias com outras entidades para responder ao objetivo principal da associação que é promover o desenvolvimento económico, social, cultural, ambiental da área de intervenção;

- Enriquecer os materiais disponíveis à população/ potenciais beneficiários de financiamentos que caracterizam os procedimentos de elaboração de candidaturas e as medidas de apoio e financiamentos disponíveis;

- Promover mais ações para definição conjunta de interesses e estratégias.

O trabalho da ATBG em prol do desenvolvimento local do município de Alcoutim é de elevada importância, devido à sua aproximação à população (faz parte e está sediada no território) e o conhecimento das necessidades e problemas. Apresenta-se como sendo uma entidade fundamental para que o processo de desenvolvimento seja conseguido, no entanto e de modo que os problemas das populações e do território sejam superados e, conseqüentemente, diminuídas as assimetrias existentes com as demais regiões, há que fazer alguns ajustes à forma de trabalho.

Parte V – Plano de Ação

De forma a enriquecer o trabalho desenvolvido pela ATBG propõem-se os seguintes eixos de ação divididas em cinco temáticas/ áreas, conforme se expõe de seguida:

- Valorização e certificação de produtos locais/ endógenos;
- Aposta no sector agrícola;
- Aposta na valorização do Rio Guadiana;
- Aposta em infraestruturas e vias de acesso;
- Diversidade de apoio direcionados a territórios de baixa densidade.

1. Valorização e certificação de produtos locais/ endógenos

O município de Alcoutim é um território com um leque de produtos diferenciados que se distinguem pela sua qualidade e que mantêm traços de produção em conformidade com a tradição, o que congrega um enorme valor aos produtos finais. A gastronomia, por exemplo, é riquíssima, com pratos ricos em sabores “locais”. Nas várias cartas gastronómicas destacam-se: a lampreia, a saboga. Algumas das receitas destes pratos típicos são muito antigas, e de cariz regionalista, pelo que muitos dos sabores apenas poderão ser degustados na região do Baixo Guadiana, em concreto no município de Alcoutim.

Relativamente a outros produtos: o mel é um produto local de referência, de raiz milenar, produzido artesanalmente e adaptado à modernização de materiais e processos; o pão cumpre um papel importantíssimo no património cultural e gastronómico no município; e ainda podemos mencionar a doçaria como é o caso do bolo da massa do pão, entre muitos outros.

“O município tem uma identidade própria e bem vincada, tendo nos produtos locais e no saber fazer a demonstração clara dessa identidade. A gastronomia (...).” (E2);

A necessidade de valorização destes produtos é corroborada pelos atores-chave e pela população inquirida, nomeadamente quando estes últimos referem que gostariam de ver replicadas no futuro (Tabela 11), medidas/ apoios no âmbito da promoção de produtos locais de qualidade (14% de respostas), cadeias curtas e mercados locais (8%) e, de certa forma, os apoios ao empreendedorismo são essencialmente direcionados, para além do turismo e da agricultura, para a promoção dos produtos locais. Pode-se considerar que ao promover o empreendedorismo nos sectores agrícolas e turismo no território se está, de alguma forma, a promover e a valorizar os produtos locais.

“(...) tem trazido muitos estrangeiros para a região e considero que este é outro caminho que deve ser percorrido.” (E2);

A criação de espaços para valorização económica de produtos locais/ endógenos poderá ser uma opção no contributo para a valorização desses mesmos produtos. Esses espaços potenciam a criação do empreendedorismo, ainda que local: identificação de oportunidades de negócio que, por sua vez, leva à criação/ aumento de postos de trabalho potenciando a fixação de população no município. Com a comercialização desses produtos endógenos, produzidos no território, será valorizado e estimulado o trabalho em rede dos atores locais, com vista à certificação dos respetivos produtos, por exemplo.

“(...) melhoria de condições de trabalho e de rendimentos, na promoção e valorização de produtos locais e no saber fazer, na criação e valorização de massa crítica, (...).” (E2).

Cada vez mais é preciso valorizar os produtos de excelência de cada território assim como valorizar os seus promotores. Este é um dos aspetos referidos como essenciais para o desenvolvimento do território em estudo.

A representatividade de produtos locais/ endógenos releva que as práticas culturais sistematizadas ao longo dos tempos e transmitidas entre gerações, prevalecem sobre as oscilações geográficas e a evolução da própria comunidade.

Neste sentido, numa primeira fase é necessário preservar a autenticidade dos produtos endógenos (tradicionais) e apoiar na sua dinamização em mercados locais. Recomenda-se então a criação de um programa de apoio à qualificação e valorização dos produtos endógenos de Alcoutim, visando estruturar a oferta existente, promover a colaboração entre empresas, fomentar a inovação nos processos de produção e comercialização dos produtos endógenos, bem como reforçar a sua visibilidade externa.

De forma sintetizada, deve-se valorizar e potenciar os produtos turísticos associados aos recursos endógenos pois ao mesmo tempo estamos a impulsionar o trabalho em rede e a promoção conjunta do território.

2. Aposta no sector agrícola

Os territórios de baixa densidade são, cada vez mais, confrontados com constantes mudanças, o que nos leva a encetar uma estratégia para responder às exigências dos territórios. Nesse sentido, a aposta no sector agrícola é uma resposta face às dificuldades dos territórios de interior.

O sector agrícola e a produção/comercialização dos seus produtos, são sem dúvida uma das mais importantes iniciativas em prol do desenvolvimento de territórios de baixa densidade, nomeadamente no município de Alcoutim. Ao ter empresários/ empresas neste ramo que produzam e comercializem os seus produtos, estamos a promover direta e indiretamente outras atividades: desde logo a criação de postos de trabalho que leva à fixação da população; valorização e posterior certificação de produtos locais; valorização dos terrenos com a ocupação agrícola (recuperação de terras agrícolas ocupadas por matos) e, em resumo, o potencial de valorização económica de mercado dos produtos.

Os incentivos no sector agrícola pretendem a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção, com reflexo no desempenho das explorações agrícolas e nos produtos.

Apesar da existência de inúmeros apoios ao sector agrícola, verifica-se que no município de Alcoutim ainda está em falta algo: está em falta um sistema de incentivos específicos a territórios de baixa densidade que as dote de maiores instrumentos de apoio, por exemplo. A excessiva burocratização dos processos e também as baixas taxas de financiamento são consideradas uma barreira à implementação de projetos agrícolas no território.

3. Aposta na valorização do Rio Guadiana

O rio Guadiana teve e continuará a ter um papel fundamental no desenvolvimento do município de Alcoutim.

Essencialmente, a melhoria da navegabilidade, a adequação ambiental e paisagística e a melhoria da acessibilidade, considerada pelos atores-chave, seriam medidas fundamentais, justificam, para reavivar parte do município, ajudando a valorizar o conjunto patrimonial existente.

Esta opinião é partilhada pelos atores-chave:

“(...) melhoria da navegabilidade do Guadiana, também houve alguns investimentos a esse nível.” (E1);

4. Aposta em infraestruturas e vias de acesso

Sobre a importância da criação de infraestruturas e vias de acesso como mote para o desenvolvimento do território em estudo, a opinião dos atores-chave é partilhada:

“(...) criação de novas infraestruturas (...) a tão aclamada Ponte Alcoutim/ Sanlúcar (...) a criação de condições de habitabilidade (...) apostar numa rede

móvel de qualidade elevada, apostar no turismo sénior e na criação de condições para projetos de acolhimento/ alojamento sénior de qualidade (...).” (E2);

“(...) os acessos rodoviários e vias de acesso (...).” (E3);

“(...) eu diria que a questão da ponte (...) a questão da ponte era já uma lacuna, era já um anseio muito grande das populações deste território (...).” (E1);

Os investimentos realizados, como estradas, pontes e infraestruturas, são instrumentos para proporcionar dinâmica nestes territórios e aumentar a competitividade. Não só como mote para o desenvolvimento, mas, principalmente, para dar melhor qualidade de vida aos habitantes e permitir a fixação de população – combate à desertificação e melhoria da qualidade de vida dos habitantes:

“Esperamos que (...) a questão da ponte consiga travar de alguma forma ou inverter esta tendência.” (E1);

Há outras ambições que também são projetos muito importantes, como por exemplo a continuação do IC27. No entanto, não pode ser descurado a natureza e o ambiente, pois é um município como o slogan diz “Algarve Natural” e essa paisagem não deve ser desvirtuada.

Para além do referido anteriormente, ainda há a opinião de que para o desenvolvimento do território em estudo:

“(...) se deve romper com as políticas seguidas desde há 3 décadas para cá (...) depois devem ser criadas (...) condições de habitação (...) criar condições necessárias para as pessoas trabalharem remotamente neste território (...) criar condições mínimas para permanência das pessoas (...).” (E2).

Está em falta um projeto de valorização das margens ribeirinhas do Guadiana, nomeadamente a construção de equipamentos turísticos ao longo do território, bem como na valorização de todo património envolto.

Existem, em localidades do norte de Portugal, vários exemplos de rotas, dando ênfase à importância da atividade do turismo fluvial na valorização dos territórios. Um dos exemplos destas rotas é a Rota do Douro: Porto - Régua - Barca D'Alva - Porto Subida de Barco e Descida de Comboio.

Parece-nos conveniente a criação e implementação de um Programa (inter)Municipal de Valorização do Guadiana, isto é, a criação de Grupo de Trabalho de Valorização do Rio Guadiana, com definição de domínios de reflexão, para o estabelecimento de

consensos e definição de medidas de intervenção. Deve ser tido em conta as diferentes dimensões do desenvolvimento territorial: económicas, sociais, culturais, ambientais, entre outras, propondo uma estratégia integrada e flexível de intervenção, com identificação de cenários de futuro.

É essencial o envolvimento do município e dos principais agentes do setor privado e da sociedade civil.

À semelhança do que está a ser feito no Rio Douro, a criação de um Cruzeiro Rota do Guadiana que prometa uma experiência completa, que inclua a Subida de Barco até Alcoutim, pernoita em Hotel local e depois descida quer pelas margens do Rio quer pelo interior da serra algarvia, num agradável passeio de jipe.

Para além das vias de acesso e da construção da tão acalmada ponte, julgamos também ser conveniente, e aproveitando as excelentes condições do Rio Guadiana, a criação de um Centro de Alto Rendimento, à semelhança do Centro de Alto Rendimento do Pocinho, em Vila Nova de Foz Coa. A aposta no desenvolvimento de infraestruturas, neste caso específico que permita a prática de desporto náuticos ao mais alto nível, é uma mais-valia para o território, como forma de aproveitamento do Rio – um Centro de Alto Rendimento dedicado às modalidades de canoagem, natação, remo e triatlo, por exemplo.

A criação de um Centro de Alto Rendimento, para além de atrair equipas desportivas e permitir a promoção da economia local, também temos que considerar que um dos impactos é em termos de criação de emprego, na medida um Centro do género implica um grande número de mão-de-obra – atrai população para trabalhar e, indiretamente a fixação de população no município.

A aposta em infraestruturas poderá ser uma janela aberta pois pode potenciar a descoberta do município a quem de diversas formas se envolve na sua dinâmica de atividade.

Sugere-se também um aumento do número de protocolos e parcerias entre diversas partes e a introdução de uma mentalidade holística na perseguição da inovação, entendendo que estruturas deste tipo têm muito a dar a um território.

5. Diversidade de apoios direcionados a territórios de baixa densidade

Vários atores-chave são muito críticos relativamente aos apoios direcionados aos territórios de baixa densidade, nomeadamente nos apoios direcionados ao município de Alcoutim que, apesar de *“(...) o território vai tendo capacidade de atração para os fundos comunitários... as taxas deviam ser adaptadas ao território para atrair mais*

investimentos.” (E1), ainda assim, no geral a opinião é que deverão ser revistos os apoios e adaptá-los aos territórios e diversificá-los:

“(...) ou há medidas discriminativas já ou para ontem...ou corremos o risco de se perder este território.” (E1);

“(...) na redução de imposta muito significativa para estes territórios de interior, para que se instalem empresas e se criem postos de trabalho, melhorar as vias de comunicação (...).” (E1);

“(...) mais apoios para o território e medidas de discriminação positiva. E, também terminarem os projetos estruturantes que estão identificados (...).” (E1);

“(...) ter um programa de proximidade que consiga financiar projetos de investimento neste território (...).” (E1);

“Desde logo as taxas de cofinanciamento podiam, ao abrigo das medidas discriminatórias positivas (...) ser a solução para este território.” (E1);

“(...) eu acho que em zonas de baixíssima densidade como esta, as taxas de cofinanciamento dos projetos podiam ser muito maiores e o município de Alcoutim sofre disso.” (E1);

“Deviam olhar ao nível de território e dos municípios e não por região.” (E1);

Os projetos localizados nos territórios de baixa densidade têm vantagens ao nível dos incentivos e dos programas de apoios existentes, no âmbito do Portugal 2020, Portugal 2030 e no Turismo de Portugal. No entanto, as taxas de financiamento ainda estão aquém do que é necessário:

“(...) eu acho que são indicados, podem é ser insuficientes.” (E1);

“Desde logo as taxas de cofinanciamento podiam, ao abrigo das medidas discriminatórias positivas (...) ser a solução para este território.” (E1);

Recomenda-se o estudo de viabilidade, por parte da Câmara Municipal de Alcoutim ou outra entidade com importância no território, de incentivos específicos para territórios de baixa densidade, nomeadamente para o município de Alcoutim. Recomenda-se o estudo de viabilização de candidaturas a fundos comunitários para projetos a aplicar no território, de forma a absorver e canalizar os dinheiros para as áreas urgentes.

Os territórios de baixa densidade, como é o caso do município de Alcoutim, têm de começar a ser considerados como uma folha em branco, e neles escrever projetos de futuro que consigam dar respostas às dificuldades encaradas.

Considerações Finais

A presente investigação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo do Instituto Politécnico de Beja, teve como objeto de estudo compreender o contributo de uma associação de desenvolvimento local, nomeadamente o contributo da Associação Terras do Baixo Guadiana, no desenvolvimento local, especificamente no município de Alcoutim.

Assim sendo, para se alcançar objetivo foi necessário, numa primeira fase, produzir um enquadramento teórico abordando-se os conceitos desenvolvimento e desenvolvimento local, definindo-se o desenvolvimento local como um processo de mudança, que fomenta o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos e comunidades locais (Amaro, 2009).

Numa segunda fase, foi necessário trilhar um caminho a nível metodológico, adotando-se como método de investigação misto: quantitativo e qualitativo, sendo a abordagem metodológica o estudo de caso, utilizando-se, no processo de recolha de dados, técnicas de investigação como a pesquisa documental, a entrevista, nomeadamente, a entrevista semiestruturada a atores-chave e, também, a técnica de inquérito por questionário a uma amostra da população residente no concelho em estudo.

Após recolha de dados procedeu-se à análise e discussão de resultados e aqui concluiu-se que, no que respeita à intervenção da Associação Terras do Baixo Guadiana no âmbito do desenvolvimento local do município de Alcoutim é possível concluir que, em termos gerais, o seu trabalho é valorizado e muito reconhecido pela população residente. A Associação tem vindo a desenvolver várias atividades em prol do desenvolvimento local do território com apoio concreto a empresários e à população local.

No entanto, contata-se, também, que, apesar da ATBG ter um historial de intervenção, há aspetos a melhorar. Da análise efetuada, a participação da população e o trabalho em parceria são aqueles que ressaltam como os menos conseguidos na intervenção da ATBG. Interligada está insuficiente divulgação do trabalho da associação, desde logo os seus objetivos e a estratégia desenvolvida o que, logicamente, impacta na mobilização e na participação dos atores locais.

Tendo como base estas lacunas são apresentadas algumas recomendações de qualificação do trabalho futuro da ATBG. Enquanto entidade que intervém num território rural que se caracteriza por apresentar bastantes problemas estruturais, como a desertificação, deverá, quanto a nós:

- Promover a participação e o envolvimento da população, isto é, estreitar os laços de relação com a população;

- Promover, junto da comunidade e das demais entidades locais, ações e atividades de divulgação e de promoção do trabalho realizado e, especialmente, do trabalho a realizar;

- Apostar em privilegiar a diversidade das atividades, especificamente as relacionadas com a cultura, património e demais características específicas do território;

Existe a clara noção que este estudo apenas representa uma parte de todos os efeitos observáveis, dado o perfil exploratório do estudo. Importa densificar a análise dos contributos do trabalho desenvolvido pela ATBG através de avaliações frequentes, a serem desenvolvidas pela própria associação ou entidade externa, com indicadores de avaliação de impacto de curto, médio e longo prazo. A hétéro e a autoavaliação do trabalho feito devem ser instrumentos de regulação da atuação, e de aferição da qualidade da mesma, por parte da ATBG.

Referências Bibliográficas

- Albino, J. (2004). *Contributo para a História do Desenvolvimento local em Portugal*. ANIMAR
- Almeida, J. (2019). *O desenvolvimento nos territórios de baixa densidade: O potencial endógeno no município de Oliveira de Frades* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/93407>
- Amaro, R. R. (1990). O 'puzzle' territorial dos anos 90. *Uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões)*, in *Vértice*, n.º33, pp. 39-48
- Amaro, R. R. (1990, setembro-outubro). Desenvolvimento e Injustiça Estrutural. *Communio*. (5). pp. 449-459
- Amaro, R. R. (2001). *Opções, Estratégias e Actores de Desenvolvimento em Confronto no Caso de Foz Côa*. Lisboa. Edições 70
- Amaro, R. R. (2004, janeiro/julho). Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 35-70. <https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Antunes, H. M. (2017). *(Eco)turismo e Lazer no Desenvolvimento dos Territórios Rurais. O caso dos percursos pedestres no município de Góis: proposta de valorização*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório comum da Universidade de Coimbra <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/20797?locale=en>
- ATBG (2014). *Território do Baixo Guadiana*. Letras Encantadas
- Azevedo, N. (2010). *Tempos de mudança nos territórios de baixa densidade. As dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=139605
- Azevedo, N., Marques, T. & Ramos, L. (2012). *A governança em territórios de baixa densidade. O caso de Trás-os-Montes e Alto Douro*. IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais

- Baptista, A. (1999). Políticas Para o Desenvolvimento do Interior: Um Contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006. *Estudos Regionais* (2), pp. 4-11. Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Bebiano, Rui (2020), Em movimento, entre passado e futuro. *Fluir*, 4, pp.16-20. <https://viewer.joomag.com/fluir-fluir-n%c3%bamero-4-fevereiro-2020/0560183001581889522?short>
- Bisquerra, R. (1989). *Métodos Investigación Educativa: Guia practica*. Ediciones CEAC
- Blakely, E. (1994). *Planning Local Economic Development: Theory and Practice*. California. Sage Publications.
- Botelho, J. (2021). História do Desenvolvimento Local na 1ª Pessoa – 30 anos do Programa LEADER. Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local. <https://www.minhaterra.pt/wst/files/l13774-3.XMARIAXJOXXOXBOTELHOXVF2.PDF>
- Candeias, José. (2002). *A propósito das associações de desenvolvimento local do Alentejo*. Alcáçovas. Associação Terras Dentro
- Carvalho, C. & Oliveira, C. (2017). Uma leitura de género sobre mobilidades e acessibilidades em meio rural. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 35, 129-146. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cct/n35/n35a09.pdf>
- Carvalho, N. (2009). *Desenvolvimento local sustentável – A Agenda 21 Local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação*. Barlia (5), 79-94. Repositório comum. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13032/1/SOFIA_MESQUITA.pdf
- Carvalho, N. (2016). *Do Paradigma Funcionalista ao Paradigma Territorialista: discursos, políticas, práticas e contradições sobre o Desenvolvimento local em Portugal*. Atas do II Congresso Internacional Educação, Ambiente e Desenvolvimento. OIKOS – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria
- Carvalho, N. (2020). Turismo e recursos endógenos como catalizadores do desenvolvimento local sustentável nos territórios de baixa densidade populacional. Em *Revista Turismo, Sociedade e Ambiente*, pp. 23-29. <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532004123>

- Carvalho, N. (2021). Desenvolvimento local sustentável nas áreas protegidas. In M. E. Damasceno Silva (Ed.), *O Meio Ambiente e a Interface dos Sistemas Social e Natural 3* (Vol. 3, pp. 37-49). <https://doi.org/10.22533/at.ed.116210801>
- Coutinho, C. (2005). *Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal - uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas*. IEP- Universidade do Minho
- Coutinho, C. P. (2020). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas – Teoria e Prática*. (2.^a ed.). Almedina
- Covas, A. & Covas, M. (2015). *Multiterritorialidades – Temas e Problemas de Governança e Desenvolvimento Territoriais*. Edições Colibri
- Creswell, J. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre. Artmed
- Deliberação n.º 55/2015 da CIC Portugal 2020 (2015). [lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=29&fileName=Delibera_o_55_2015_01_07_AlteraTBD.pdf](https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=29&fileName=Delibera_o_55_2015_01_07_AlteraTBD.pdf)
- Dias, T. (2016). *Perspetivas de Desenvolvimento e coesão no município de Vila Pouca de Aguiar*. [Tese de mestrado. Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/27606/1/igotul009090_TM.pdf
- Domingues, M. (2021). *A avaliação do Desenvolvimento local segundo a perspetiva das entidades de Economia Social - Uma proposta da Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento local*. [Tese de Doutoramento. Universidade da Beira Interior]. Repositório digital da Universidade da Beira Interior <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/12073>
- ESDIME (1997). *Práticas e pistas para o desenvolvimento local no Alentejo - desenvolver desenvolvendo*. desenvolver-desenvolvendo-praticas-e-pistas-para-o-desenvolvimento-local-no-alentejo.pdf (esdime.pt)
- Ferrão, J. & Lopes, R. (2003). Zones Rurales et Capacité Entrepreneuriale au Portugal: Pratiques, Représentations, Politiques, Géographie, Économie, Société. *Géographie Économie Société*, 5, pp.139-160. [https://doi.org/10.1016/S1295-926X\(03\)00038-8](https://doi.org/10.1016/S1295-926X(03)00038-8)

- Ferrão, J. (2000). Relações entre o Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Atual e Pistas para o Futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 45-54). <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/368/1/33.02.pdf>
- Fraenkel, J., Wallen, N., & Hyun, H. (2012). *How to design and evaluate research in education*. (8 th ed). McGraw – Hill International Edition. New York.
- Fragoso, A., (2005). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, (5). pp.63-83.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas
- Gradim, A. (2006). *Alcoutim Urbano E Rural: Dos Finais Da Idade Média Ao Fim Do Antigo Regime*. Edições Colibri/Câmara Municipal De Alcoutim.
- Guerreiro, M. I. (2008). Associações de Desenvolvimento local: que contributo para o Desenvolvimento local? o estudo de caso da ADPM. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa]. Repositório do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1448>
- Henriques, S. (2014). *Análise de Conteúdo*. Universidade Aberta
- INE (2019). *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2018*. Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE (2023). INE – Estatísticas da População – 1º Trimestre de 2023 [Em linha]. Lisboa. INE, 2023 [Consultado em março de 2023].
- Latorre, A.; del Rincon D. & Arnal, J. (1996). *Bases metodológicas de la investigación educativa*. Hurtado Ediciones.
- Lopes, A., S., (2006). Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (75), pp.41-61. <https://doi.org/10.4000/rccs.899>
- Milani, C. (2003). Teorias do capital social e Desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pitadas (Brasil). *Organizações e Sociedade*, volume 11, pp.13-42. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12637>
- Monteiro, A. (2021). *Estudo de indicadores de Desenvolvimento local* [Tese de Doutoramento, Universidade Beira Interior]. Repositório Digital da Universidade da Beira Interior.

<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/12073/1/TESE%20Desenvolvimento%20Local%20%20Marco%20Domingues%20Junho%202021.pdf>

- Moreno, L. (2003). *O LEADER em Portugal Continental: Contexto e Elementos de uma Análise Geográfica de Conteúdos*. Apresentado no V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada. Bragança. <https://sper.pt/congressos-e-seminarios/>
- ONU (2015). *O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015*. Nova York. abm.org.br/ods/wp-content/uploads/2017/10/Relatorio-sobre-os-Objetivos-do-Milenio-2015.pdf
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia comunitária*. Fim de Século.
- Pacheco, J. A. (1995). *O pensamento e a ação do professor*. Porto. Porto Editora
- Pernet, S. (2016). *Empreendedorismo e Capacitação em meio rural. Estudo de caso no Togo*. [Dissertação de mestrado. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12622/1/2016_ECSH_DEP_Trabalho%20de%20projeto_Sabine%20Pernet.pdf
- Polése, M., (1998). *Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L., (2005). *Manual de Investigação em ciências sociais*. Lisboa. Gradiva Publicações
- Reis, P., & Baltazar, M., S., (2018). A problemática do desenvolvimento e crescimento económico: visitar conceitos, teorias e model. *Desenvolvimento e Sociedade*, 4, pp.153-172. http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/issue/view/102/showToc
- Ribeiro, F. (2017). *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão. Humus.
- Santos, A. (2014). *O discurso do desenvolvimento: trajetória, renovações e questionamentos*. XIX Encontro Regional De História, julho de 2014. http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1402966473_AR_QUIVO_Odiscursododesenvolvimentotrajectoria.renovacoesequestionamentos.pdf
- Santos, M. O., & Baltazar, M. S. (2005). *Experiências de Desenvolvimento local na região portuguesa do Alentejo*. Centro Internacional de Formação da OIT.

<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11098/1/Abrindo%20Trilhos.%20Tecendo%20Redes.pdf>

- Saraiva, J.. (2002). *Relações Internacionais: dois séculos de história*. Brasília. IBRI - Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
- Silva, Â., Lima, F. & Chamusca, P. (2010). *Estratégias de Eficiência Colectiva em Territórios de Baixa Densidade: Reflexões a Propósito do Minho-Lima e do Tâmega*. Atas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, outubro 2010, Porto: Faculdade de Letras - Universidade do Porto. <https://docplayer.com.br/42605548-Estrategias-de-eficiencia-colectiva-em-territorios-de-baixa-densidade-reflexoes-a-proposito-do-minho-lima-e-do-tamega.html>
- Stone, D. (2012). *The Oxford handbook of postwar European history*. Oxford. Oxford University Press.
- Thorbecke, Erik (2006). *The Evolution of the Development Doctrine, 1950-2005*. United Nations University
- Vieira, N. R. G. (2014). O Associativismo Como Motor do Desenvolvimento local Uma Síntese Metodológica para a Fomentação da Cidadania. [Dissertação de Mestrado, Universidade Beira Interior]. Repositório digital da Universidade da Beira Interior. https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/6202/1/3961_7638.pdf
- Xavier, A. P. (2021). *Desenvolvimento local em Portugal - Uma História Contada na Primeira Pessoa – Testemunho*. Federação Minha Terra

Anexos

Entrevista a coordenador e funcionários da entidade:

GUIÃO DE ENTREVISTA – COLABORADORES E COORDENADOR DA ATBG

OBJETIVOS: Compreender o contributo das ATBG, segundo a opinião dos colaboradores, enquanto ADL dinamizadora do Desenvolvimento local no município de Alcoutim, a partir da intervenção assegurada nos últimos 10 anos

Esta entrevista será aplicada no âmbito de um estudo em curso sobre: *O Contributo das ADL para o Desenvolvimento local, tendo em conta um estudo de caso no interior algarvio*, que está a ser desenvolvido no âmbito do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo, do Instituto Politécnico de Beja.

Muito agradecemos a sua disponibilidade para colaborar. Os dados recolhidos serão apenas utilizados no âmbito do estudo em curso. Garante-se total confidencialidade.

Informa-se adicionalmente que a participação nesta investigação tem um carácter voluntário, pelo que pode negá-la ou decidir interromper a realização da entrevista, a qualquer momento, se assim o entender. Nos termos constantes do RGPD - Regulamento Geral sobre Proteção de Dados informa-se adicionalmente que:

- 1) Os dados que irão ser recolhidos servirão apenas para os fins do estudo em curso, não sendo alvo de divulgação a mais ninguém ou entidade;
- 2) No fim do estudo (maio de 2023), o registo áudio/vídeo da entrevista será destruído;
- 3) O responsável pela recolha e tratamento dos dados é Catarina Isabel Madeira Cavaco, contactável através de: catarina_c3@hotmail.com e 967680513;
- 4) O responsável pela área da proteção de dados no IPBeja pode ser contactado através do email: epd@ipbeja.pt, podendo expor reclamação, se aplicável.

Tendo tomado conhecimento sobre a informação acerca do estudo e os meus direitos no âmbito do RGPD, declaro que que:

___/___/2023

Aceito participar

Não aceito participar

Dimensão 1

Dados Pessoais

1.1 Tempo que desempenha o cargo/ função

Dimensão 2

Caracterização da ADL

- 2.1 Como surgiu?
- 2.2 Com que objetivo foi criada? (objetivos, eixos de intervenção)
- 2.3 Quais as principais áreas de intervenção
- 2.4 Como analisa o papel desempenhado enquanto associação de Desenvolvimento local?
- 2.5 A quem é dirigido esta ADL? (público-alvo)
- 2.6 Que recursos humanos são mobilizados?
- 2.7 Quais os recursos financeiros, instrumentos, estratégias e metodologias que utilizam para a sua implementação?
- 2.8 Quais as entidades que apoiam esta ADL?
 - 2.8.1 E de que forma?
- 2.9 A ADL promove o contato com a população?
 - 2.9.1 De que forma?

Dimensão 2

Elementos relevantes do Desenvolvimento local no Município de Alcoutim

- 2.1 Na sua perspetiva, quais as principais características distintivas do município de Alcoutim?
 - 2.1.1 Porquê?
- 2.2 De entre as características que elencou quais, os que mais têm contribuído para o Desenvolvimento do município de Alcoutim, nos últimos 10 anos?
 - 2.2.1 Porquê?
- 2.3 Sem contar os que elencou atrás, quais aqueles que podem vir ainda a contribuir?
 - 2.3.1 Porquê?

Dimensão 2

Trabalho feito, pela ATBG, em prol do Desenvolvimento local, nos últimos 10 anos

- 2.4 Quais são as principais políticas de Desenvolvimento que têm sido adotadas?
 - 2.4.1 Porquê?
- 2.5 Quais são os principais desafios à implementação de projetos de Desenvolvimento no território?
 - 2.5.1 Porquê?
- 2.6 De Que forma tem contribuído para o Desenvolvimento no território?
 - 2.6.1 Porquê?
- 2.7 Que evidências demonstram esse contributo?
- 2.8 Quais as principais dificuldades, em termos de Desenvolvimento, que o município de Alcoutim enfrenta?
 - 2.8.1 Porquê?
- 2.9 E como podem ser superadas essas dificuldades?
- 2.10 Que exemplos de boas práticas, em prol do desenvolvimento do território, podem ser identificadas, fruto do trabalho desenvolvido pela Associação?
- 2.11 Que aspetos se destacam nesses exemplos de boas práticas? Que evidências concretas existem que comprovem o facto de serem boas práticas?
- 2.12 Que evidências concretas existem do contributo do trabalho feito pela Associação em prol do desenvolvimento do município de Alcoutim?

Dimensão 2

Outros contributos para o Desenvolvimento local no Município de Alcoutim

- 2.13 Na sua perspetiva, quais são os principais atores no Desenvolvimento local?
 - 2.13.1 Porquê?
 - 2.13.2 Existe algum que se destaque?

- 2.14 De que forma as câmaras municipais têm contribuído para o Desenvolvimento local?
- 2.15 Existe facilidade em concertar estratégias de Desenvolvimento local com os municípios?
- 2.16 Toma em consideração os aspetos identitários e problemas da população do território nos projetos/ iniciativas que dinamiza?
 - 2.16.1 Como?
- 2.17 Considera que os apoios dos fundos estruturais da UE são fundamentais para o Desenvolvimento local?
 - 2.17.1 Porquê?
- 2.18 Qual política de Desenvolvimento considera que tenha maior impacto junto da população?
 - 2.18.1 Porquê?
- 2.19 Que desafios acha que existem relativamente ao relacionamento e articulação entre entidades públicas de diferentes níveis geográficos (local, intermunicipal, regional, nacional)?

Entrevista a Presidente da Câmara do território de intervenção:

Presidente da Câmara

OBJETIVOS: Perceber a perspetiva da câmara sobre o território e o contributo da ADL para o desenvolvimento.

Este inquérito será aplicado no âmbito de um estudo em curso sobre: *O Contributo das ADL para o Desenvolvimento local, tendo em conta um estudo de caso no interior algarvio*, que está a ser desenvolvido no âmbito do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo, do Instituto Politécnico de Beja.

Muito agradecemos a sua disponibilidade para colaborar. Os dados recolhidos serão apenas utilizados no âmbito do estudo em curso. Garante-se total confidencialidade.

Informa-se adicionalmente que a participação nesta investigação tem um carácter voluntário, pelo que pode negá-la ou decidir interromper a realização da entrevista, a qualquer momento, se assim o entender. Nos termos constantes do RGPD - Regulamento Geral sobre Proteção de Dados informa-se adicionalmente que:

- 5) Os dados que irão ser recolhidos servirão apenas para os fins do estudo em curso, não sendo alvo de divulgação a mais ninguém ou entidade;
- 6) No fim do estudo (maio de 2023), o registo áudio/vídeo da entrevista será destruído;
- 7) O responsável pela recolha e tratamento dos dados é Catarina Isabel Madeira Cavaco, contactável através de: catarina_c3@hotmail.com e 967680513;
- 8) O responsável pela área da proteção de dados no IPBeja pode ser contactado através do email: epd@ipbeja.pt, podendo expor reclamação, se aplicável.

Tendo tomado conhecimento sobre a informação acerca do estudo e os meus direitos no âmbito do RGPD, declaro que que:

___/___/2023

Aceito participar

Não aceito participar

Dados Pessoais

1.2 Idade

1.3 Cargo/ função que desempenha

1.4 Tempo que desempenha o cargo/ função

Elementos relevantes do Desenvolvimento local no Município de Alcoutim

2.10 Na sua perspetiva, quais as principais características distintivas do município de Alcoutim?

2.11 Porquê?

2.12 De entre as características que elencou quais, os que mais têm contribuído para o Desenvolvimento do município de Alcoutim, nos últimos 10 anos?

2.13 Porquê?

2.14 Sem contar os que elencou atrás, quais aqueles que podem vir ainda a contribuir?

2.15 Porquê?

Trabalho feito, pelo município, em prol do Desenvolvimento local, nos últimos 10 anos

- 3.1 Quais as políticas de Desenvolvimento local que têm sido adotadas pelo município?
- 3.2 Quais os efeitos dessas políticas de Desenvolvimento local?
- 3.3 Entre as várias políticas adotadas existe alguma que se destaque mais?
- 3.4 Porquê?
- 3.5 De Que forma tem contribuído para o Desenvolvimento no território?
- 3.6 Porquê?
- 3.7 Quais as principais dificuldades, em termos de Desenvolvimento, que o município de Alcoutim enfrenta?
- 3.8 Porquê?
- 3.9 E como podem ser superadas essas dificuldades?

Outros contributos para o Desenvolvimento local no Município de Alcoutim

- 4.1 Na sua perspetiva, quais são os principais atores no Desenvolvimento local no município de Alcoutim?
- 4.2 Porquê?
- 4.3 Existe algum que se destaque?
- 4.4 Toma em consideração os aspetos identitários e problemas da população do território nos projetos/ iniciativas que dinamiza?
- 4.5 De que forma?
- 4.6 Considera que os apoios dos fundos estruturais da UE são fundamentais para o Desenvolvimento local?
- 4.7 Porquê?
- 4.8 Qual política de Desenvolvimento considera que tenha maior impacto junto da população?
- 4.9 Porquê?
- 4.10 Que desafios acha que existem relativamente ao relacionamento e articulação entre entidades públicas de diferentes níveis geográficos (local, intermunicipal, regional, nacional)?

Grelhas de Análise de Conteúdo

Entrevista a coordenador e funcionários da entidade:

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Dimensão	Subdimensão	Questões	Unidades de Registo		
			E1	E2	E3
Opinião sobre o contributo das ADL's para o Desenvolvimento Local e o caso específico da ATBG	Caracterização da ADL	Como surgiu?	<p>“Surgiu entre 2000 e 2001 em resultado de uma parceria entre três ADL's do território.”</p> <p>“(…) Surgiu para gerir a abordagem LEADER (…) da necessidade de criar uma entidade que gerisse o programa LEADER no Baixo Guadiana (…)”</p>	<p>“Surgiu da necessidade de criar e gerir uma estratégia local de desenvolvimento para a sub-região do sotavento/ Baixo Guadiana (…).”</p>	<p>“(…) 2001 e surge da necessidade que outras associações consideraram na região na área de intervenção do LEADER”</p>
		Com que objectivo foi criada? (objectivos, eixos de intervenção)	<p>“(…) o eixo principal continua a ser o LEADER.”</p> <p>“(…) mas dentro do possível vamos colaborando e desenvolvendo outro tipo de projetos (…)”</p>	<p>“(…) estudar a região do Baixo Guadiana e criar uma estratégia local de desenvolvimento para realizar a gestão de linhas dos PO Regionais e essencialmente o programa LEADER+.”</p>	<p>“(…) gerar sinergias (…), dinamizando o tecido empresarial, através do seu apoio técnico, da planificação de candidaturas a financiamentos e respetiva gestão.”</p>
		Quais as principais áreas de intervenção	<p>“vamos colaborando nalguns programas regionais e temos interesse no futuro em desenvolver outro tipo de</p>	<p>“(…) desenvolvimento local, desde a vertente económica e social até à capacitação dos atores locais e cooperação</p>	<p>“(…) dar resposta a todas as possibilidades e propostas de investimento que possam beneficiar o território (…)</p> <p>promoção do desenvolvimento</p>

		<p>projetos talvez até ao abrigo do POCTEP(...).”</p> <p>“(...) uma panóplia de projetos à volta do LEADER e não só (...).”</p>	<p>territorial, interterritorial e transnacional...”</p>	<p>económico, social e cultural da região do Baixo Guadiana”</p>
	<p>Como analisa o papel desempenhado enquanto associação de Desenvolvimento Local?</p>	<p>“Portanto, vamos sendo sustentavelmente, diria eu... vamos dando passos pequenos, mas vamos evoluído desde 2000 até agora.”</p>	<p>“(...) tem sido fundamental (...) quer na vertente económica, quer na atração de investimento, quer na vertente da criação de trabalho e fixação de pessoas.”</p> <p>“Tem realizado um trabalho meritório na gestão de fundos públicos e sabido adaptá-los às necessidades desta região.”</p>	<p>“(...) dado apoio ao longo dos anos na criação de emprego e riqueza na produção para que a população não abandone o território”</p>
	<p>A quem é dirigido esta ADL? (público-alvo)</p>	<p>“(...) há vários públicos-alvo.”</p> <p>“(...) principalmente os privados e as empresas (...).”</p> <p>“(...) as autarquias, as juntas de freguesia, as câmaras (...).”</p>	<p>“(...) são todos os atores locais e população em geral (...).”</p>	<p>“(...) a população com interesse em dinamizar o território...”</p>
	<p>Que recursos humanos são mobilizados?</p>	<p>“(...) para se conseguir contratar alguém num território muito desertificado e despovoado nem sempre é fácil (...).”</p> <p>“(...) a população mais ativa, os jovens deslocaram-se todos para o litoral (...).”</p>	<p>“(...) uma estrutura reduzida (...).”</p>	<p>“(...) somos apenas os dois técnicos e o coordenador do GAL (...).”</p>

			<p>“O território estando desertificado e despovoado tem a fraca capacidade de atração dos jovens ... portanto para conseguirmos contratar alguém é difícil... não é fácil arranjar alguém para trabalhar.”</p>		
		<p>Quais os recursos financeiros, instrumentos, estratégias e metodologias que utilizam para a sua implementação?</p>	<p>“(...) nós funcionamos praticamente sempre só com projetos porque os próprios associados são associações muito pequenas, portanto, as quotas são num valor de 750€ por ano (...).”</p> <p>“(...) o eixo principal e aquilo que financia a nossa equipa técnica é o funcionamento o designado funcionamento do GAL que é a medida de assistência técnica do programa LEADER.. é financiado a 100%.”</p>	<p>“Aproveita-se tudo (...) os PO Regionais quer seja nos Programas Nacionais e Comunitários (...).”</p>	<p>“(...) Muito poucos.”</p> <p>“(...) através das verbas atribuídas ao funcionamento do GAL (...).”</p> <p>“(...) protocolos de animação com os municípios (...) de 1000€/ano”</p>
		<p>Quais as entidades que apoiam esta ADL?</p>	<p>“(...) os nossos sócios apenas pagam as quotas no valor de 250€ cada (...).”</p>	<p>“ A ATBG é composta por 3 Associações (...) que lhe prestam todo o apoio necessário em</p>	<p>“(...) os nossos sócios, (...) e os municípios (...).”</p>

				termos de gestão dos Órgãos Sociais...” “Por outro lado, a estratégia para o território tem como parceiros 63 entidades (...).”	
		E de que forma?	“(...) câmara, por exemplo... apoia-nos com as instalações da sede da Terras.”	“(...) a ATBG ter um relacionamento estreito com grande parte das entidades regionais e nacionais com influência nas políticas territoriais.”	“(...) no pagamento das quotas e a câmara sede-nos as instalações (...).” “(...) municípios e freguesias e restantes parceiros apoiam na divulgação das ações/avisos abertos (...).”
		A ADL promove o contacto com a população?	“Os contatos são contínuos (...)”	“Sim. A ATBG promove o contacto direto e de proximidade com a população.”	“Sim”
		De que forma?	“(...) e divulgamos sempre informação às pessoas seja através do site, seja através do nosso email (...)” “(...) quando sentimos a necessidade vamos ao território (...) fazemos reuniões abertas à população...participamos em vários eventos (...)”	“(...) programas que a ATBG dinamiza/ desenvolve são por si só programas de proximidade e que requerem um contacto diário e constante com as populações.”	“(...) reunimos muito com as entidades (...) Fazemos sessões abertas ao público.”

	Elementos relevantes do Desenvolvimento Local no Concelho de Alcoutim	Na sua perspetiva, quais as principais características distintivas do concelho de Alcoutim?	“(…) isto é um concelho do interior (…) transfronteiriço...pode ser essa a mais-valia (…) a questão do despovoamento e da desertificação (…) é que o difere dos outros.”	“O concelho tem uma identidade própria e bem vincada, tendo nos produtos locais e no saber fazer a demonstração clara dessa identidade. A gastronomia (…).”	“O RIO GUADIANA.” “(…) proximidade de Castro Marim e Mértola a nível sociocultural e o património natural e cultural (…).”
		Porquê?	“É um território muito isolado e, em relação aos outros territórios do algarve, não é um território turístico ... e depois os acessos, é um território isolado em termos de acessos, e esperamos que isso melhore agora com a situação da ponte, a ponte e depois a ligação ao IC27 (…).” “(…) Alcoutim está a chegar a uma fase de escala... a escala está tão diminuta que que qualquer dia deixa de se justificar até os próprios serviços (…)”	“(…) é um território homogéneo e com características muito próprias, onde a zona serrana tem uma grande influência do Alentejo e a zona ribeirinha – Rio Guadiana é o fio condutor desta região.”	“(…) atrai turismo (…).”
		De entre as características que elencou quais, os que mais têm contribuído para o Desenvolvimento do	“(…) eu diria que a questão da ponte (…) a questão da ponte era já uma lacuna, era já um anseio muito grande das populações deste território (…)”	“Os produtos locais/ o saber fazer/ a gastronomia e se duvida o rio Guadiana.” “(…) temos a natureza e a paisagem (…).”	“O Património natural e cultural (…)”

		concelho de Alcoutim, nos últimos 10 anos?			
		Porquê?		“(...) tem trazido muitos estrangeiros para a região e considero que este é outro caminho que deve ser percorrido.”	“(...) interioridade...pelo afastamento dos centros de urbanos (...)”
		Sem contar os que elencou atrás, quais aqueles que podem vir ainda a contribuir?	“(...) melhoria da navegabilidade do Guadiana, também houve alguns investimentos a esse nível.”	“(...) criação de novas infraestruturas (...) a tão aclamada Ponte Alcoutim/ San Lucar (...) a criação de condições de habitabilidade (...) apostar numa rede móvel de qualidade elevada, apostar no turismo sénior e na criação de condições para projetos de acolhimento/ alojamento sénior de qualidade (...)”	“(...) os acessos rodoviários e vias de acesso (...)”
		Porquê?	“ a questão da ponte seria das questões mais importantes nos últimos 10 anos.”		“(...) ao nível do tecido empresarial e o turismo ficaria muito a ganhar.”
	Trabalho feito, pela ATBG, em prol do Desenvolvimento	Quais são as principais políticas de Desenvolvimento que têm sido adotadas?	“(...) a nossa política tem sido quase sempre a mesma.... É a política de... com os instrumentos que temos ao nosso	“O desenvolvimento local de base comunitária.” “A Terras tem (...) feito a cogestão de algumas linhas de apoio dos PO Regionais e a	“(...) ainda há muito a fazer (...) políticas estruturais para tornar o território mais coeso, capacitado e inclusivo, com uma dinâmica reforçada assente na agricultura.”

	Local, nos últimos 10 anos		<p>dispor, fazer o melhor possível (...)"</p> <p>"(...) de alguma credibilidade que temos no território:"</p>	<p>gestão de programas comunitários, nomeadamente o PRDODER e o PDR2020."</p> <p>"(...) A política seguida pela Terras tem sido, de acordo com a sua génese, uma política de proximidade com os atores locais e população em geral."</p>	<p>"(...) valorização dos recursos naturais (...) através de uma rede local de parceiros e uma base comunitária."</p>
		Porquê?	<p>"Nestes territórios de baixa densidade, ou de baixíssima densidade, o efeito demonstrativo nos projetos é o mais importante de tudo. Se temos credibilidade as pessoas, gera confiança (...)"</p> <p>" (...) portanto, fizemos um trabalho muito significativo (...)."</p>	<p>"(...) tem realizado várias atividades relacionadas com projetos de cooperação territorial, interterritorial e transnacional."</p>	
		Quais são os principais desafios à implementação de projetos de Desenvolvimento no território?	<p>" A desertificação e o despovoamento são claramente (...)</p>	<p>"(...) a reduzida participação dos atores locais e combater o descrédito das políticas apresentadas (...)."</p>	<p>"(...) Existe a falta de olharem para estes territórios de forma diferente."</p>
		Porquê?	<p>"(...) a questão do nosso eixo de intervenção se ter deslocado do turismo para a agricultura, eu</p>	<p>"(...) penso que as pessoas estão cansadas e desmotivadas e os resultados obtidos não têm</p>	<p>"(...) o nosso governo e os nossos responsáveis esquecem que o interior também é</p>

			<p>acho que teve alguma influência a esse nível (...) estamos numa escala tão diminuta em que o turismo perdeu aqui um bocado de fogo (...).”</p>	<p>sido suficientes para combater as assimetrias existentes.”</p>	<p>importante para manter a economia de um país.”</p>
		<p>De Que forma tem contribuído para o Desenvolvimento no território?</p>	<p>“(...) em termos de infraestruturas e em termos de projetos estruturantes.”</p> <p>“(...) trabalhamos em prol do território em que os beneficiários diretos são as entidades e pessoas ...”</p>	<p>“Devemos continuar a acreditar no território e nas suas potencialidades.”</p> <p>durante</p> <p>“estas duas décadas de trabalho possibilitaram a obtenção de recursos para</p> <p>o território, que de outra forma não seriam investidos”</p>	<p>“Através de apoios financeiros a projetos.”</p>
		<p>Porquê?</p>	<p>“Porque, só com os turismos rurais não vamos lá. Nos últimos 20 anos temos ditos centenas de projetos e não estamos a conseguir travar o problema da desertificação.”</p>	<p>“O Trabalho desenvolvido tem sido difícil, mas todo e qualquer ganho, mesmo que pequeno, é uma vitória pra o território e para a resiliência destas pessoas.”</p> <p>“Devemos continuar a acreditar nas pessoas e nos projetos que pretendem desenvolver, ajudando na sua implementação é o foco de todo o trabalho.”</p>	<p>“Visam a dinamização desse tipo de atividades”</p>

		Que evidências demonstram esse contributo?	“(…) nós somos e temos sido um travão a esse processo de desertificação, mas infelizmente não temos sido a solução (...) deslocação do turismo para a agricultura, eu acho que pode ter a ver com a questão do despovoamento.”	“(…) no número de empresas criadas e também no número de postos de trabalho criados.” “(…) melhoria de condições de trabalho e de rendimentos, na promoção e valorização de produtos locais e no saber fazer, na criação e valorização de massa crítica, (...)”	“ Os valores já atribuídos à população desde 2001, para a criação de emprego, de apoio a instituições sociais e empresas do território na agricultura e de turismo.”
		Quais as principais dificuldades, em termos de Desenvolvimento, que o concelho de Alcoutim enfrenta?	“Ou se consegue travar o decréscimo da população ou vai ser difícil e isso que isso tirou também um bocado a aposta dos investidores no turismo.”	“(…) a desertificação e o despovoamento (...)” “(…) a fraca participação cívica e um tecido económico deprimido e vulnerável (...)”	“(…) reduzida industria (...) falta mão de obra (...) insuficiências infraestruturais, equipamentos sociais e serviços (...)”
		Porquê?	“Esperamos que (...) a questão da ponte consiga travar de alguma forma ou inverter esta tendência.” “Mas estas coisas só se conseguem com medidas estruturantes significativas e essas só se conseguem ao nível do Governo... o que nós temos feito.”	“(…) as diversas políticas adotadas não conseguiram cativar e fixar jovens e empresas geradoras de riqueza no concelho.”	“... elevado índice de envelhecimento da população.”

		<p>E como podem ser superadas essas dificuldades?</p>	<p>“(…) ou há medidas discriminativas já ou para ontem...ou corremos o risco de se perder este território.”</p> <p>“(…) na redução de imposta muito significativa para estes territórios de interior, para que se instalem empresas e se criem postos de trabalho, melhorar as vias de comunicação (…).”</p> <p>“(…) mais apoios para o território e medidas de discriminação positiva. E, também terminarem os projetos estruturantes que estão identificados (…).”</p>	<p>“(…) se deve romper com as políticas seguidas desde há 3 décadas para cá (…) depois devem ser criadas (…) condições de habitação (…) criar condições necessárias para as pessoas trabalharem remotamente neste território (….)criar condições mínimas para permanência das pessoas(…)”</p> <p>“(…) desburocratizar processos.”</p>	<p>“(…) valorização económica, não só de produtos tradicionais locais como dos produtos culturais inovadores.”</p> <p>“Acréscimo da atratividade do turismo decorrente do aumento da procura mundial de produtos turísticos, culturais, de lazer, agroalimentares e gastronómicos.”</p>
		<p>Que exemplos de boas práticas, em prol do desenvolvimento do território, podem ser identificadas, fruto do trabalho desenvolvido pela Associação?</p>	<p>“O facto de nós existirmos já é uma boa pratica.”</p> <p>“(…) ter um programa de proximidade que consiga financiar projetos de investimento neste território (…).”</p>		<p>“(…) unidades de Turismo no Espaço Rural existentes (….) animação turística.”</p> <p>“(…) ou ainda outras atividades como os percursos pedestres, BTT, todo o terreno, birdwatching, etc (…).”</p>
		<p>Que aspetos se destacam nesses exemplos de boas</p>	<p>“Neste território, em que as populações são muito isoladas, onde não é fácil chegar a</p>	<p>“(…) a boa gestão dos programas e a sua adaptação ao território.”</p>	<p>“ A boa gestão dos programas e a sua adaptação ao território (…).”</p>

		práticas? Que evidências concretas existem que comprovem o facto de serem boas práticas?	informação e em muito sítios onde não há internet... ter a Terras acaba por ser um balão de oxigénio deste território.”		
		Que evidências concretas existem do contributo do trabalho feito pela Associação em prol do desenvolvimento do concelho de Alcoutim?	“(...) temos feito tantos projetos e todos os projetos que têm criado postos de trabalho e os têm conseguido manter (...).” “(...) por exemplo do projeto de extração de óleos essenciais que temos apoiado desde o início e que é um projeto que poderia ter outra dinâmica e um efeito multiplicador (...).” “(...) qualquer projeto faz a diferença... os nossos projetos são todos projetos inovadores e importantes.”	“(...) o número de projetos apoiados e os montantes aprovados e realizados.”	“(...) Todo o trabalho desenvolvido é evidência do trabalho desenvolvido incluindo as entidades.”
	Outros contributos para o Desenvolvimento Local no Concelho de Alcoutim	Na sua perspetiva, quais são os principais atores no Desenvolvimento Local?	“ logo o município...e as associações, são as associações assim como a nossa.”	“Todas as entidades! os atores locais e população em geral.”	“os atores do desenvolvimento local é população em geral, onde se integram as entidades públicas.”
		Porquê?	“(...) tem um papel muito importante no apoio aos	“(...) pois intervém e participam ativamente no modelo de	“são estas que mais ativamente participam na delineação de

			agricultores, e são muito importantes para o território. E todas as outras associações ao nível do desporto, da cultura, os próprios centros recreativos e coletividades pequeninas.”	desenvolvimento, na governança e na delineação de políticas e estratégias para o desenvolvimento local...” “(...) todos os intervenientes são importantes para criar massa critica e desenvolver políticas agregadoras de ideias e sinergias que possam vir a implementar-se no território.”	políticas e estratégias para o desenvolvimento local, mas também as associações locais sejam elas de cariz recreativo, cultural ou empresarial.”
		Existe algum que se destaque?	“As juntas de freguesia também.”		“município (...)”
		De que forma as câmaras municipais têm contribuído para o Desenvolvimento Local?	“(...) câmara é o principal empregador do concelho e em todos os concelhos do interior (...)” “(...) logo a importância para as questões de empregabilidade no território.” “ Nestes territórios de baixa densidade o principal motor são as autarquias.”	“As câmaras são fundamentais para fazer a ligação entre os atores locais/ população em geral.”	“municípios têm vindo a adaptar as políticas nacionais ao território local (...)” “É um elo de ligação entre os setores públicos e privados.”
		Existe facilidade em concertar estratégias	“(...) até agora não têm existido dificuldades nem barreiras.	“(...)os Municípios colaboram ativamente no desenvolvimento	“A ATBG tem um relacionamento estreito com os Municípios (...)”

		de Desenvolvimento Local com os municípios?	Fazemos um trabalho complementar e aliás, as câmaras municipais fazem parte da nossa parceria, do nosso GAL.”	da estratégia de desenvolvimento local da ATBG para o território de intervenção.”	sendo fácil a articulação e desenvolvimento de estratégias.”
		Toma em consideração os aspetos identitários e problemas da população do território nos projetos/ iniciativas que dinamiza?	“Sim, têm com certeza.” “(...) tenta acompanhar de perto os projetos que nós apoiamos e aliás, nós fazemos sempre o balanço, tipologia dos projetos, e a câmara acompanha de muito perto.”	“(...) essa estratégia desenvolvida com os atores locais vai ao encontro dos aspetos identitários do território com o objetivo de mitigar os problemas tanto da população como do território.”	“ Todos os projetos e/ou iniciativas desenvolvidas pela ATBG vão de encontro de uma estratégia definida para o território.”
		Como?	“Num território onde tudo faz falta as associações que gerem os fundos comunitários como a nossa não são muitos, portanto nós conseguimos arranjar soluções para muitos dos problemas (...) a câmara acompanha de perto e existe a preocupação de criar condições para que as associações existam. Existe um trabalho de proximidade, cooperação e colaboração.”		“(...) a estratégia foi desenvolvida com os atores locais (...).”

		<p>Considera que os apoios dos fundos estruturais da UE são fundamentais para o Desenvolvimento Local?</p>	<p>“(...) eu acho que são indicados, podem é ser insuficientes.”</p>	<p>“(...) são a peça chave, (...) o motor do desenvolvimento local...”</p>	<p>“(...) são muito importantes (...) ajudam a diminuir as assimetrias existentes (...).”</p>
		<p>Porquê?</p>	<p>“Desde logo as taxas de cofinanciamento podiam, ao abrigo das medidas discriminatórias positivas (...) ser a solução para este território.”</p> <p>“(...) eu acho que em zonas de baixíssima densidade como esta, as taxas de cofinanciamento dos projetos podiam ser muito maiores e o concelho de Alcoutim sofre disso.”</p> <p>“Deviam olhar ao nível de território e dos concelhos enão por região.”</p>	<p>“Estes apoios são fundamentais para diminuir as assimetrias existentes entre os territórios desenvolvidos e os menos desenvolvidos, os de baixa densidade.”</p>	<p>“ São o incentivo que os beneficiários/promotores podem aceder para concretizar atividades e investimento que de outra forma poderiam nunca conseguir alcançar.”</p>
		<p>Qual política de Desenvolvimento considera que tenha maior impacto junto da população?</p>	<p>“Sim, a nossa ADL apesar de ser uma ADL pequena temos conseguido aproveitar sempre os fundos e alias, temos conseguido beneficiar das verbas extra.”</p>	<p>“(...) a política de desenvolvimento que te mais impacto na população é a política social (...)”</p>	<p>“(...) é a política social.”</p>

				“ No entanto, só uma conjugação e articulação de várias políticas poderá atenuar ou reverter a situação.”	
		Porquê?	<p>“O território continua a apresentar boa capacidade de aproveitamento dos fundos comunitários (...) ainda assim comprometer todas as verbas e esgotar as verbas.”</p> <p>“(...) o território vai tendo capacidade de atração para os fundos comunitários... as taxas deviam ser adaptadas ao território para atrair mais investimentos.”</p>	“(...) uma vez que se trata de um concelho com uma população envelhecida e muito despovoado.”	“(...) só através do impacto social se consegue diminuir assimetrias e conjugar integrar vários aspetos.”
		Que desafios acha que existem relativamente ao relacionamento e articulação entre entidades públicas de diferentes níveis geográficos (local, intermunicipal, regional, nacional)?	<p>“(...) o próximo quadro comunitário vai haver um instrumento que é a Intervenção do Território Integrada, que é a ITI que foi uma temática que estou em querer que se ou pode encerrar em si algumas das medidas discriminatórias positivas (...).”</p> <p>“(...) temos alguma esperança de se conseguir fazer diferente</p>	<p>“A Terras tem um bom relacionamento com as várias entidades.”</p> <p>“No entanto, os programas de apoio chegam demasiado formatados o que por vezes impossibilita uma correta adaptação às características do território.”</p>	<p>“(...) bom relacionamento com as várias entidades públicas (...) os programas de apoio já são delineados e formatados (...).”</p> <p>“(...) excessiva burocracia exigida (...).”</p>

			no futuro...a tendência no futuro é para existirem menos fundos comunitários, mas apesar disso gostava que fossem mais dirigidos aos territórios que mais precisam e canalizar o máximo de financiamento para quem mais precisa.”		
--	--	--	---	--	--

Entrevista a Presidente da Câmara do território de intervenção:

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Dimensão	Subdimensão	Questões	Unidade de Registo
			E4
Opinião sobre o contributo das ADL's para o Desenvolvimento Local e o caso específico da ATBG	Elementos relevantes do Desenvolvimento Local no Concelho de Alcoutim	Na sua perspetiva, quais as principais características distintivas do concelho de Alcoutim?	<p>“o concelho de Alcoutim é todo ele distintivo dos demais”</p> <p>“Somos um dos municípios mais envelhecidos e despovoados do país, com uma fraca taxa de natalidade”</p>
		Porquê?	“(…) mas ao mesmo tempo temos a natureza, é um território puro, natural e isso é certamente um dos pontos fortes”
		De entre as características que elencou quais, os que mais têm contribuído para o Desenvolvimento do concelho de Alcoutim, nos últimos 10 anos?	<p>“todos os dias o executivo e a sua equipa trabalham para o desenvolvimento do município”</p> <p>“Existem várias iniciativas e apoios na área da saúde, ação social e cultura, ..., muitas dessas iniciativas pioneiras no país”</p>
		Porquê?	<p>“O festival do contrabando é um bom exemplo do que tem vindo a ser feito nos últimos anos. O festival traz pessoas, traz turismo, (...) O festival mexe com toda a economia local (...) cria toda uma dinâmica fundamental”</p> <p>“temos incorporado novas infraestruturas sociais, culturais e desportivas, por exemplo.... Estas, sem dúvida, têm contribuído em muito para melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes”</p>

		<p>Sem contar os que elencou atrás, quais aqueles que podem vir ainda a contribuir?</p>	<p>“A ligação com Sanlúcar vai fazer com que haja muita circulação de pessoas (...) as pessoas passam de um lado para o outro e tornam estes circuitos mais visitados.”</p> <p>“A aposta em projetos fotovoltaicos dos últimos anos vieram gerar postos de trabalho. (...) “Apesar de não ser o que inicialmente estava previsto e pensado, estes parques criaram alguns postos de trabalho e verifica-se alguma dinâmica na economia local.”</p> <p>“Temos um projeto que ficará localizado na vila de Alcoutim (...) o Celeiro de Ideias (...) que será um sítio para acolher nómadas digitais, com espaços de co-working.”</p> <p>“Estamos em fase terminal de uma obra de reabilitação de dois moinhos de vento que vão ser albergues para peregrinos e caminhantes e que permitiram ainda criar um observador astronómico.”</p> <p>“Estamos também a requalificar paisagisticamente a aldeia do Pereiro, pois percebemos que havia uma necessidade de revitalização.”</p> <p>“Temos também prevista a reabilitação de um edifício para alojar migrantes.”</p>
		<p>Porquê?</p>	<p>“Nem imagina a quantidade de pessoas que vem a Alcoutim, só que chegam, dormem e no outro dia vão embora, porque não há ligação com o lado espanhol.”</p>

			“O território está muito desocupado e se nós conseguirmos encontrar algumas novas formas de o ocupar e conseguir valorizá-lo, as pessoas que têm os terrenos alugados ficam com um rendimento que não tinham, isso gera riqueza no território.”
Trabalho feito, pelo município, em prol do Desenvolvimento Local, nos últimos 10 anos	Quais as políticas de Desenvolvimento Local que tem sido adotadas pelo município?		“... captação de investimentos privados para Alcoutim possibilita a criação de empregos e a fixação / atração de população.”
	Quais os efeitos dessas políticas de Desenvolvimento Local?		“O território precisa de ser visto de outra forma, precisa que as entidades do poder central desburocratizem processos (...).”
	Entre as várias políticas adotadas existe alguma que se destaque mais?		“... o nosso executivo faz um esforço para apoiar todos aqueles que se queiram fixar no território, quer seja indivíduos quer seja empresas (...).”
	Porquê?		“A autarquia presta serviços de apoio à população, temos programas de apoio social (...).” “Exemplo disso são a Unidade Móvel de Saúde, o programa Espaço Social, o Serviço de Teleassistência, Cartão Social, Alcoutim ainda +solidário e Transporte Social.”
	De Que forma tem contribuído para o Desenvolvimento no território?		
	Porquê?		
	Quais as principais dificuldades, em termos de Desenvolvimento, que o concelho de Alcoutim enfrenta?		“Temos sempre um condicionalismo relacionado com os fundos.” “... Alcoutim é um concelho que ao pertencer à NUT II Algarve fica prejudicado, pois não temos as características dos restantes

		Porquê?	concelhos do litoral (...) as taxas de financiamento e cofinanciamento são sempre mais reduzidas...”
		E como podem ser superadas essas dificuldades?	<p>“... através do que já tem vindo a ser feito, a descentralização administrativa, isto é, deve-se apostar mais na aproximação dos serviços à população, especialmente na saúde e educação.”</p> <p>“A autarquia presta serviços de apoio à população, temos programas de apoio social (...).”</p> <p>“Exemplo disso são a Unidade Móvel de Saúde, o programa Espaço Social, o Serviço de Teleassistência, Cartão Social, Alcoutim ainda +solidário e Transporte Social.”</p>
	Outros contributos para o Desenvolvimento Local no Concelho de Alcoutim	Na sua perspetiva, quais são os principais atores no Desenvolvimento Local?	<p>“... o desenvolvimento local implica a articulação entre os diversos atores e as esferas de poder (...) todos são importantes (...).”</p> <p>“... tais como a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo...”</p>
		Porquê?	<p>“... cada um dos atores tem sua contribuição para o desenvolvimento local...”</p> <p>“(...) tentamos de alguma forma ir ao encontro das necessidades das pessoas e trabalharmos em parceria. (...) Eu acho extremamente importante trabalhar-se em parceria... saber quais são as necessidades e saber de que forma podemos ajudar (...).”</p>
		Existe algum que se destaque?	“(...) a Associação Terras do Baixo Guadiana pode ser considerada um ator fundamental nesse sentido (...).”

		Toma em consideração os aspetos identitários e problemas da população do território nos projetos/ iniciativas que dinamiza?	“... está sedeada no território e contribui para o desenvolvimento de projetos estruturantes e inovadores (...)”
		Como?	
		Considera que os apoios dos fundos estruturais da UE são fundamentais para o Desenvolvimento Local?	“(...) são fundamentais, no entanto tem-se verificado serem insuficientes”
		Porquê?	“ ... território precisa de ser visto de outra forma, precisa que as entidades do poder central desburocratizem processos (...)” “O Governo Central tem de adaptar medidas urgentes para os territórios e canalizar fundos, adaptar os fundos existentes às realidades (...)”
		Qual política de Desenvolvimento considera que tenha maior impacto junto da população?	“... tudo o que mexe com a vida direta da população... a politica social (...)”
		Porquê?	
		Que desafios acha que existem relativamente ao relacionamento e articulação entre entidades públicas de diferentes níveis geográficos (local, intermunicipal, regional, nacional)?	“(...) Isto tem sido uma luta enorme (...) se dermos condições a quem cá vive e para cá queira vir viver aos poucos vamos criando iniciativas e construindo infraestruturas (...) isto tudo promove o desenvolvimento do território ...”

Inquérito por Questionário:

Inquérito por questionário (amostra de população residente no território e/ ou promotores de projetos apoiados)

O Contributo das ADL's para o Desenvolvimento Local, tendo em conta um estudo de caso no interior algarvio

O meu nome é Catarina Cavaco e frequento o mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo no Instituto Politécnico de Beja. Este questionário foi concebido na sequência da Dissertação de Mestrado e consiste num instrumento de pesquisa imprescindível aos objetivos do estudo. Deste modo, a presente ferramenta tem o intuito compreender o contributo da Associação Terras do Baixo Guadiana, segundo a opinião da população, enquanto Associação de Desenvolvimento Local dinamizadora do Desenvolvimento Local no concelho de Alcoutim, a partir da intervenção assegurada nos últimos 10 anos.

* Indica uma pergunta obrigatória

Autorização para recolha de informação

Para que este projeto seja levado a cabo com sucesso a vossa colaboração é absolutamente imprescindível. O preenchimento é muito simples, as questões são claras. A duração média do questionário está compreendida entre os 5 e os 7 minutos e os dados recolhidos são mantidos no anonimato e apenas utilizados para o fim exposto. Para levar a cabo a referida investigação, solicito a V. Ex.^a que se digne a autorizar a recolha de dados. Comprometemo-nos a salvaguardar os interesses de todos os participantes, assegurando uma rigorosa confidencialidade da informação recolhida e revelando a minha total disponibilidade para qualquer informação ou intervenção considerada útil. ~~Agradeço a atenção dispensada.~~

1. *

Marcar apenas uma oval.

Sim, aceito participar

Avançar para a pergunta 2

Não aceito participar

Avançar para a pergunta 2

I - Dados pessoais

Neste seção serão recolhidos dados para identificação e caracterização social.

1. Género *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

2. Faixa Etária *

Marcar apenas uma oval.

20 - 29 anos

30 - 39 anos

40 - 49 anos

50 - 59 anos

60 - 69 anos

70 - 79 anos

3. Estado Civil *

Marcar apenas uma oval.

Solteiro(a)

Casado(a)/ união de facto

Divorciado(a)/ separado(a)

Viúvo(a)

4. Habilitações Literárias * *Marcar apenas uma oval.*

- 1º Ciclo ou ensino primário
- 2º Ciclo ou ensino preparatório
- 3º Ciclo (9º ano de escolaridade)
- Ensino secundário
- Licenciatura
- Outra:

5. Situação Profissional * *Marcar apenas uma oval.*

- Empregado(a)
- Desempregado(a)
- Estudante Reformado(a)/
- Aposentado(a) Outra:
-

6. Situação face ao emprego * *Marcar apenas uma oval.*

- Empregado por conta de outrem
- Empregado por conta própria
- Procura do 1º Emprego
- Outra:

7. Nacionalidade *

8. É natural do concelho de Alcoutim? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

9. Reside no Concelho de Alcoutim? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Outra:

9.1 Se respondeu **SIM**, há quanto tempo?

Marcar apenas uma oval.

Menos de 5 anos

Entre 6 e 10 anos

Mais de 11 anos

10. Qual a freguesia de Residência? *

Marcar apenas uma oval.

União de Freguesias Alcoutim e Pereiro

Freguesia de Giões

Freguesia de Martim Longo

Freguesia de Vaqueiros

Avançar para a pergunta 13

- Questões Gerais

Nesta secção pretende-se perceber contributo da Associação Terras do Baixo Guadiana para o território e desenvolvimento local

11. Conhece a Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11.1 Se respondeu **SIM**, como teve conhecimento da ATBG?

Marcar apenas uma oval.

Site da ATBG

Sessões de divulgação da Associação

Eventos e feiras

Divulgação através de parceiros ou outras entidades

Redes Sociais

Site do Portugal 2020, PDR2020

Comunicação social

Através de familiar, amigo ou conhecido

Outra:

12. Já contactou a ATBG? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

13. Nos últimos anos teve alguma interação com a ATBG? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

13.1 Se respondeu **SIM**, que tipo de interação?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Apresentei um projeto ou candidatura a uma medida
- Participei em eventos promovidos pela entidade
- Solicitei informações e ou esclarecimentos sobre oportunidades de apoio
- Solicitei informações e ou esclarecimentos sobre candidaturas

14. Conhece alguma medida, programas ou sistemas de apoio ao financiamento * geridos pela ATBG?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

14.1 Se respondeu **SIM**, qual/ quais? (assinale todas as que conhece)

Marcar tudo o que for aplicável.

- Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas
- Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos

- Agrícolas
- Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola
- Cadeias Curtas e Mercados Locais
- Promoção de Produtos de Qualidade Locais
- Renovação de Aldeias
- SI2E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego
- +CO3SO - Emprego Interior
- +CO3SO - Emprego Empreendedorismo Social
- Outra:
-
-

15. Quais as medidas que gostaria de ver replicadas no futuro? (assinale com * uma cruz)

Marcar tudo o que for aplicável.

- Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas
- Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas
- Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola
- Cadeias Curtas e Mercados Locais
- Promoção de Produtos de Qualidade Locais
- Renovação de Aldeias
- SI2E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego
- +CO3SO - Emprego Interior
- +CO3SO - Emprego Empreendedorismo Social

Nesta seção terá de responder a cada uma das questões, justificando

16. Considera que o trabalho desenvolvido pela ATBG tem respondido às * necessidades da população? Justifique

17. Considera que a ATBG tem em consideração os **problemas da população** * nos projetos que dinamiza? Justifique

18. Considera que o trabalho desenvolvido pela ATBG tem respondido às * **necessidades do território**? Justifique

19. Considera que a ATBG tem em consideração os **problemas do território** * nos projetos que dinamiza? Justifique

20. Quais considera serem os efeitos **indiretos** da ATBG no território? *

21. E os **diretos**? *

22. Conhece a estratégia de Desenvolvimento Local da ATBG? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

22.1 Se respondeu **SIM**, considera que a estratégia que está adaptada ao território? Justifique

23. Reconhece a ATBG como uma mais-valia para o desenvolvimento local? *

Justifique

24. Reconhece a ATBG como uma mais-valia para o Desenvolvimento Local? * Justifique

25. Reconhece a ATBG, enquanto Associação de Desenvolvimento Local, com * uma abordagem descentralizadora das políticas, mais concretamente emanadas pelas entidades do Governo? Justifique

26. Considera que a ATBG é uma organização privilegiada para a * implementação e boa gestão dos fundos para o desenvolvimento local? Justifique

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários